



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Anúncios judiciais e outros.
Contas e balancetes.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação

Conservatória dos Registos da Região da Praia

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA
GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial, nos termos seguintes:

FIRMA: "ISBS – ESCOLA INTERNACIONAL DE ESTUDOS EMPRESARIAIS, LDA".

SEDE: Edifício Gonçalves, 6º andar, Avenida Cidade de Lisboa, cidade da Praia, ilha Santiago, podendo abrir delegações, sucursais ou outras formas de representação em qualquer ponto do território nacional e no estrangeiro.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO:

a) Ministar cursos, seminários de formação e preparação de profissionais em qualquer campo de ensino, arrendamento

de salas, importação de cursos e seminários por diferentes empresas, entidades e lugares geográficos;

b) Prestação de serviços na área de desenho, reparação, montagem, fornecimento, venda e distribuição de circuitos, componentes e equipamentos eléctricos e electrónicos;

c) Venda, comercialização, distribuição, e reparação dos equipamentos técnicos relacionados com a informática destinada a escritórios, a informática e em geral tanto nas vertentes de software, hardware, como de outros componentes relacionados com os mesmos.

CAPITAL: 200.000\$00, realizado em dinheiro.

SÓCIOS E QUOTAS:

- FORMACION OCUPACIONAL CANARIA FOCAN, SL, com domicílio social na rua Bravo Murillo, nº 38, Las Palmas de Gran Canaria, ilhas Canárias - Espanha, com CIF nº B35465889; 120.000\$00;

- Cristobal Castro Henriquez, natural das Ilhas Canárias - Espanha, casado no regime de comunhão de adquiridos com Maria Cruz Veja Carzola, residente em Las Palmas de Gran Canárias (Ilhas Canárias); 40.000\$00;

- Narciso Navaro Dominguez, casado no regime de comunhão de adquiridos com Maria Inmaculada Balaños Campos, natural das Ilhas Canárias - Espanha, residente em Las Palmas de Gran Canárias (ilhas Canárias); 40.000\$00.

GERÊNCIA: Exercida pelos sócios Cristobal Castro Henriquez e Narciso Navaro Dominguez.

FORMA DE OBRIGAR: Pela assinatura conjunta ou individual da gerência ou mandatário com poderes expressos para o efeito.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 9 de Setembro de 2008. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(878)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA
GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial, nos termos seguintes:

FIRMA: “CIDADE COMUNICAÇÕES, SA”.

SEDE: Rua Pidjiguity, porta nº 3, 3º andar, Plateau, cidade da Praia, podendo criar delegações, sucursais ou outras formas de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO:

- a) Rídio e teledifusão;
- b) Marketing e publicidade;
- c) Tratamento de imagem e som;
- d) Recolha, tratamento e difusão de informação;
- e) Edição e impressão gráfica de jornais, revistas, cartazes, brochuras e autocolantes.

CAPITAL: 2.500.000\$00, realizado em dinheiro.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 9 de Setembro de 2008. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(879)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA
GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial unipessoal por quotas, nos termos seguintes:

FIRMA: “CB CONSULTING, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA”.

SEDE: Achada de Santo António, cidade da Praia, podendo, no entanto, criar delegações ou outras formas de representação em qualquer outro ponto do país ou no estrangeiro.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: Prestação de serviço na área de gestão, contabilidade, estudos e projectos.

CAPITAL: 300.000\$00, realizado em dinheiro.

SOCIO E QUOTA:

QUOTA: 300.000\$00.

TITULAR: Ariano Cormeno Moreno Barbosa.

Estado Civil: Solteiro, maior.

Naturalidade: Freguesia de Nossa Senhora da Graça - Praia.

Residência: Palmarejo - Praia.

GERÊNCIA: Exercida pelo sócio único.

FORMA DE OBRIGAR: Com a assinatura do gerente.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 9 de Setembro de 2008. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(880)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA
GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de alteração do objecto social, nomeação da gerência e forma de obrigar da sociedade por quotas denominada “O BRASILEIRO – VALENÇA & BARBOSA, LDA”, com sede na Rua Serpa Pinto nº134, Plateau, cidade da Praia com o capital de 400.000\$00, matriculada nesta Conservatória sob o n.º 2790/2008/07/23;

Em consequência alteram-se os artigos 2º, 8º e 13º do pacto social, que passa a ter a seguinte e nova redacção:

Artigo 3º

A sociedade tem por objecto a importação, exportação e comercialização a grosso e a retalho na área de confecções, calçados, perfumaria e bijutaria e material de construções e produtos naturais.

Artigo 8º

A gerência da sociedade é exercida pelo sócio Joaquim Barbosa.

Artigo 13º

Para obrigar validamente a sociedade pelos actos e contratos praticados em nome dela, é necessário a intervenção conjunta dos dois sócios ou pela intervenção de um procurador nomeado nos termos do número três do artigo oitavo do estatuto.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 10 de Setembro de 2008. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(881)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA
GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial unipessoal por quotas, nos termos seguintes:

FIRMA: “CABOTÉCNICA ELECTRONICOS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA”.

SEDE: Vila Nova, junto a ponte antiga, na cidade da Praia Ilha Santiago podendo criar filiais, sucursais ou outra forma de representação em qualquer ponto do país e do estrangeiro.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: Comércio a retalho e a grosso, de electrodomésticos e artigos electrónicos, assistência técnica, reparação e venda de peças electrónicas.

CAPITAL: 300.000\$00, realizado em dinheiro.

SOCIO E QUOTA:

QUOTA: 300.000\$00.

TITULAR: Domingos dos Santos.

Estado Civil: Solteiro, maior.

Naturalidade: Freguesia de Nossa Senhora de Ajuda, Mosteiros, Ilha do Fogo

Residência: Calabaceira, cidade da Praia.

GERÊNCIA: Exercida pelo sócio único.

FORMA DE OBRIGAR: Pela assinatura do gerente.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 10 de Setembro de 2008. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(882)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA
GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial, nos termos seguintes:

FIRMA: “DAMOURA – GENEROS ALIMENTICIOS E COMERCIO GERAL, LDA”.

SEDE: Palmarejo - Praia, junto à Praça Infante D. Henrique, Posto Policial nº10, Rua principal atrás do prédio nº 18, podendo por simples deliberação da gerência abrir delegações em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro, bem como deslocar a sua sede social dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: O comércio a grosso e a retalho de géneros alimentícios, bebidas, vestuários, produtos de higiene e limpeza, material de construção, electrodomésticos, maquinarias e aparelhos diversos, produtos de reino animal e vegetal, material de escritórios, mobiliários, ferragens, ferramentas e metais preciosos.

CAPITAL: 5.000.000\$00, realizado em dinheiro.

SÓCIOS E QUOTAS:

- David Semedo da Moura, casado no regime de comunhão geral de bens com a senhora Odete Oliveira da Moura, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, Ilha de Santiago, residente em Palmarejo, cidade da Praia; 2.500.000\$00;
- Emiliano Vieira da Moura, casado no regime de comunhão geral de bens com Mariazinha da Veiga da Moura, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, Ilha de Santiago, residente em Palmarejo, cidade da Praia; 2.500.000\$00.

GERÊNCIA: Exercida pelos sócios David Semedo da Moura e Emiliano Vieira da Moura.

FORMA DE OBRIGAR: Pela assinatura conjunta dos sócios gerentes ou dos seus representantes legais.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 2 de Setembro de 2008. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(883)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de alargamento do objecto social da sociedade anónima denominada “COMPTA CABO VERDE, TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, SA” com sede no Palmarejo Baixo, cidade da Praia, com capital de 5.000.000\$00, matriculada nesta Conservatória sob o n.º 2758/2008/06/16.

Em consequência altera-se o artigo 4º do pacto social, que passa a ter a seguinte e nova redacção:

Artigo 4º

A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de concepção e implementação de soluções de informática, telemática, e telecomunicações e exportação, produção e comercialização de equipamentos com eles relacionados, podendo ainda prestar serviços relacionados com a organização de empresas, montagem de equipamentos informáticos, montagem de equipamentos de tratamento de resíduos e montagem de equipamentos electrónicos de segurança.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 10 de Setembro de 2008. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(884)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial unipessoal por quotas, nos termos seguintes:

FIRMA: “MANUEL FERNANDES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA”.

SEDE: Palmarejo, Praia, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, podendo ser transferida para qualquer outra localidade dentro da ilha, por deliberação da assembleia-geral. Poderá por simples deliberação da gerência, abrir delegações, filiais ou outras representações em qualquer ponto do território nacional.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: Prestação de serviços nas áreas de construção civil e empreitadas de obras públicas e particulares e importação de materiais de construção civil.

CAPITAL: 5.000.000\$00, realizado em espécie.

SOCIO E QUOTA:

QUOTA: 5.000.000\$00.

TITULAR: Manuel Fernandes.

Estado Civil: casado no regime de comunhão de adquiridos com Clementina da Conceição Vieira Cabral Fernandes.

Naturalidade: Freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos.

Residência: Palmarejo - Praia.

GERÊNCIA: Exercida pelo sócio único.

FORMA DE OBRIGAR: Pela assinatura do gerente.

Encontra-se depositado o relatório elaborado nos termos do artigo 130º do C.E.C.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 9 de Setembro de 2008. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(885)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial, nos termos seguintes:

FIRMA: “CONSTROMAIO, LDA”.

SEDE: Vila Porto Inglês, Ilha do Maio, podendo abrir delegações, sucursais, filiais, escritórios e outras representações em qualquer ponto do território nacional mediante deliberação da assembleia-geral.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: Prestação de serviço nas áreas de construção civil e imobiliária.

CAPITAL: 500.000\$00, realizado em dinheiro.

SÓCIOS E QUOTAS:

- João da Cruz Mendes Fernandes, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente na Vila do Maio; 250.000\$00;
- Adalberto Henrique dos Santos, casado no regime de comunhão de adquiridos com Aguinávia Maria Brito dos Santos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente na Vila do Maio; 250.000\$00.

FORMA DE OBRIGAR: Pela assinatura do sócio gerente.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 26 de Agosto de 2008. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(886)

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 1383 – “GEORGETTE ÁGUAS SPORT, LIMITADA”;
- c) Que foi requerida pelo nº 08 do diário do dia 28 de Agosto do corrente, por Maria Odete Gomes Pires;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 1104/2008:

Artigo 11º, 1	150\$00
SOMA	150\$00
10% C.G.J.	15\$00
SOMA TOTAL	165\$00
São: (cento e sessenta e cinco escudos).	

Alteração dos artigos 3º e 4º do Estatuto da sociedade "GEORGETTE AGUAS SPORT, LIMITADA", matriculada sob o nº 1383.

Artigo 3º

(Objecto social)

Promoção e gestão de actividades náuticas, turísticas e similares.

Artigo 4º

(Capital social)

Aumento do capital social de 200.000\$00 para 500.000\$00 aumento de 300.000\$00 subscrito e realizado em dinheiro e corresponde a soma de duas quotas no valor igual de 250.000\$00 cada um dos sócios seguintes: Maria Odete Gomes Pires e Cláudia Maria Ramos, ambas solteiras e residentes na Holanda.

Foi depositado na pasta respectiva o texto actualizado do contrato.

Esta conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, 1 de Setembro de 2008. – A Conservadora, *Tirza Francisca Pires Fernandes Neves*.

(887)

CERTIFICA

- Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 1334 – "LEITE CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA, LIMITADA";
- Que foi requerida pelo nº 9 do diário do dia 4 de Setembro do corrente, por Josette Lucienne Rocha F. Leite;
- Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 1142/2008:

Artigo 11º, 1	150\$00
SOMA	150\$00
10% C.G.J.....	15\$00
SOMA TOTAL	165\$00
São: (cento e sessenta e cinco escudos).	

Alteração dos artigos 1º e 3º do Estatuto da sociedade "LEITE CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA, LIMITADA", matriculada sob o nº 1334.

Artigo 1º

(Denominação)

"LCP – Leite Construções e Imobiliária, Limitado".

Artigo 3º

(Objecto social)

Construção civil, obras públicas, promoção imobiliária, fiscalização de obras, compra e venda de imóveis, gestão de obras, elaboração de projectos de arquitectura e especialidades de infraestruturas. Aluguer e venda de equipamentos. Produção e venda de materiais de construção, importação de materiais, equipamentos, mobiliários e outros afins para industria de construção e imobiliária.

Foi depositado na pasta respectiva o texto actualizado do contrato.

Esta conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, 5 de Setembro de 2008. – A Conservadora, *Tirza Francisca Pires Fernandes Neves*.

(888)

CERTIFICA

- Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 1426 – "TRANSTUR LINDY E MIKY – Sociedade Transporte Turismo, Limitada";
- Que foi requerida pelo nº14 do diário do dia 21 de Agosto do corrente, por José Carlos Medina Silva;
- Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 1147/2008:

Artigo 11º, 1	150\$00
SOMA	150\$00
10% C.G.J.....	15\$00
SOMA TOTAL	165\$00
São: (cento e sessenta e cinco escudos).	

CONTRATO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE COMERCIAL POR QUOTA

Outorgantes:

PRIMEIRO: José Carlos Medina Silva, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de S. Vicente, residente em Monte Sossego, portador do Bilhete de Identidade nº 219580, emitido em 21 de Junho de 2005, pelo Arquivo de Identificação de São Vicente, NIF 121958043;

SEGUNDO: Elvis Renato Monteiro Silva, solteiro, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de S. Vicente, residente em Ribeirinha, portadora do Bilhete de Identidade nº 192 558, emitido em 20 de Abril de 2005 pelo Arquivo de Identificação de São Vicente NIF 119255820;

TERCEIRO: Hernâni Carlos Almeida Silva, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de S. Vicente, residente em Monte Sossego, Portador do Bilhete de Identidade numero 299 826, emitido em 27 de Abril de 2007 pelo Arquivo de Identificação de São Vicente NIF 129982652.

Pelos outorgantes foi dito:

Que pela presente á celebrado um contrato particular de sociedade comercial por quotas nos seguintes termos:

Artigo 1º

A sociedade adopta a denominação de "TRANSTUR LINDY E MIKY – SOCIEDADE DE TRANSPORTE TURISMO, LIMITADA".

Artigo 2º

A sociedade tem a sua sede na freguesia de Nossa Senhora da Luz concelho de São Vicente, Monte Sossego, Rua nº 01, podendo criar estabelecimentos, delegações, agências, sucursais ou outras formas de representação em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 3º

A sociedade tem por objecto transporte e turismo. Importação de viaturas e acessórios.

Artigo 4º

O capital social é de 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos), integralmente subscrito e realizado em dinheiro e em bens, a soma das quotas dos sócios são as seguintes:

- José Carlos Medina Silva, solteiro, NIF 121958043 – 4.000.000\$00 (quatro milhões de escudos);
- Elvis Renato Monteiro Silva, solteiro, NIF 119255820 – 500.000\$00 (quinhentos mil escudos);
- Hernâni Carlos Almeida Silva, solteiro, NIF 129982652 - 500.000\$00 (quinhentos mil escudos).

Artigo 5º

A sociedade poderá proceder ao aumento do seu capital social, uma ou mais vezes ou por subscrição de novas quotas pelos sócios.

Artigo 6º

A cessão de quotas é livre entre os sócios. Porém a alienação a favor de terceiros depende do prévio consentimento da sociedade que se reserve o direito de preferência.

Artigo 7º

Os sócios poderão fazer os suprimentos que a sociedade carecer, nas condições que acordarem em assembleia-geral.

Artigo 8º

1. A gerência e a administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, cabe ao sócio José Carlos Medina Silva que desde já é nomeado gerente com dispensa de caução. Obrigando a sociedade com a sua assinatura

2. Para a sociedade se considerar validamente obrigada em todos os actos e contratos bastará a assinatura do gerente José Carlos Medina Silva ou a pessoa por ele outorgado.

3. A sociedade poderá nomear procuradores que obrigarão a sociedade nos termos, condições e limites dos respectivos mandatos, inclusive para fins consignados no artigo 323.º do Código Empresas Comerciais.

Artigo 9.º

E expressamente proibido aos sócios obrigar a sociedade em fianças abonações de letras de favor e demais actos ou contratos estranhos a sociedade.

Artigo 10.º

A assembleia-geral é convocada por carta registada ou por fax, remetido aos sócios com antecedência de um mês, endereçada aos domicílios que constem dos registos da sociedade.

Artigo 11.º

A sociedade só se dissolve nos casos previstos na lei ou por acordo dos sócios, procedendo-se a partilha conforme for acordado e for de direito.

Artigo 12.º

O ano económico coincide com o ano civil.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, 5 de Setembro de 2008. – A Conservadora, *Tirza Francisca Pires Fernandes Neves*.

(889)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor n.º 1420 — “CV PROJECT – ATELIER DE ARQUITECTURA. LIMITADA”;
- c) Que foi requerida pelo n.º 03 do diário do dia 14 de Agosto do corrente, por Amílcar Augusto Lima de Matos;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA N.º 1068/2008:

Artigo 11.º, 1	150\$00
SOMA	150\$00
10% C.G.J.....	15\$00
SOMA TOTAL	165\$00
São: (cento e sessenta e cinco escudos).	

CONTRATO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE POR QUOTAS

Outorgantes:

PRIMEIRO: Yamila Garcia Fernández Fidalgo, casada com Andrés Gustavo Fidalgo Bacallao, sob o regime de comunhão geral de bens, natural de Cuba, e residente em Maderalzinho São Vicente, Cabo Verde, portador de Bilhete de Identidade n.º 407328, emitido em São Vicente o 23 de Janeiro de 2008, NIF 140732853;

SEGUNDO: Amílcar Augusto Lima de Melo, casado com Filomena Dionísio Pachito de Melo sob o regime de comunhão geral de bens, natural de Cabo Verde, e residente em Vila Nova, São Vicente, Cabo Verde, portador de Bilhete de Identidade n.º 71334, emitido em São Vicente o 23 de Outubro de 2007, NIF 140732853.

Pelos outorgantes foi dito:

Que pela presente é celebrado um contrato particular de sociedade por quotas nos seguintes termos:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a denominação de “CV PROJECT – ATELIER DE ARQUITECTURA, LDA” NIF 25644181.

Artigo 2.º

A sociedade tem a sede na cidade de Mindelo, São Vicente, podendo abrir delegações ou quaisquer outras formas de representação noutros pontos do país.

Artigo 3.º

1. A sociedade tem por objecto a prestação de serviços na elaboração de projectos de arquitectura, interiores, fiscalização de obras, imobiliária.

2. A sociedade poderá ainda se dedicar a outras actividades conexas, complementares ou afins, desde que assim seja decidido pela assembleia-geral e participar na constituição, administração ou fiscalização a outras empresas com objectos similares ou conexos.

Artigo 4.º

1. O capital social é de 300.000\$00 (trezentos mil escudos), encontra-se subscrito e realizado em dinheiro e representa a soma das quotas dos sócios seguintes:

- Yamila Garcia Fernandez Fidalgo – uma quota no valor de 180.000\$00;
- e
- Amílcar Augusto Lima de Melo uma quota no valor de 120.000\$00.

2. A sociedade poderá aumentar o capital social por deliberação dos sócios.

Artigo 5.º

1. A cessão de quotas entre os sócios é livre, bastando apenas uma comunicação por escrito a sociedade.

2. A cessão de quotas a terceiros só poderá efectuar se com o consentimento da sociedade que reserva, desde já, o direito de preferência.

Artigo 6.º

1. A gerência da sociedade é conferida a sócia Yamila Garcia Fernández que desde já é nomeado gerente, sendo necessário a sua assinatura para obrigar a sociedade.

2. A gerência são conferidos amplos poderes de gestão e de representação da sociedade em juízo ou fora dele, sem qualquer limitação que não seja imposta pela lei, não podendo porem, confessar, desistir ou transigir sem autorização da assembleia-geral.

3. A gerência poderá constituir procurador, nos termos do disposto no artigo trezentos e vinte e três do Código das Empresas Comerciais.

Artigo 7.º

Os sócios não poderão prestar serviços a outras sociedades ou empresas da mesma natureza, de ordem pessoal, familiar ou afins.

Artigo 8.º

É expressamente proibido aos sócios obrigar a sociedade em fianças, abonações de letras de favor e demais actos ou contratos estranhos a sociedade.

Artigo 9.º

O ano económico coincide com o ano fiscal e a fiscalização da sociedade poderá ser atribuída a uma sociedade revisora de contas, de reconhecida idoneidade e competência, ou fiscal único.

Artigo 10.º

Surgindo divergências entre os sócios, sobre assuntos dependentes de deliberações sociais, não poderão os membros recorrer a decisão judicial sem que previamente, as tenham submetido a apreciação da assembleia-geral.

Artigo 11.º

A sociedade só se dissolverá nos casos previstos na lei ou por vontade unânime dos sócios, reunidos em assembleia-geral, para o efeito.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, 22 de Agosto de 2008. – A Conservadora, *Tirza Francisca Pires Fernandes Neves*.

(890)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 1422 — “RICARDO FERNANDEZ CANAL – Venda de Apartamentos, Sociedade Unipessoal Limitada”;
- c) Que foi requerida pelo nº 10 do diário do dia 21 de Agosto do corrente, por Ricardo Fernandez Canal;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 1110/2008:

Artigo 11º, 2	150\$00
SOMA	150\$00
10% C.G.J.....	15\$00
SOMA TOTAL	165\$00

São: (cento e sessenta e cinco escudos).

CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE COMERCIAL UNIPESSOAL POR QUOTA

Pelo presente documento particular, outorga nos termos do artigo 110º nº 1 do Código das Empresas Comerciais: Ricardo Fernandez Canal, solteiro, natural da Santander (Cantabria) Espanha, portador do passaporte nº AB398127 emitido em 29 de Julho de 2004 em Espanha, NIF: 155160400.

Constitui uma sociedade unipessoal por quotas que se regerá nos termos e nas condições seguintes:

ESTATUTO

Artigo 1º

(Denominação)

A sociedade comercial adopta a denominação de “RICARDO FERNANDEZ CANAL – Venda de Apartamentos, Sociedade Unipessoal, Limitada”.

Artigo 2º

(Sede)

A sociedade tem a sua sede na freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente, podendo criar estabelecimentos, delegações, agências, sucursais ou outras formas de representação em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 3º

(Objecto)

A sociedade tem por objecto: Construção e venda de apartamentos.

Artigo 4º

(Capital social)

O capital social é de 200.000\$00 (duzentos mil escudos), integralmente subscrito e realizado em numerário, correspondente a uma quota pertencente ao sócio único Ricardo Fernandez Canal, NIF 155160400.

Artigo 5º

(Aumento capital)

A sociedade poderá proceder ao aumento do seu capital social, uma ou mais vezes ou por subscrição de novas quotas pelo sócio.

Artigo 6º

(Suprimentos)

O sócio poderá fazer os suprimentos que a sociedade carecer.

Artigo 7º

(Administração)

1. A gerência e administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, cabe ao sócio, Ricardo Fernandez Canal que desde já é nomeado gerente com dispensa de caução.

2. Para a sociedade se considerar validamente obrigada em todos os actos e contratos bastará a assinatura do sócio gerente.

3. A sociedade poderá nomear procuradores que obrigarão a sociedade nos termos, condições e limites dos respectivos mandatos, inclusivo para fins consignados do artigo 323º Código Empresas Comerciais.

Artigo 8º

(Dissolução)

A sociedade só se dissolve nos casos previstos na lei.

Artigo 9º

(Ano económico)

O ano económico coincide com o ano civil.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, 3 de Setembro de 2008. – A Conservadora, *Tirza Francisca Pires Fernandes Neves*.

(891)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 1427 – “LOPES E CUSTODIO – Importação e Exportação, Limitada”;
- c) Que foi requerida pelo nº 05 do diário do dia 2 de Setembro do corrente, por Amílcar Monteiro Custódio;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 1136/2008:

Artigo 11º, 1.....	150\$00
Artigo 11º, 2	30\$00
SOMA	180\$00
10% C.G.J.....	18\$00
SOMA TOTAL	198\$00

São: (cento e noventa e oito escudos).

CONTRATO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL POR QUOTAS LIMITADA

- Amílcar Monteiro Custódio, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente, residente em Alto Mira Mar, portador do Bilhete de Identidade n.º 60255, emitido em 10 de Dezembro de 2007, pelo Arquivo de Identificação de São Vicente, casado com o 2º, sob regime de bens adquiridos, NIF 106025503;
- Alexandrina Fonseca Sousa Lopes Custódia, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente, residente em Alto Mira Mar, portador do Bilhete de Identidade n.º 98377, emitido em 2 de Julho de 2007, pelo Arquivo de Identificação de São Vicente, casado com o 1º, sob regime de bens adquiridos, NIF 109837754;
- Josiane Marice Lopes Custódio, solteira, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente, residente em Alto Mira Mar, portador do Bilhete de Identidade n.º 4962, emitido em 23 de Julho de 2008, pelo Arquivo de Identificação de São Vicente, NIF 100496229;
- Anilton Jorge Lopes Custódia, solteiro, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente, residente em Alto Mira Mar, portador do Bilhete de Identidade n.º 6564, emitido em 20 de Agosto de 2008, pelo Arquivo de Identificação de São Vicente, NIF 100656447.

Constitui uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos e nas condições seguintes:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a denominação “LOPES E CUSTÓDIO – Importação e Exportação, Limitada”, NIF 256186014.

Artigo 2.º

A sociedade tem a sua sede na Cidade do Mindelo, Concelho de São Vicente, rua Dr. António Aurélio Gonçalves, podendo criar delegações ou outras formas de representação em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 3.º

A sociedade tem como objecto social: Importação e exportação de cosméticos e artigos diversos; Turismo, entretenimento.

Artigo 4.º

O capital social é de 1.670.000\$00, (um milhão seiscentos e setenta mil escudos) e encontram-se integralmente subscrito em bens, conforme relatório contabilístico, representado por quatro quotas dos seguintes sócios:

1. Amílcar Monteiro Custódio, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente, residente em Alto Mira Mar, NIF 106025503, casado com o 2.º, sob regime de bens adquiridos, com uma quota de 850.000\$00, (oitocentos e cinquenta mil escudos cabo-verdiano);
2. Alexandrina Fonseca Sousa Lopes Custódio, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente, residente em Alto Mira Mar, NIF 109837754, casada com o 1.º sob regime de bens adquiridos, com uma quota de 620.000\$00, (seiscentos e vinte mil escudos cabo-verdiano);
3. Josiane Marice Lopes Custódio, solteira, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente, residente em Alto Mira Mar, portador do Bilhete de Identidade n.º 4962, emitido em 23 de Julho de 2008, pelo Arquivo e Identificação de São Vicente, NIF 100496229, com uma quota de 100.000\$00, (cem mil escudos cabo-verdiano).
4. Anilton Jorge Lopes Custódio, solteiro, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente, residente em Alto Mira Mar, portador do Bilhete de Identidade n.º 6564, emitido em 20 de Agosto de 2008, pelo Arquivo de Identificação de São Vicente, NIF 100656447, com uma quota de 100.000\$00, (cem mil escudos cabo-verdiano).

Artigo 5.º

O capital social poderá ser alterado por deliberação da assembleia-geral.

Artigo 6.º

1. É livre a cessão de quotas entre os sócios, ficando a cessão a terceiros sujeita ao consentimento prévio de todos os sócios, que terão direito de preferência na aquisição.

2. O prazo para o exercício do direito de preferência é de 30 dias, a contar da data da comunicação feita pelo sócio que ceder a quota.

Artigo 7.º

As reuniões da assembleia-geral serão convocadas pela gerência ou por qualquer sócio por carta registada com aviso de recepção ou remetida com protocolo a todos os sócios com antecedência mínima de 15 dias.

Artigo 8.º

1. A gerência da sociedade e sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, é confiada a um gerente, ficando desde já nomeado o sócio Sr. Amílcar Monteiro Custódio, com dispensa de caução, podendo nomear procuradores nos termos do artigo 323.º do Código das Empresas Comerciais.

2. A sociedade não poderá ser obrigado em fiança, abonações de letras de favor e/ou demais actos e documentos estranhos aos seus fins sociais.

3. Para a sociedade considerar validamente obrigada em todos os actos e contratos bastará assinatura do gerente ou o procurador com poderes bastantes para o efeito.

Artigo 9.º

O ano social coincide com o ano civil e os balanços serão anualmente, reportando-se a 31 de Dezembro do ano respectivo.

Artigo 10.º

Os lucros líquidos da sociedade, após dedução das reservas legal, serão divididos pelos sócios.

Artigo 11.º

A sociedade dissolve-se por decisão dos sócios em assembleia-geral devidamente convocada para esse fim ou nos termos da lei em vigor.

Artigo 12.º

Em caso de dissolução, o património social terá o fim que os sócios decidir nos termos da lei.

Artigo 13.º

Em todos os casos omissos serão regulados por decisão dos sócios em assembleia-geral e pelas disposições do Código das Empresas Comerciais em vigor.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, 5 de Setembro de 2008. – A Conservadora, *Tirza Francisca Pires Fernandes Neves*.

(892)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor n.º 2 — “COOPENSINO – COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR”;
- c) Que foi requerida pelo n.º 4 do diário do dia 23 de Maio do corrente, por Helena Rebelo Rodrigues.
- d) Que ocupa dez folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA N.º 1125/2008:

Artigo 11.º, 1.....	150\$00
Artigo 11.º, 2	480\$00
SOMA.....	630\$00
10% C.G.J.....	63\$00
SOMA TOTAL	693\$00
São: (seiscentos e noventa e três escudos).	

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA

No dia quatro de Março de dois mil e oito, pelas dezassete horas, compareceram nas instalações do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, situada na Praça Poeta José Lopes, em Mindelo, S. Vicente, os seguintes outorgantes:

PRIMEIRO: António Lopes Canuto, maior, casado em regime de comunhão de adquiridos com Iolanda Augusta Vieira Lopes Canuto, engenheiro Electromecânico, portador do Bilhete de Identidade n.º 2175-A, emitido a 6 de Janeiro de 1994, em São Vicente, NIF 100217524, residente no Largo Poeta José Lopes, Mindelo, S. Vicente, que outorga por si e em representação, como procurador bastante, de Aguinaldo Lisboa Ramos, maior, casado em regime de comunhão geral de bens com Maria Magno da Costa Cruz Lisboa Ramos, funcionário público aposentado, portador do Bilhete de Identidade n.º 55793, emitido a 1 de Março de 1996, na Praia, NIF 130955604, residente na Prainha, Cidade da Praia;

SEGUNDO: Helena Maria Rebelo Rodrigues, maior, casada em regime de comunhão de adquiridos com António Pedro Gomes Silva, gestora, portadora do Bilhete de Identidade n.º 81739, emitido em 30 de Abril de 2007, em São Vicente, NIF 108173950, residente em Alto S. Nicolau, n.º 17, Mindelo, S. Vicente, que outorga por si e em representação, como procuradora bastante de Amílcar Gonçalves de Melo, maior, divorciado, consultor privado, portador do Bilhete de Identidade n.º 309556, emitido a 16 de Agosto de 2002, na Praia, NIF 130955604, residente em Achada de Santo António, Cidade da Praia;

TERCEIRO: João José Spencer, maior, divorciado, engenheiro mecânico, portador do Bilhete de Identidade nº 188986, emitido em 17 de Março de 1999, em S. Vicente, NIF 118898612, residente na Vila da Ponta do Sol, Ribeira Grande, S. Antão;

QUARTO: Afonso José Zego, maior, casado em regime de comunhão de adquiridos com Honorina de Fátima Freitas, funcionário aposentado da SHELL CABO VERDE, portador do Bilhete de Identidade nº 330491, emitido em S. Vicente, NIF 10151150, residente na rua Argélia, Mindelo, S. Vicente;

QUINTO: Ana Maria de Borja Spencer Salomão, maior, divorciada, professora, portadora do Bilhete de Identidade nº 37815, emitido em 2 de Novembro de 2005, em S. Vicente, NIF 10834615, residente na avenida 5 de Julho, n.º 5, 2.º Dto., Mindelo, S. Vicente;

SEXTO: Argentina Farahilda Lima Barros, maior, divorciada, auditora, portadora do Bilhete de Identidade nº 321765, emitido a 1 de Julho de 2003, em S. Vicente, NIF 10154481, residente na urbanização “Chê-Guevara”, lote nº 15, Chã de Cricket, Mindelo, S. Vicente;

SÉTIMO: Baltazar dos Santos Ramos, maior, casado em regime de comunhão de adquiridos com Filomena de Fátima Fonseca Neves Ramos, economista, portador do Bilhete de Identidade nº 244646, emitido a 1 de Dezembro de 2000, em S. Vicente, NIF 10202472, residente na avenida Dr. Alberto Leite, Mindelo, S. Vicente;

OITAVO: Belarmino António Ferreira Lucas, maior, casado em regime de comunhão de adquiridos com Nair Chantre Silva Santos Lucas, advogado, portador do Bilhete de Identidade nº 127444, emitido a 24 de Março de 2004, em S. Vicente, NIF 112744419, residente em Chã de Cricket, largo da Universidade Lusófora, Mindelo, S. Vicente;

NONO: Maria Madalena Duarte Almeida, maior, divorciada, economista, portadora do Bilhete de Identidade nº 305307, emitido em S. Vicente a 3 de Julho de 2002, NIF 1082953, residente na rua Renato Cardoso, nº 43, Mindelo, S. Vicente;

DÉCIMO: Maria Fernanda Duarte Vieira, maior, divorciada, gestora, portadora do Bilhete de Identidade nº 113448, emitido a 22 de Maio de 1997, em S. Vicente, NIF 113448, residente em Ribeira de Julião, S. Vicente;

DÉCIMO PRIMEIRO: Isabel Maria Lopes Spencer, maior, divorciada, portadora do Bilhete de Identidade nº 315249, emitido em S. Vicente, a 27 de Dezembro de 2002, NIF 131524917, residente em Mindelo, S. Vicente, que outorga em representação, como procuradora, da Organização Nacional da Diáspora Solidária — ONDS, fundação com sede em S. Vicente, com estatutos publicados no *Boletim Oficial* nº 4, II Série, de 2 de Janeiro de 2008, NIF nº 552315435;

DÉCIMO SEGUNDO: Aguinaldo Severino David, maior, casado em regime de comunhão de adquiridos com Gospa Jurivic David, zoólogo, portador do Bilhete de Identidade nº 136009, emitido em S. Vicente, em 11 de Outubro de 2002, NIF 113600976, residente em Mindelo, S. Vicente, que outorga em representação, como procurador, da Associação dos Amigos da Natureza, com sede em S. Vicente, reconhecida por Portaria nº 38/79, de 21 de Maio de 1979, NIF 552187097.

E por todos os outorgantes foi dito, por si e em nome dos respectivos representados, que, nos termos dos artigos 478.º e seguintes do Código das Empresas Comerciais, conforme deliberação tomada em assembleia ocorrida na mesma data, constituem entre si uma cooperativa sob a firma “COOPENSINO – COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR”, autorizada pelo certificado de admissibilidade de firma nº 14994 a qual se regerá nos termos das cláusulas seguintes e do documento anexo, firmado igualmente por todos os outorgantes e que faz parte integrante do presente contrato:

Cláusula Primeira

A cooperativa denominar-se-á “COOPENSINO – COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR”, é constituída por tempo indeterminado e terá a sua sede social em Mindelo, concelho de S. Vicente, freguesia de Nossa Senhora da Luz.

Cláusula Segunda

O objecto social da cooperativa será o exercício de actividades visando o Ensino Superior Universitário e Politécnico, a Investigação e o Desenvolvimento, e a Especialização Tecnológica, compreendendo igualmente nessas actividades a promoção de encontros e seminários, a produção de livros técnicos e textos científicos, bem como todas as actividades conexas.

Cláusula Terceira

1. O capital social da cooperativa é variável.

2. O capital social mínimo da Cooperativa é de 1.000.000\$00 ECV (um milhão de escudos cabo-verdianos).

3. O capital social inicial é de 1.400.000\$00ECV (um milhão e quatrocentos mil escudos cabo-verdianos), integralmente subscrito e realizado em um terço, em dinheiro, estando representado por títulos do valor nominal de 10.000\$00 ECV (dez mil escudos), correspondente à soma das seguintes participações sociais

- a) António Lopes Canuto – uma participação social de 100.000\$00 (cem mil escudos);
- b) Aguinaldo Lisboa Ramos – uma participação social de 100.000\$00 (cem mil escudos);
- c) Helena Maria Rebelo Rodrigues – uma participação social de 100.000\$00 (cem mil escudos);
- d) Amílcar Gonçalves de Melo – uma participação social de 100.000\$00 (cem mil escudos);
- e) João José Spencer – uma participação social de 100.000\$00 (cem mil escudos);
- f) Afonso José Zego – uma participação social de 100.000\$00 (cem mil escudos);
- g) Ana Maria de Borja Spencer Salomão – uma participação social de 100.000\$00 (cem mil escudos);
- h) Argentina Farahilda Lima Barros – uma participação social de 100.000\$00 (cem mil escudos);
- i) Baltazar dos Santos Ramos – uma participação social de 100.000\$00 (cem mil escudos);
- j) Belarmino António Ferreira Lucas – uma participação social de 100.000\$00 (cem mil escudos);
- k) Maria Madalena Duarte Almeida – uma participação social de 100.000\$00 (cem mil escudos);
- l) Maria Fernanda Duarte Vieira – uma participação social de 100.000\$00 (cem mil escudos);
- m) Organização Nacional da Diáspora Solidária – uma participação social de 100.000\$00 (cem mil escudos);
- n) Associação dos Amigos da Natureza – uma participação social de 100.000\$00 (cem mil escudos).

Os outorgantes declararam aceitar o presente contrato nos exactos termos nele exarados e no documento anexo e obrigaram-se a cumpri-lo nos precisos termos das respectivas cláusulas.

Elaborado nos termos da nova redacção dada ao número dois do artigo setenta e oito, do Código do Notariado através do Decreto-Legislativo número dois barra noventa e sete de dez de Fevereiro que faz parte integrante do contrato particular de constituição da Cooperativa denominada “COOPENSINO – COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR”, matriculada na Conservatória dos Registos de Primeira Classe de S. Vicente, sob o número 02/2008.

ESTATUTOS DA “COOPENSINO – COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR”

CAPÍTULO I

Denominação, sede, objectivos e duração

Artigo 1.º

(Denominação)

A Cooperativa adopta a denominação de “COOPENSINO, Cooperativa de Ensino Superior”, adiante designada por Cooperativa.

Artigo 2.º

(Sede)

1. A Cooperativa tem a sua sede em Mindelo, S. Vicente, podendo desenvolver a sua actividade em todo o país, nos termos das normas e regulamentos em vigor.

2. A Cooperativa poderá constituir filiais ou abrir quaisquer instalações, de acordo com as necessidades resultantes do desenvolvimento da sua actividade

Artigo 3.º

(Classificação)

A Cooperativa integra-se no ramo de ensino e qualifica-se como cooperativa de primeiro grau nos termos do artigo 477.º, números 1 e 2 do Código de Empresas Comerciais (CEC).

Artigo 4.º

(Objecto)

A Cooperativa tem por objecto o exercício de actividades visando o ensino superior universitário e politécnico, a investigação e o desenvolvimento, e a especialização tecnológica compreendendo igualmente nessas actividades a promoção de encontros e seminários, produção de livros técnicos e textos científicos, bem como todas as actividades conexas.

Artigo 5.º

(Duração)

A duração da cooperativa é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II**Do capital**

Artigo 6.º

(Capital social)

1. O capital social da cooperativa é variável.
2. O capital social mínimo da Cooperativa é de 1.000.000\$00 ECV (um milhão de escudos cabo-verdianos).
3. O capital social inicial é de 1.400.000\$00 ECV (um milhão e quatrocentos mil escudos cabo-verdianos), integralmente subscrito e realizado em um terço, em dinheiro, estando representado por títulos do valor nominal de 10.000\$00 ECV (dez mil escudos).

Artigo 7.º

(Subscrição do capital)

1. Cada membro efectivo deverá subscrever um mínimo de 10 (dez) títulos.
2. Cada membro honorário terá que subscrever um mínimo de 5 (cinco) títulos.
3. Nenhum cooperador poderá deter mais de 100 (cem) títulos.
4. Cada título subscrito deverá ser realizado em dinheiro em, pelo menos, um terço do seu valor.
5. O pagamento da parte não realizada de cada título de capital será feito em prestações mensais, no prazo máximo de três anos a contar da data da respectiva subscrição, excepto nos casos especiais previstos nestes estatutos.
6. O aumento de capital faz-se através da admissão de novos cooperadores ou subscrição de mais títulos por parte dos membros da cooperativa, até aos limites impostos pelo número 3 do presente artigo.
7. Os membros da cooperativa podem a todo o tempo, desde que não ponham em causa a cooperativa, diminuir até ao mínimo o número de títulos detidos.

Artigo 8.º

(Transmissibilidade dos títulos de capital)

Os títulos de capital só são transmissíveis inter vivos, mediante autorização expressa da assembleia-geral.

Artigo 9.º

(Amortização da participação social do sócios)

1. A Cooperativa procederá à amortização da parte social de cada sócio, pelo valor que lhe corresponda, segundo o último balanço, a favor de:

- a) Herdeiros dos sócios falecidos;
- b) Sócios exonerados a seu pedido;
- c) Sócios excluídos.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, não são imputados no activo os subvenções, doações, os legados e outros recursos análogos concedidos à cooperativa.

3. Por deliberação da assembleia-geral, poderão os herdeiros referidos na alínea a), do número 1, do presente artigo, ser autorizados a tornarem-se sócios da Cooperativa, com uma participação social equivalente ao quinhão da quota herdada que couber a cada um.

Artigo 10.º

(Jóia e Quota)

1. Todos os novos membros da cooperativa deverão realizar uma jóia de admissão, para além da obrigação de entrada para o capital social:

- a) No montante de 100.000\$00 ECV (cem mil escudos cabo-verdianos), quando a convite da Direcção para membros efectivos, a realizar nos termos do artigo 7.º destes estatutos;
- b) No montante de 500.000\$00 ECV (quinhentos mil escudos cabo-verdianos), quando efectuada de outra forma que não seja a convite da Direcção, realizados integralmente no acto de admissão.

2. Todos os membros efectivos da cooperativa pagarão uma quota mensal de valor a definir anualmente pela assembleia-geral, sob proposta da Direcção.

3. É exigida a maioria qualificada de, pelo menos, dois terços dos votos expressos na aprovação do valor da quota mensal para vigorar em cada ano civil.

CAPÍTULO III**Dos membros**

Artigo 11.º

(Membros da Cooperativa)

São membros da cooperativa os seus fundadores e ainda todas as pessoas que, como tal, vierem a ser admitidas e enquanto mantiverem tal qualidade.

Artigo 12.º

(Admissão)

1. Podem ser membros da Cooperativa todas as pessoas, singulares ou colectivas, que preenchendo os requisitos legais e estatutários em vigor, declararem perante o Conselho de Direcção desejar assumir tal qualidade.
2. A admissão efectua-se mediante a apresentação da respectiva proposta, assinada pelo candidato, e por dois membros efectivos em pleno gozo dos seus direitos estatutários.
3. A qualidade de cooperador só se adquire depois de a respectiva proposta ter sido aprovada pela assembleia-geral.
4. Da deliberação do Conselho de Direcção que recuse a admissão, cabe recurso para a primeira Assembleia-geral subsequente, o qual deve ser interposto até 30 (trinta) dias antes da data prevista para a sua realização.

Artigo 13.º

(Categoria dos membros)

1. Os membros poderão ser efectivos ou honorários.
2. São membros honorários aqueles cujo mérito ou cujas actividades em prol da cooperativa justifiquem tal distinção e sejam admitidos nessa condição por deliberação da assembleia-geral.
3. Dois ou mais membros poderão propor à Assembleia-geral a atribuição da qualidade de membro honorário, podendo a proposta ser apresentada, igualmente, pelo Conselho de Direcção.
4. Os membros honorários têm o direito de participar nas Assembleias-gerais, sem direito a voto.

Artigo 14º

(Direitos dos cooperadores)

São direitos dos cooperadores:

- a) Tomar parte na Assembleia-Geral e nela discutir, propor e votar em plena igualdade com os outros sócios.
- b) Eleger e ser eleito para a titularidade dos órgãos sociais;
- c) Ser informado sobre a situação da cooperativa em matéria económica e do seu funcionamento;
- d) Requerer procedimentos que entender convenientes, examinar a escrita e as contas nas condições que forem regulamentadas;
- e) Usufruir das vantagens que a cooperativa tenha alcançado pelo normal exercício das suas actividades, nas condições fixadas no contrato societário e regulamento;
- f) Ter tratamento igual ao dos outros sócios;
- g) Exonerar-se da sua qualidade de membro a todo o tempo;
- h) Examinar os livros e documentos de escrituração, sempre que o solicitem por escrito à Direcção com trinta dias de antecedência.
- i) Usufruir de todos os benefícios estabelecidos no regulamento interno.

Artigo 15º

(Deveres dos cooperadores)

1. São deveres dos cooperadores:

- a) Observar os princípios cooperativos e respeitar o contrato societário e os regulamentos;
- b) Tomar parte nas assembleias-gerais;
- c) Aceitar e exercer os cargos sociais para os quais tenham sido eleitos, salvo motivo justificado de escusa;
- d) Realizar a entrada que for estipulada e efectuar outros pagamentos previstos na lei ou no contrato societário;
- e) Cumprir as deliberações da Assembleia-geral e as decisões da Direcção, desde que não contrariem os estatutos ou a lei.

2. A responsabilidade dos cooperadores é limitada ao montante do capital subscrito.

Artigo 16º

(Relações Económicas)

1. Os cooperadores são remunerados de acordo com a utilidade do serviço prestado à Cooperativa.

2. Poderão trabalhar no âmbito da Cooperativa, trabalhadores sem a qualidade de cooperadores, cujas regalias serão definidas, caso a caso, pela Direcção.

Artigo 17º

(Exoneração)

1. Os sócios podem exonerar-se a todo o tempo dessa qualidade com pré-aviso de sessenta dias, sem prejuízo da responsabilidade pelo cumprimento das suas obrigações assumidas anteriormente.

2. No caso de os cooperadores solicitarem a demissão, a perda de qualidade de cooperador é automática, decorridos sessenta dias sobre a data da apresentação do pedido, ou no termo do prazo fixado no pedido, caso seja superior àquele.

3. Sem prejuízo do disposto no número dois do Artigo 15º dos presentes estatutos, no prazo de doze meses a contar da data em que efectivamente se operar a perda da qualidade de cooperador por demissão, será restituído ao membro demitido o valor dos títulos de capital realizado, assim como a parte que lhe couber dos excedentes líquidos relativamente ao último exercício social.

Artigo 18º

(Sanções)

1. Aos cooperadores que faltarem ao cumprimento dos seus deveres podem ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) Repreensão registada;
- b) Suspensão de direitos até 180 (cento e oitenta) dias;
- c) Exclusão.

2. A sanção da repreensão registada e a de suspensão são da competência da Direcção, sendo a de exclusão da competência exclusiva da assembleia-geral.

3. A aplicação de qualquer sanção será sempre precedida de processo, nos termos do disposto no artigo 493º do Código de Empresas Comerciais.

4. No caso de suspeita de prática por um cooperador de infracções que, em abstracto, sejam susceptíveis de fundamentar a sua exclusão, pode a Direcção suspendê-lo preventivamente, até que seja proferida decisão disciplinar.

5. No caso de exclusão, o prazo de restituição a que se refere o número dois do Artigo anterior será de dezoito meses.

CAPÍTULO IV

Dos órgãos sociais

Secção I

Princípios Gerais

Artigo 19º

(Órgãos sociais)

São órgãos sociais da Cooperativa:

- a) A Assembleia-geral.
- b) O Conselho de Direcção.
- c) O Conselho Fiscal.

Artigo 20º

(Duração dos Mandatos)

1. A duração dos mandatos da Mesa da Assembleia-geral, do Conselho de Direcção e do Conselho Fiscal é de quatro anos, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes, com dispensa de caução ou mera garantia

2. Em caso de vagatura do cargo, o membro suplente designado pelo respectivo órgão para o preencher apenas completará o mandato, o mesmo se verificando no caso de eleição antecipada.

Artigo 21º

(Funcionamento dos Órgãos)

1. Nenhum órgão social da Cooperativa, à excepção da Assembleia-geral, se encontra estatutariamente constituído sem que estejam preenchidos, pelo menos, metade dos seus lugares.

2. As vagas verificadas serão ocupadas por suplentes, devendo proceder-se à eleição quando esteja em risco a composição estatutária referida no número anterior.

3. As deliberações dos órgãos sociais são tomadas por maioria simples, salvo nos casos em que a lei ou o presente estatuto disponha de modo diferente.

Artigo 22º

(Eleições)

1. Os membros da Direcção, do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia-Geral são eleitos em Assembleia-Geral convocada expressamente para o efeito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por maioria simples dos votos, em escrutínio secreto.

2. As listas devem satisfazer os seguintes requisitos:

- a) Ser recebidas pela Mesa da Assembleia-geral com antecipação mínima de 15 (quinze) dias em relação à data da Assembleia-geral;
- b) Ser subscritas por um mínimo de um terço dos membros em pleno gozo dos seus direitos;
- c) Ser acompanhadas de declaração escrita por cada candidato na qual aceita o cargo para que venha a ser eleito.

3. Deverão ser indicados candidatos suplentes para cada órgão, em número nunca superior a um terço dos seus membros efectivos.

Artigo 23º

(Remunerações)

1. O exercício de cargos nos órgãos sociais poderá ser ou não remunerado, conforme deliberação da Assembleia-geral, a qual deverá, igualmente, fixar o montante dessas remunerações.

2. Todos os outros vencimentos ou remunerações são da competência da Direcção.

Secção II

Da Assembleia-Geral

Artigo 24º

(Composição)

1. A assembleia-geral é o órgão social supremo da cooperativa, composto por todos os cooperadores no pleno gozo dos seus direitos.

2. A mesa da assembleia-geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário

Artigo 25º

(Funcionamento da Assembleia-Geral)

1. Os trabalhos da assembleia-geral são dirigidos pela Mesa da Assembleia-geral.

2. A assembleia-geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.

3. A assembleia-geral reunirá à hora marcada na convocatória, se estiverem presentes mais de metade dos sócios, com direito de voto, ou os seus representantes devidamente credenciados.

4. Se, à hora marcada para a reunião, não se verificar o número de presenças previsto no número anterior, a Assembleia reunirá quarenta e oito horas, depois com qualquer número de membros.

5. Cada cooperador dispõe de um voto, qualquer que seja o capital subscrito.

6. Depende da maioria qualificada de dois terços dos votos dos sócios presentes, desde que superior a metade dos sócios no pleno gozo dos seus direitos que compõem a Cooperativa, a tomada de deliberações da assembleia-geral que tenham por objecto:

- a) A exclusão ou a suspensão de sócios;
- b) A alteração do contrato societário;
- c) A transformação ou dissolução da cooperativa;
- d) A fusão ou cisão da cooperativa;
- e) A aprovação da filiação em uniões, federações ou confederações ou a saída delas;
- f) A fixação das remunerações dos titulares dos órgãos sociais.

Artigo 26º

(Competências da Assembleia Geral)

É da competência exclusiva da assembleia-geral:

- a) Eleger e destituir os membros dos órgãos sociais;
- b) Apreciar e votar anualmente o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- c) Apreciar e votar o orçamento e plano de actividades para o exercício seguinte;
- d) Fixar as taxas de juro a pagar pelos cooperadores em caso de empréstimo;
- e) Aprovar o montante da quota mensal aplicável aos membros da cooperativa;
- f) Alterar os estatutos e aprovar os regulamentos internos;
- g) Nomear, sob proposta do Conselho de Direcção, os membros dos órgãos de Direcção de todos os estabelecimentos de ensino geridos pela Cooperativa, salvo, nos casos em que a lei imponha uma outra forma de nomeação;
- h) Admitir, sob proposta do Conselho de Direcção, os novos membros da Cooperativa;
- i) Aprovar a fusão, incorporação, cisão da cooperativa, e filiação da mesma em uniões, federações e confederações, bem como a sua participação em Sociedades;
- j) Aprovar a dissolução da cooperativa;
- k) Decidir dos recursos interpostos pelos cooperadores, desde que apresentados até 30 (trinta) dias antes da realização da Assembleia-geral;
- l) Apreciar e votar outras matérias da sua competência, nos termos da legislação aplicável e dos presentes estatutos.

Secção III

Do Conselho de Direcção

Artigo 27º

(Composição do Conselho de Direcção)

O Conselho de Direcção é o órgão de administração e representação da cooperativa, composto no mínimo por três membros e no máximo por cinco membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, e os demais vogais.

Artigo 28º

(Competências do Conselho de Direcção)

1. Ao Conselho de Direcção competirá, designadamente:

- a) Elaborar anualmente e submeter aos pareceres do Conselho Fiscal e à apreciação e votação da Assembleia-geral, o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como o orçamento e o plano de actividades para o exercício seguinte;
- b) Executar o plano de actividades anual;
- c) Atender as solicitações do Conselho Fiscal, nas matérias da competência deste;
- d) Propor à Assembleia-Geral a admissão de novos membros;
- e) Deliberar sobre a aplicação de sanções previstas nos estatutos, dentro dos limites da sua competência;
- f) Velar pelo respeito da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da cooperativa;
- g) Contratar e gerir o pessoal necessário às actividades da cooperativa;
- h) Propor à Assembleia-Geral a designação dos membros dos órgãos de Direcção de todos os estabelecimentos de ensino geridos pela Cooperativa, salvo os casos em que a lei imponha uma outra forma de nomeação;
- i) Representar a cooperativa em juízo e fora dele;
- j) Escriturar os livros nos termos da lei;
- k) Praticar todos e quaisquer actos na defesa dos interesses da cooperativa e dos cooperadores, e na salvaguarda dos princípios cooperativos.

2. O Vice-Presidente tem por funções, coadjuvar o Presidente e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

3. O Conselho de Direcção pode delegar no Presidente ou em qualquer outro dos seus membros, os poderes de representação previstos na alínea h) do número anterior.

4. A cooperativa fica obrigada com as assinaturas de dois membros efectivos do Conselho de Direcção, sendo uma delas, obrigatoriamente, a do Presidente, ou do Vice-Presidente, nas situações em que se encontre a substituir aquele.

5. O Conselho de Direcção pode designar gerentes ou outros mandatários, delegando-lhes os poderes previstos nestes estatutos ou aprovados pela assembleia-geral.

Secção IV

Do Conselho Fiscal

Artigo 29º

(Definição e Composição do Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal é o órgão de controlo e fiscalização da cooperativa, composto por um presidente e dois vogais.

2. O secretário do Conselho Fiscal será escolhido de entre os dois vogais, pelos membros do próprio Conselho.

Artigo 30º

(Competências do Conselho Fiscal)

Ao Conselho Fiscal competirá, designadamente:

- a) Emitir parecer sobre o Relatório e Contas do exercício, apresentado pelo Conselho de Direcção, antes da sua submissão à Assembleia-Geral;
- b) Emitir parecer sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos pelos outros órgãos sociais da Cooperativa;
- c) Fiscalizar o cumprimento da lei e das normas estatutárias por parte dos demais órgãos da cooperativa.

Artigo 31º

(Auditoria)

As contas da Cooperativa serão obrigatoriamente submetidas a auditoria externa, por auditor ou sociedade de auditoria certificada, antes do parecer do Conselho Fiscal.

Secção V

Da responsabilidade dos órgãos sociais

Artigo 32º

(Incompatibilidades)

Os membros do Conselho de Direcção, seus mandatários e os membros do Conselho Fiscal não podem negociar por conta própria, directamente ou por interposta pessoa, com a cooperativa.

Artigo 33º

(Responsabilidades)

Os directores, gerentes e outros mandatários e os membros do Conselho Fiscal são responsáveis civil e criminalmente perante a cooperativa e terceiros, nos termos da lei.

CAPÍTULO V

Das reservas e dos excedentes

Artigo 34º

(Das reservas)

São criadas as seguintes reservas:

- a) Reserva legal;
- b) Reserva para fundo de educação e formação cooperativa;
- c) Reserva para investimentos.

Artigo 35º

(Reversão para reservas)

1. As reversões mínimas para as reservas são as seguintes:
 - a) Para a “reserva legal” reverterão 20% do resultado líquido do exercício financeiro;
 - b) Para a “reserva para fundo de educação e formação cooperativa” reverterão 50% das jóias de admissão e 5% dos excedentes anuais líquidos.
2. As reversões para as restantes reservas e, bem assim, as reversões superiores aos mínimos referidos no número anterior serão definidas pela assembleia-geral.

Artigo 36º

(Aplicação dos excedentes)

Os excedentes financeiros de cada exercício, após constituição das reservas legais e estatutárias, serão aplicados integralmente na valorização dos estabelecimentos de ensino sob a sua gestão, bem como na concessão de benefícios sociais aos seus colaboradores e alunos.

CAPÍTULO VI

Da dissolução e liquidação

Artigo 37º

(Causa de dissolução)

As causas de dissolução são as previstas nos artigos 228º a 231º e 456º do Código de Empresas Comerciais.

Artigo 38º

(Liquidação)

No processo de liquidação e partilha aplica-se o disposto nos Artigos 232º a 250º do Código de Empresas Comerciais.

CAPÍTULO VII

Disposições finais e transitórias

Artigo 39º

(Conciliação e arbitragem)

Qualquer litígio emergente entre os cooperadores e a cooperativa será, obrigatoriamente, dirimida por recurso, em primeiro lugar à conciliação e, falhando esta, à arbitragem, nos termos da lei sobre mediação e arbitragem vigente em Cabo Verde.

Artigo 40º

(Casos omissos)

Os casos omissos são regulados pelo Código de Empresas Comerciais e demais legislação complementar aplicável às cooperativas de ensino.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, 3 de Setembro de 2008. – A Conservadora, *Tirza Francisca Pires Fernandes Neves*.

(893)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 1425 — “C.C INVESTIMENTOS, LIMITADA”;
- c) Que foi requerida pelo nº 07 do diário do dia 15 de Julho do corrente, por Maria Filomena da Cruz Chantre;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 1150/2008:

Artigo 11º, 1.....	150\$00
SOMA	150\$00
10% C.G.J.....	15\$00
SOMA TOTAL	165\$00

São: (cento e sessenta e cinco escudos).

CONTRATO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE COMERCIAIS POR QUOTAS

Outorgantes:

PRIMEIRO: Maria Filomena da Cruz Chantre, divorciada, natural de S. Vicente, onde reside, portadora do Bilhete de Identidade nº 24687 emitido em S. Vicente em 27 de Junho de 2008, NIF 102468788, que outorga por si, e em representação de:

Fernando Augusto da Cruz Chantre, solteiro, natural de S. Vicente, residente em Roterdão - Holanda, portador do passaporte nº J110583, emitido pelo Consulado Geral de CV - Roterdão em 10 de Julho de 2006, NIF 117887129;

- Fernanda Luísa da Cruz Chantre, solteira, natural de S. Vicente, residente Luanda - Angola, portadora do passaporte nº J117116, emitido pela Embaixada de CV em Angola em 5 de Outubro de 2006, NIF 150012969.

- José Augusto da Cruz Chantre, solteiro, natural de S. Vicente, residente em Lisboa - Portugal, portador do passaporte nº 1059883, emitido pela Embaixada de CV em Lisboa em 28 de Março de 2001, NIF 150012705.

SEGUNDO: Nilza Luísa da Cruz Chantre, solteira, natural de S. Vicente onde reside, portadora do Bilhete de Identidade nº 5350, emitido em S. Vicente em 14 de Janeiro de 2004, NIF100535062.

Que pela presente é celebrado um contrato particular de sociedade comercial por quotas nos termos seguintes:

Artigo 1º

A sociedade comercial por quotas adopta a denominação de “C. C INVESTIMENTOS, LIMITADA”.

Artigo 2º

A sociedade tem a sua sede na freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de S. Vicente na Cidade do Mindelo, podendo criar estabelecimentos, delegações, sucursais outras formas de representação em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 3º

A sociedade tem por objecto, investimentos imobiliários, turismo e comércio.

Artigo 4º

O capital social é de 700.000\$00 ECV (setecentos mil escudos), integralmente subscrito e realizado em dinheiro, e corresponde a soma das quotas dos sócios seguintes:

- Maria Filomena da Cruz Chantre Soares, divorciada, residente no Monte - S. Vicente, NIF 102515043 – 20% correspondente à 140.000\$00;

- Fernando Augusto da Cruz Chantre, solteiro, natural de S. Vicente, residente em Roterdão – Holanda, NIF 117887129 – 20% correspondente à 140.000\$00;

- Nilza Luísa da Cruz Chantre, solteira, natural de S. Vicente, residente no Monte - S. Vicente, NIF 100535062 – 20% correspondente à 140.000\$00;

- Fernanda Luísa da Cruz Chantre, solteira, natural de S. Vicente, residente Luanda - Angola, NIF 150012969 – 20% correspondente à 140.000\$00;

- José Augusto da Cruz Chantre, solteiro, natural de S. Vicente, residente em Lisboa - Portugal, NIF 150012705 – 20% correspondente à 140.000\$00.

Artigo 5º

A sociedade poderá proceder ao aumento do seu capital social, uma ou mais vezes ou por subscrição de novas quotas pelos sócios.

Artigo 6º

A cessão de quota é livre entre os sócios. Porém a alienação a favor de terceiros depende do consentimento prévio e expresso da sociedade que reserva o direito de preferência.

Artigo 7º

Os sócios poderão fazer os suprimentos que a sociedade carecer, nas condições que acordarem em assembleia-geral.

Artigo 8º

1. A gerência e administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente cabe aos sócios Maria Filomena da Cruz Chantre Soares e Nilza Luísa da Cruz Chantre, que desde já são nomeados gerentes com dispensa de caução.

2. Para a sociedade se considerar validamente obrigada em todos os actos e contratos bastará a assinatura de um dos gerentes.

3. A sociedade poderá nomear procuradores que obrigarão a sociedade nos termos, condições dos respectivos mandatos, inclusivos para fins consignados no artigo 323º do Código Empresas Comercias.

Artigo 9º

É expressamente proibido aos sócios obrigar a sociedade em fianças, abonações de letras de favor e demais actos ou contratos estranhos a sociedade.

Artigo 10º

A assembleia-geral é convocada por carta registada ou por fax, remetidos aos sócios, com antecedência de um mês, endereçada aos domicílios que constem dos registos da sociedade.

Artigo 11º

A sociedade só se dissolve nos casos previstos na lei ou por acordo dos sócios, procedendo-se à partilha conforme acordado e for de direito.

Artigo 12º

O ano económico coincide com o ano civil.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, 5 de Setembro de 2008. – A Conservadora, *Tirza Francisca Pires Fernandes Neves*.

(894)

Conservatória dos Registos da Região da Segunda Classe de Santa Catarina

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula nº 131/2007.05.25;
- e) Que foi requerida pelo nº 2;
- d) Que ocupa duas folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 63/2008

Soma total..... 500\$00

São: (quinhentos mil escudos).

SOCIEDADE COMERCIAL E DE CONSTRUÇÃO CIVIL, “SANCHES & GOMES, LDA”.

O Conservador, *Gustavo Cordeiro Dias de Sousa*.

AP: 20-05-2007 – CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE

DENOMINAÇÃO: SOCIEDADE COMERCIAL E DE CONTRUÇÃO CIVIL, “SANCHES & GOMES, LDA”

SEDE: Boca Ribeira, Concelho de São Miguel, Ilha de Santiago, podendo criar filiais ou outras formas de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

OBJECTO: A sociedade tem por objecto principal, o comércio geral por grosso e a retalho, importação, exportação, restauração, representação e construção civil, podendo dedicar-se à venda e demais actividades complementares desde de assim seja decidido pela gerência. A sociedade pode ainda participar na constituição de outras sociedades cuja actividade seja reconhecida de interesse para a mesma.

CAPITAL: O capital da sociedade é de 5.000.000\$00 (cinco milhões escudos), realizado em dinheiro, correspondente à soma das quotas dos sócios, como a seguir se especifica:

- José Sanches Mendes uma quota no valor de 3.000.000\$00 (três milhões de escudos) corresponde da 60% do capital social;
- Francisca Gomes Dias Mendes uma quota no valor de 2.000.000\$00 (dois milhões de escudos) corresponde da 40% do capital social.

O capital social poderá ser aumentado uma ou mais vezes, por simples deliberação dos sócios em assembleia-geral. Nos aumentos futuros do capital, é reservado aos sócios o direito de manterem as proporções que tiverem à data em que for deliberado o aumento.

GERÊNCIA: A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa ou passivamente, incumbe ao gerente, sócio ou não sócio que for designado assembleia-geral, com dispensa de caução e remunerado de acordo com o que for deliberado.

REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE: A sociedade é representada pelo seu gerente.

NATUREZA: Definitiva.

O Conservador, *Gustavo Cordeiro Dias de Sousa*.

02 Ap.01/2008/08/28 – FACTO INSCRITO: ADMISSÃO DO NOVO SÓCIO E CESSÃO DE QUOTAS.

QUOTA TRANSMITIDA: 1.500.000\$00 (um milhão e quinhentos mil escudos) a favor de Albino Moreira Nunes, casado, de nacionalidade Portuguesa, residente actualmente em Nice, França, de passagem pela Cidade da Praia, por cessão do sócio, José Sanches Mendes.

A Conservadora, *Maria Ivete Santos da Silva Marques*

03 Ap.02/2008/08/28 – QUOTA TRANSMITIDA: 1.000.000\$00 (um milhão de escudos) a favor de Albino Moreira Nunes, acima identificado por cessão da sócia, Francisca Gomes Dias Mendes.

A Conservadora, *Maria Ivete Santos da Silva Marques*

04 Ap.03/2008/08/28 – Por deliberação da Assembleia-Geral, reunida em secção extraordinária, datada de 12 de Julho de 2008, foi admitido o novo sócio, o senhor Albino Moreira Nunes, consócio da sociedade.

A Conservadora, *Maria Ivete Santos da Silva Marques*

05 04/2008/08/28 – Alteração Parcial do contrato.

ARTIGO ALTERADO – 4º.

TERMO DAS ALTERAÇÕES

CAPITAL: 5000.000\$00 (cinco milhões de escudos)

SÓCIO E QUOTAS:

- Albino Moreira Nunes – 50% de capital social correspondente a 2.500.000\$00 (dois milhão e quinhentos mil escudos)
- José Sanches Mendes – 30% da capital social, correspondente a 1.500.000\$00 (um milhão e quinhentos mil escudos);
- Francisca Gomes Dias Mendes – 20% da capital social correspondente a 1.000.000\$00 (um milhão de escudos).

Acta nº 1 datada de 12/07/2008 e contrato de cessão de quotas datada de 22/07/2008.

A Conservadora, *Maria Ivete Santos da Silva Marques*

(895)

**Conservatória dos Registos da Região da Segunda Classe
do Sal**

A CONSERVADORA: FRANCISCA TEODORA LOPES

EXTRACTO

Certifico, narrativamente para efeito de publicação, que a presente fotocópia composta por oito folhas está conforme original no qual foi constituída uma sociedade denominada “MIA IMOBILIARIA, SOCIEDADE LIMITADA” ou “MIA LDA”, matriculada nesta Conservatória sob o n.º 1884/2008

Conta nº 1539/2008.

**CONTRATO E SOCIEDADE
ESTATUTOS**

Pelo presente documento particular que outorga nos termos dos números 1 e 3 do artigo 104º, número 1 do artigo 110º, números 1 e 3 do artigo 111º e artigos 272º e seguintes, todos do Código das Empresas Comerciais e elaborado nos termos e preceitos da nova redacção dada ao número 2 do artigo 78º do Código do Notariado através do Decreto-Lei nº 2/97, de 10 de Fevereiro do Código do Notariado: Giovanni Mandolesi, maior de idade, casado em regime de separação de bens com Roberta Albanesi, titular do passaporte de cidadão Italiano número A149006, emitido em Itália, no dia 11 de Dezembro de 2002, natural de Itália e Roberta Albanesi, maior de idade, casada em regime de separação de bens com Giovanni Mandolesi, titular do passaporte número A149019, emitido em Itália, no dia 11 de Dezembro de 2002, natural de Itália, ambos residentes e domiciliados profissionalmente na Vila de Santa Maria - ilha do Sal.

Constituem uma sociedade por quotas que se regerá de acordo com os seguintes estatutos:

Artigo 1º

(Constituição)

É constituída e reger-se-á pelos presentes estatutos e pelas leis aplicáveis, a sociedade comercial denominada “MIA IMOBILIARIA, SOCIEDADE, LIMITADA” ou “MIA, LDA”.

Artigo 2º

(Firma)

A sociedade adopta a firma “MIA IMOBILIÁRIA, SOCIEDADE, LIMITADA” ou “MIA, LDA”.

Artigo 3º

(Objecto)

1. A sociedade tem por objecto principal;
 - a) Actividades imobiliárias por conta-própria;
 - b) Mediação imobiliária;
 - c) Prestação de serviços imobiliários;
 - d) Aquisição, compra, venda, arrendamento, permutas e promoção de imóveis e terrenos;
 - e) Promoção e gestão de empreendimentos turísticos;
 - f) Participação no capital social de outras sociedades constituídas ou a constituir seja qual for o objecto social.

Artigo 4º

(Realização do objecto)

A realização do objecto referido no número anterior, poderá fazer-se directamente ou através de empresas ou sociedade de que “MIA IMOBILIÁRIA, SOCIEDADE, LIMITADA” ou “MIA, LDA” faça parte ou ainda em autonomização dos diversos sectores ou áreas dentro da sociedade.

Artigo 5º

(Sede)

1. A sociedade tem a sua sede na Vila de Santa Maria ilha do Sal.
2. A sociedade mediante decisão da assembleia-geral de sócios, poderá abrir delegações, sucursais, filiais e outras representações, em qualquer parte do país ou no estrangeiro.

Artigo 6º

(Duração)

A sociedade dura por tempo indeterminado.

Artigo 7º

(Capital social)

O capital social é de 500.000\$00 (quinhentos mil escudos de Cabo Verde) integralmente subscrito e realizado em dinheiro representado por quotas de igual valor nominal, pertencentes:

- 1 - Giovanni Mandolesi – 50% – (250.000\$00);
- 2 - Roberta Albanesi – 50% – (250.000\$00).

Artigo 8º

(Aumento do capital social)

A sociedade poderá aumentar o capital social sempre que se mostrar necessário, por deliberação da assembleia-geral de sócios, sendo o montante do mesmo subscrito e realizado integralmente em dinheiro.

Artigo 9º

(Prestações acessórias)

A sociedade poderá aumentar o capital social sempre que se mostrar necessário, por deliberação dos sócios, sendo o montante do mesmo subscrito e realizado integralmente em dinheiro.

Artigo 10º

(Prestações suplementares)

Por deliberação da assembleia-geral de sócios, pode ser exigido prestações suplementares de capital a realizar em dinheiro:

- a) O montante máximo a realizar é até 20 (vinte) vezes o capital social sendo que poderá ser chamado a efectuar o montante máximo ou parte dele;
- b) As prestações suplementares, após deliberação, registada em acta, serão fixados os montantes da mesma e o prazo da prestação, o qual não pode ser inferior a 30 (trinta) dias contados desde a data da comunicação.

Artigo 11º

(Contrato de suprimentos)

- a) Considera-se contrato de suprimentos o contrato pelo qual os sócios emprestam, à sociedade, dinheiro ou outra coisa fungível ou o diferimento de créditos daquele sobre esta, ficando aquela obrigada a restituir outro tanto, do mesmo género e qualidade, desde que o mútuo ou o diferimento tenham carácter de permanência, mais de 1 (um) ano;
- b) No caso de todos os sócios efectuarem suprimentos à sociedade, as condições de juro e prazos de reembolso poderão ser estabelecidas em acta, dispensando-se assim a redução de escrito dos respectivos contratos;
- c) No caso de falência ou dissolução da sociedade, o reembolso dos suprimentos somente poderá efectuar-se após a satisfação dos restantes créditos, não sendo admissível a compensação de créditos da sociedade com créditos de suprimentos.

Artigo 12º

(Ano social)

Para todos efeitos o ano social é o ano civil.

Artigo 13º

(Divisão de quotas)

1. A quota é divisível em caso de sucessão, transmissão inter vivo ou amortização parcial.
2. A divisão de quota para transmissão não produz efeitos para a sociedade enquanto esta não der o seu consentimento através de deliberação dos sócios.
3. O consentimento para a cessão de quota considera-se simultaneamente dado para a divisão da mesma.

Artigo 14º

(Transmissão de quotas)

1. A quota é transmissível, quer por cessão, quer por efeito de *mortis causa* de um dos sócios.
2. Em caso de *mortis causa* de um sócio, os restantes poderão deliberar a amortização da quota do falecido nos termos do Código das Sociedades Comerciais, no seu artigo 301º e demais legislação aplicável para o efeito.

Artigo 15º

(Cessão de quotas)

1. É livre a cessão de quota entre os sócios, cônjuges, ascendentes ou descendentes e deve constar de escritura pública ou privada e demais preceitos para a constituição de sociedades, salvo se resultar de processo judicial.

2. Os sócios são livres para ceder a sua quota, ou parte dela, a favor de não sócios, sendo que terá de ter a aprovação da maioria de capital social para poder ser efectuada.

3. Cedentes e cessionário respondem solidariamente pelas prestações relativas á quota que estiver em dívida à data da cessão.

4. A responsabilidade do cedente, referida no número anterior, cessa decorrido 3 (três) anos sobre a data a cessão.

Artigo 16º

(Gerência)

1. A gerência da sociedade, com ou sem caução, remunerada ou não, é nomeada por deliberação da assembleia-geral de sócios.

2. Desde já, ficam nomeados gerentes, sem caução e sem remuneração, os sócios:

- Giovanni Maudolesi;
- Roberta Albanesi.

3. Ficam os gerentes, desde já, autorizados a proceder á movimentação da conta aberta em nome da sociedade, onde foi depositada a soma do valor das entradas correspondente ao capital social realizado, após a celebração do pacto social e antes do registo, nos termos estatutários e do artigo 277º, alínea 2) do Código das Sociedades Comerciais aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 3/99, de 9 de Março, nomeadamente para fazer face às despesas de constituição e transformação, de registo, de início de actividade e de aquisição de bens e equipamentos.

Artigo 17º

(Mandatários e procuradores)

A sociedade poderá nomear mandatários ou procuradores que obrigarão a sociedade nos termos, condições e limites constantes dos respectivos mandatos.

Artigo 18º

(Vinculação da sociedade)

A sociedade vincula-se perante terceiros pela assinatura dos gerentes ou de procuradores.

Artigo 19º

(Actos estranhos aos fins sociais)

A sociedade não se obriga em contrato, fianças, abonações, letras de favor ou quaisquer actos e documentos estranhos aos fins sociais, sendo da responsabilidade pessoal de quem os fizer, os prejuízos que daí advierem para a sociedade.

Artigo 20º

(Participação em outras sociedades)

A sociedade poderá participar, mediante decisão da assembleia-geral de sócios e com observância dos pressupostos legais em vigor, na constituição, administração e fiscalização de outras empresas.

Artigo 21º

(Da Assembleia-Geral)

1. A presidência da assembleia-geral de sócios caberá ao sócio presente que detiver maior fracção de capital social preferindo-se em igualdade de circunstâncias o mais velho.

2. As decisões da assembleia-geral de sócios devem ser transcritas em livro de actas ou assumir a forma escrita e serem devidamente assinadas por todos os sócios presentes.

3. Salvo nos casos em que a lei estabeleça alguma formalidade especial as reuniões da assembleia-geral são convocados pelos gerentes por telegrama, telex, fax ou por carta registrada, dirigida a todos os sócios, pelo menos 30 dias antes da data prevista para a reunião.

Artigo 22º

(Balanços e lucros)

1. Os balanços serão anuais e reportar-se-ão a trinta e um de Dezembro de cada ano. A sociedade por deliberação da assembleia-geral de sócios poderá submeter as suas contas a revisão feita por auditores externos.

2. Os lucros líquidos apurados, depois de deduzido o fundo de reserva legal, serão creditados na respectiva conta e postos a disposição dos sócios 30 (trinta) dias após a deliberação da distribuição dos mesmos, salvo, se for decidido expressamente o contrário, quando ao prazo e forma de distribuição, neste, último caso (distribuição) poderão, os lucros líquidos apurados, permanecer na sociedade.

3. Cobertura de prejuízos, no caso de os haver, no exercício em questão, estes poderão ser assumidos pelos sócios ou ser cobertos por resultados transitados positivos e/ou reservas legais.

4. Não poderá ser distribuído, aos sócios, lucros do exercício que sejam necessários para cobrir prejuízos transitados, ou para formar ou reconstruir reservas impostas nos termos legais.

5. Sem prejuízo do preceituado quando à redução do capital social, não pode ser distribuído aos sócios bens da sociedade quando a situação líquida desta, tal como resulta das contas elaboradas e aprovadas nos termos legais, for inferior à soma do capital e das reservas legais, ou se torne inferior a esta em consequência de tal distribuição.

Artigo 23º

(Fiscalização)

A assembleia-geral de sócios pode deliberar criar um órgão de fiscalização da sociedade, o qual será obrigatoriamente composto por um número ímpar de membros e do qual fará parte um fiscal único independente.

Artigo 24º

(Dissolução)

1. A sociedade dissolve-se imediatamente nos casos previsto na lei ou por deliberação da assembleia-geral de sócios.

2. A sociedade, em caso de morte ou interdição de qualquer sócio, continuará com os restantes e com os herdeiros do sócio falecido ou interdito, salvo se estes preferirem apartar-se da sociedade. Neste caso, proceder-se-á ao balanço e os herdeiros receberão o que se apurar pertencer-lhes, o que lhes será pago de forma a combinar entre os sócios.

Artigo 25º

(Divergências)

1. Para todos os litígios entre a sociedade e os sócios ou entre estes, relativos á sociedade, deverá recorrer-se a uma comissão de arbitragem, cabendo a cada uma das partes em litígio a nomeação de um árbitro para integrar a comissão, e os árbitros escolhidos pelas partes escolherão um terceiro que presidirá aos trabalhos da referida comissão de arbitragem.

2. Esse terceiro árbitro escolhido, em casos de empate na votação, tem voto de qualidade.

Artigo 26º

(Casos omissos)

Sem prejuízo das disposições da lei da sociedade por quotas e demais legislação aplicável, as dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pelos sócios em assembleia-geral.

Conservatória dos Registos da Região da Segunda Classe do Sal, aos 19 de Agosto de 2008. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

CONTAS E BALANCETES

CVMÓVEL

Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS 2007

PRINCIPAIS INDICADORES

em milhões de escudos

RESULTADOS	2007	2006
Volume de Negócios	4.115	3.405
EBITDA	2.727	2.465
Resultados Operacionais	2.471	2.209
Resultados Antes de Imposto	2.468	2.202
Resultado Líquido	1.718	1.518

MARGENS E INDICADORES

Margem EBITDA (%)	66	72
Capex	259	439
Valor acrescentado bruto	2.831	2.517
Autofinanciamento (%)	773	405
Autonomia Financeira	65	50
Estrutura do Endividamento (%)	100	100

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Activo Líquido	3.406	3.428
Capitais Próprios	504	200
Capital social	200	200
Passivo	1.184	1.710

Clientes/Acesso (Un.)	147.900	108.858
-----------------------	---------	---------

Pessoal (Un.)	14	24
---------------	----	----

1. INTRODUÇÃO

Durante a maior parte do ano 2007, a CVMóvel continuou a ser a única empresa a actuar no sector das telecomunicações móveis em Cabo Verde, tendo no final do ano, mais precisamente a 21 de Dezembro, entrado em operação o segundo operador móvel. Este marco abre um novo ciclo no panorama das telecomunicações em Cabo Verde.

Para a CVMóvel, 2007 foi um ano positivo seja a nível de desempenho operacional seja a nível dos resultados. Atingimos o melhor nível de adesões líquidas (23.190), o volume de negócios cresceu 21%, ultrapassando os 4 milhões de contos e os resultados líquidos situaram-se nos 1,7 milhões de contos. Para este crescimento contribuiu a estratégia de redução das barreiras à entrada, através da redução do preço de adesão ao serviço e as campanhas de incentivo. De salientar a redução do preço das tarifas internacionais e a introdução de janelas temporais nos cupões de baixo valor de 300\$00, 500\$00 e 700\$00.

O 1º trimestre foi marcado pela fraude verificada nos cupões de recarga, o que lançou alguma turbulência no mercado, com dificuldades e transtornos causados aos clientes na aquisição de recargas.

Uma parte substancial do ano foi dedicada a melhorias organizativas, na estratégia de reforço da eficiência operacional. Neste sentido, a estrutura orgânica da CVMóvel sofreu algumas alterações e a empresa reforçou-se com novos quadros. No final do ano tivemos o apoio de uma equipa técnica da PT na implementação de um plano de acção de aceleração da performance da empresa, face ao novo ambiente concorrencial.

Aos colaboradores da CVMóvel, prestadores de serviço internos, externos, agentes, fornecedores e demais parceiros do negócio, o nosso agradecimento e uma palavra de incentivo para continuarmos com o mesmo empenho, dedicação, profissionalismo e espírito aberto, de forma a vencer os grandes desafios que temos pela frente.

2. ACTIVIDADE DA EMPRESA

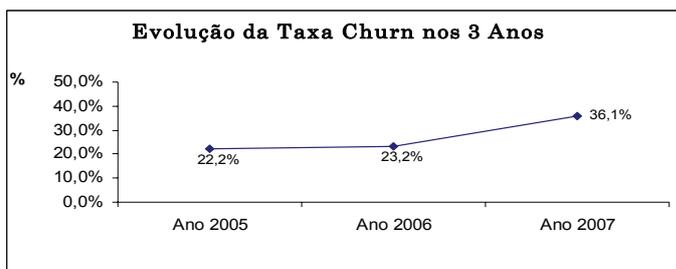
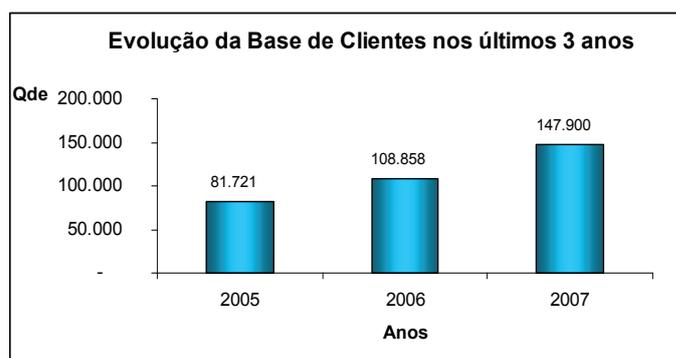
O mercado móvel cabo-verdiano continuou a ter um único operador, ao longo de quase todo o ano. A taxa de penetração da telefonia móvel ultrapassou os 26 %, o que representa praticamente o dobro da taxa de penetração da telefonia fixa.

As baixas no preço da adesão acompanhadas da reposição do valor em chamadas, fez com que a CVMóvel tenha registado um nível recorde de angariação de novos clientes (69.483), mais 63% que em 2006.

A percepção dos clientes do alto preço do serviço, é uma das razões apontadas para o elevado nível de rescisões no Pré-pago (36% de taxa de churn).

A base de clientes da CVMóvel, a 31 de Dezembro de 2007, cifrava-se em 147.900, um aumento de 36% relativamente a 2006, o que fica a dever-se, em parte, ao grande impacto das campanhas de adesão desenvolvidas ao longo do ano.

Base de clientes	2006	2007	Var 07/06
Plano Normal	533	808	52%
Plano Pré-Pago	108.305	147.092	36%
Total	108.838	147.900	36%



No que se refere aos clientes de outros operadores, essencialmente "Roaming" internacional, o número de clientes registados na rede CVMóvel aumentou 2% em relação a 2006.

Globalmente, o tráfego gerado pelos clientes cresceu 51% relativamente ao ano transacto, uma taxa superior ao crescimento da base de clientes (36%). As chamadas móvel – móvel continuam a ser o destino de

maior peso, com aproximadamente 86% do total. No entanto, o destino internacional destacou-se como o de crescimento mais acentuado em relação ao ano transacto (141%), devido ao abaixamento ocorrido no tarifário e à campanha de divulgação realizada. Realce-se o peso cada vez maior das chamadas para os países da costa ocidental africana, nomeadamente Guiné-Bissau e Senegal.

Trafego	milhões de minutos		
	Designação	2006	2007
Móvel - Móvel	47,0	72,3	54%
Móvel - Fixo	6,7	7,2	9%
Móvel - Internacional	2,0	4,9	141%
Total	55,7	84,4	51%

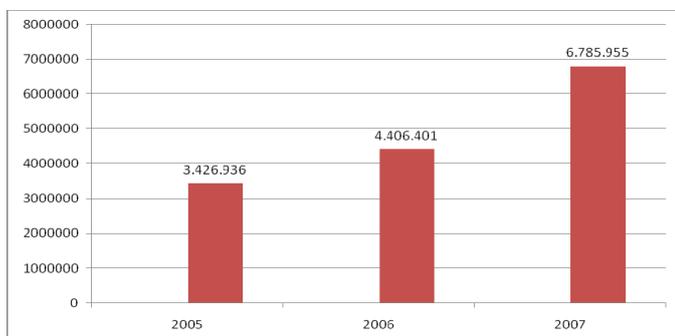
O tráfego terminado da rede fixa cresceu 5,1% e o internacional de entrada com destino à rede móvel registou um crescimento da ordem dos 18,4%, face a 2006.

A utilização média mensal por cliente, do serviço voz - MOU, foi de 52 minutos, o que representa um crescimento de 14% em relação a 2006 (46min), para os Pré-Pagos, e apenas 1,3% para os clientes Plano Normal, atingindo os 535 minutos (528 minutos em 2006).

O tráfego de “Roaming” VPLMN, ascendeu 2,5 milhões de minutos, aumentando 1,3 p.p. face a 2006.

O número de mensagens escritas (SMS) totalizou 6,7 milhões, mais 54% do que no ano anterior, correspondendo a 4,4 mensagens/cliente, enquanto em 2006 este indicador era de 3,8 mensagens por utilizador e por mês. De realçar o facto de, no mês de Dezembro, a rede ter cursado 1 milhão de SMS.

Evolução do número de SMS na rede da CVMóvel



As vendas Pré-pago registaram um aumento de 37% relativamente às vendas verificadas no ano anterior, devido ao crescimento expressivo da base de clientes, conjugado com o impacto positivo conseguido com as campanhas realizadas, já as vendas do Plano Normal, tiveram um decréscimo de 16%, mercê da política tarifária e promocional seguida.

Facturação	2006	2007	Var 07/06
Plano Normal	165.574.167	138.651.422	-16%
Plano Pré-Pago	1.747.808.477	2.390.234.871	37%
Total	1.913.382.644	2.528.886.293	32%

A Receita Média por cliente Pré-pago, pela primeira vez, manteve-se sensivelmente idêntica ao longo do ano, por se terem verificado praticamente as mesmas taxas de crescimento da base de clientes e das vendas Pré-pago.

ARPU	2006	2007	Var. 07/06
Plano Normal	26.058	16.979	-35%
Plano Pré-Pago	1.537	1.560	1%

Serviços de Valor Acrescentado (SVA)

Os serviços de valor acrescentado registaram uma evolução positiva durante o período em análise.

Em contos cve

Serviço	Valor Facturado pela utilização serviço	Comentários
TCHOMA-M	41.569	
TELEVINTI4	2.695	A Telerecarga com (54%) e Consulta de Saldo (40%) são os serviços mais usados
TOMASALDO	2.298	
SMSPREMIUM	443	Os conteúdos Totoloto&Joker (80%) e Toques(11%) são os mais solicitados
Total	47.005	

O Total das receitas destes serviços tem um peso de 2% nas vendas Pré-Pago

Roaming

A facturação proveniente dos serviços de roaming Pré-Pago, triplicou relativamente ao ano anterior. No entanto, possui ainda pouca representatividade no total do roaming facturado, 15%.

Roaming Outros Operadores

Facturação (mil ECV)	2006	2007	Var 07/06
Plano Normal	783.560	693.523	-11%
Plano Pré-Pago	42.588	125.815	195%
Total	826.148	819.338	-1%

Roaming Clientes CVMóvel

Custos (mil ECV)	2006	2007	Var 07/06
Plano Normal	12.330	21.870	77%
Plano Pré-Pago	542	1.136	109%
Total	12.872	23.006	79%

3. Portfólio de Produtos & Serviços

Em Fevereiro de 2007 a CVMóvel lançou os PakotSMS de 25, 50 e 100 SMS's, para satisfazer as necessidades dos clientes que têm por hábito comunicarem por esta via.

Tratando-se de um serviço destinado sobretudo ao segmento jovem, caracterizado por um fraco poder de compra, o produto foi reformulado em Outubro, com a inclusão de um pacote de 10 SMS. Confirmou-se na prática a grande adesão a este pacote, que conquistou em Dezembro, 42% do total das compras de SMS efectuadas.

A CVMóvel fez o pré-lançamento em Mindelo, dos Serviços de Dados baseados na tecnologia GPRS/EDGE durante a X Feira Internacional de Cabo Verde. A introdução deste sistema vai potenciar a oferta de uma multiplicidade de serviços, de entre eles o acesso à Internet, ao portal www.cvmovel.cv via WAP, ao e-mail: www.cvt.cv, www.cvtelecom.cv, www.gmail.com e envio e recepção de mensagens Multimédia.

4. Comunicação e Imagem

Em 2007, a CVMóvel procurou aumentar a sua notoriedade, melhorar a sua imagem, reforçar o seu posicionamento de líder de mercado e oferecer valor acrescentado aos clientes, de forma a mantê-los satisfeitos e fiéis à marca. Para o efeito, a empresa realizou sucessivas campanhas promocionais, nas vertentes adesão ao serviço e estímulo ao consumo.

Campanhas de Adesão

Em 2007 desenvolvemos, duas campanhas de adesão (Julho/Agosto e Dezembro) visando o crescimento da base de clientes. A Campanha “Verão de Adesão” com redução do preço de adesão para 1.000\$ com 1.000\$ em chamadas e a Campanha “Natal da Adesão” com características idênticas, ultrapassaram largamente os objectivos traçados.

Campanhas Promocionais de estímulo ao consumo

A campanha promocional “Papia di Graça”, com atribuição de 50% de bónus em todas as chamadas dentro da rede CVMóvel, para os clientes que efectuassem telerecargas de valor igual ou superior a 1.000\$. Como resultado registámos um aumento de 300% da média de telerecargas/mês e um aumento da adesão ao serviço Televinti4 de 239%, em relação ao ano transacto.

A campanha “Carregar assim é bom de mais”, com um bónus de 20% (a utilizar em chamadas dentro da rede) em todos os valores dos cupões superou os objectivos delineados. Com a campanha “Natal das Recargas”, com um bónus 100% em todas recargas de valor superior a 1.000\$, realizada num período de 10 dias, atingiu-se um grande sucesso.

A CVMóvel associou-se à comemoração do 32º Aniversário da Independência de Cabo Verde, dia 5 de Julho, campanha “Dia da Independência” com chamadas grátis móvel-móvel nesse dia provocou um aumento significativo do tráfego (98%), bem como um aumento significativo dos carregamentos.

Em sintonia com as campanhas foram feitas várias acções de comunicação nos media (TV, Rádio, Jornal, Revista) e fora dos media (Outdoor, Cartaz, SMS, Folhetos) o que originou o aumento significativo da lembrança espontânea da assinatura da empresa “Fala Coração”.

No que se refere à comunicação interna (grupo CVT), foi elaborado o Portfólio dos Produtos & Serviços da CVMóvel, que pretende ser um importante guião de apoio ao Atendimento a Clientes.

Fidelização de Clientes

Em Dezembro, foram oferecidos, cerca de 13 mil contos em bónus, aos melhores clientes pré-pagos, de acordo com o valor médio de recargas efectuadas.

Para os clientes do Plano Normal, foi lançado, o Plano PREMIUM, um pacote que inclui um tarifário mais favorável, associado à oferta de um telemóvel e de uma placa PCMCIA GPRS/EDGE.

Com vista a reduzir as desactivações dos clientes pré-pagos, realizaram-se, no 2º trimestre, contactos Out-bond, com os clientes no estado *expirado*, sem resultados significativos.

5. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A CVMóvel vem apostando cada vez mais num programa de Responsabilidade Social, centrada em três eixos principais de actuação: Ambiente, Educação e Desporto. Neste âmbito temos concedido diversos patrocínios e doações, bem como a disponibilização da rede Móvel para difusão de conteúdos e mensagens de índole social e educativo.

Na vertente educativa, a CVMóvel fez doações e suportou obras em Estabelecimentos de ensino e de apoio à infância de valor superior a um milhão de escudos.

Eventos e Patrocínios

A CVMóvel adoptou uma política de patrocínios que privilegia a associação a iniciativas com grande capacidade de mobilização, por forma a contribuir para o reforço da marca.

Deste modo, a CVMóvel chamou a si a responsabilidade de ser o Patrocinador Oficial do Verão 2007, realizando para o efeito várias iniciativas com enorme visibilidade.

A nível desportivo, a CVMóvel assumiu o patrocínio da Seleção Nacional de Futebol até ao final de 2008, do campeonato de Voleibol de Praia em S. Vicente e o Campeonato Nacional de Andebol, na cidade da Praia.

A empresa esteve também associada aos festivais musicais, através do patrocínio do Festival Internacional da Gambôa e Festival da Baía das Gatas.

Para além do desporto e da música, a empresa patrocinou as mais importantes feiras e conferências realizadas no país em 2007, nas quais se destacam a Assembleia e Conferência anual do Distrito 9100 do Rotary – Praia, a 3ª Feira Internacional da Macaronésia – Praia, o 3º Encontro Internacional da UNOTUR – Sal, a X Feira Internacional de Cabo Verde (FIC) – S.Vicente.

Globalmente, a CVMóvel atribuiu 8 mil mil contos de patrocínios em 2007.

6. REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Dando continuidade à política de estreitar a relação com os clientes, aumentámos ao longo do ano a rede de distribuição com mais Pontos de Venda, e foi introduzida a figura de distribuidor, que actua em determinadas áreas do País, através dos seus próprios pontos de venda e da angariação de subagentes. Foram assinados diversos contratos de exclusividade com agentes, estrategicamente localizados.

Em Abril de 2007, foi aberta a primeira loja própria, nas instalações onde funciona a sede social da empresa.

7. INFRA-ESTRUTURA DE REDE E PLATAFORMAS DE SERVIÇO

Rede Core e Rádio

A rede Core foi sucessivamente ampliada para acompanhar a evolução da base de clientes, tendo estabilizado a capacidade nos 150.000 utilizadores no final do ano.

Os sistemas que asseguram o processamento das chamadas e os periféricos foram objecto de intervenção, dando maior capacidade de interligação.

A segurança da rede foi reforçada com a introdução do Algoritmo de encriptação A5/1 e remoção da versão A5/0 que se tornou vulnerável.

Os projectos da rede de acesso rádio incluídos no plano de investimentos 2007 foram concluídos com sucesso em duas fases. A primeira, uma intervenção na rede para responder à campanha promocional “Verão da Adesão” com ampliação de 6 sites, sendo (4) na Praia, (1) em Espargos e (1) em Mindelo. A segunda fase, deu continuidade ao plano anual de expansão e alargamento da cobertura da rede com ampliações em outros 7 sites.

Plataformas de Serviço

Os projectos de intervenção nas plataformas de serviço decorreram conforme previsto, com ampliação da capacidade da plataforma NGIN de 100 mil para 150 mil licenças.

Foram ainda feitas outras intervenções e ou adquiridos equipamentos nomeadamente para as aplicações BIT (Mart e Reporter) e alterações para acomodar o novo STK embebido nos cartões SIM de 64k.

Projecto Serviços de Dados baseados no GPRS

O projecto de instalação das plataformas de serviços de dados adjudicado à PT Inovação começou a ser implementado antes do final do ano permitindo a apresentação de vários serviços inovadores no mercado cabo-verdiano: acesso WAP, envio/recepção de MMS's, acesso Internet, acesso ao portal móvel.

Operação e Manutenção

As principais actividades levadas a cabo, ao longo do ano de 2007, nas várias componentes tecnológicas da Rede centraram-se na manutenção preventiva, correctiva, trabalhos de remanejamento e reparação de avarias.

A monitorização da performance da rede foi acompanhada com suporte a novas ferramentas especializadas que possibilitaram uma melhor percepção do comportamento dos nós da rede e serviram de ponto de partida para dimensionamentos futuros. De realçar, o acesso aos dados da central a partir do back office comercial e integração dos elementos de rede no sistema de alarmística. Para a Área da Rede de Acesso Rádio, a aposta foi colocada no factor qualidade da rede, medida através dos indicadores chaves (KPI).

De realçar a evolução positiva da disponibilidade de funcionamento das BTS ligadas à BSC de Mindelo, enquanto que os do BSC da Praia tiveram um percurso com oscilações.

A falha de energia da rede pública continua a ser a principal causa a afectar a disponibilidade das estações base.

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
BSC Praia	96,39%	95,72%	86,49%	91,64%
BSC Mindelo	80,92%	70,13%	84,91%	94,12%

Para a melhoria da performance da rede contribuíram ainda acções levadas a cabo, com a introdução do HR-Half Rate e ajustes dos parâmetros da rede.

Sistemas de Informação

As aplicações informáticas de suporte ao negócio tiveram um papel fundamental nas operações da empresa. Foram optimizados alguns processos por forma a melhorar a eficiência operacional.

8. RECURSOS HUMANOS

A 31 de Dezembro de 2007, a CVMóvel contava com 24 Colaboradores, um acréscimo de 71% em relação a 2006, resultado de novas admissões para fazer face ao crescimento do volume de actividades nas áreas comerciais e marketing.

Pessoal ao serviço

G. PROF.	2007	(%)	2006	(%)
Q.S.	15	63%	9	64%
Q.M.	1	4%	1	7%
T.O.	8	33%	4	29%
P.A.	0	0%	0	0%
TOTAL	24	100%	14	100%

A população da CVMóvel apresenta uma taxa de emprego feminino da ordem dos 68%. No âmbito da formação, as prioridades foram para as áreas tecnológicas, devido a introdução da tecnologia GPRS e novas ferramentas de detecção de anomalias, de recolha e tratamento de indicadores, de desempenho da rede.

A segunda vertente das formações incidiu sobre acções orientadas para o planeamento e controlo de gestão, técnicas de venda e negociação, gestão de redes comerciais, segurança e primeiros socorros. O investimento global em formação ascendeu a 10.700 contos.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Proveitos

O Volume de Negócios da CVMóvel atingiu os 4,1 milhões de contos, um aumento de 21% face ao ano anterior:

Unid: Contos cve	2007	2006	Var% 07/06
Vendas Brutas	34.354	22.830	50%
Prestação de Serviços	4.080.654	3.381.912	21%
Clientes	3.257.280	2.554.362	28%
Correspondentes	823.374	827.550	-1%
Volume de Negócios	4.115.008	3.404.742	21%

O total dos proveitos operacionais, suplementares e financeiras foi de 4,2 milhões de contos:

PROVEITOS CORRENTES	2007	2006	Var% 07/06	%T
Serviço Móvel	4.114.599	3.404.360	21%	99%
Móvel Nacional - Pré Pago	2.422.579	1.776.439	36%	58%
Móvel Nacional - Plano Normal	138.418	164.432	-16%	3%
Roaming	823.374	827.550	-1%	20%
Móvel Nacional - Interligação	730.230	635.939	15%	18%
Outros Proveitos	38.579	38.042	1%	1%
Total Proveitos Correntes	4.153.178	3.442.402	21%	100%

Para o crescimento dos proveitos correntes, o serviço Pré Pago contribuiu com 2,4 milhões de contos (58%), de referir ainda os proveitos resultantes dos serviços de roaming de clientes de outros operadores que atingiram os 823 mil contos e o tráfego de interligação que se cifrou nos 730 mil contos.

Custos

Os custos operacionais ascenderam a 1.657 mil contos, conforme quadro abaixo:

Custos Operacionais	Unid: Contos cve	2007	2006	Var% 07/06	Operac. 2007
Custo das Mercadorias vendidas		37.710	40.666	-7%	2%
Custos debitados por correspondentes		629.906	562.095	12%	38%
Fornecimentos e Serviços Externos		433.435	219.463	97%	26%
Custos com o Pessoal		62.330	35.658	75%	4%
Amortizações		255.897	255.356	0%	15%
Provisões		26.653	3.000	788%	2%
Impostos + Outros Custos Operac.		211.106	116.428	81%	13%
Total Custos Operacionais		1.657.035	1.232.666	34%	100%

As rubricas com peso mais relevante nos custos operacionais são:

Os **Subcontratos**, com 38% dos Custos Operacionais, com destaque para os custos com Circuitos Alugados no valor de 359 mil contos, o tráfego resultante da terminação nacional, no valor de 243 mil contos e os encargos associados ao Roaming no valor de 23 mil contos.

Os **Fornecimentos e Serviços de Terceiros** totalizaram 433 mil contos, sendo os mais expressivos os relativos a Trabalhos Especializados, com 227 mil contos, Publicidade e Propaganda, no total de 67 mil contos e Comissões a Intermediários, contabilizando 62 mil contos.

Os **Impostos e Taxas e Outros Custos Operacionais**, atingiram o valor de 211 mil contos, sendo a maior fatia representada pelas taxas de Regulação e de Utilização do espectro pagas à ANAC, que ascenderam a 162 mil contos.

Os **Custos com Pessoal**, totalizaram 62 mil contos, sendo o aumento em relação ao exercício anterior explicado pelo recrutamento de novos colaboradores.

As Provisões constituídas no exercício, no montante global de 27 mil contos, refletem

basicamente a expectativa de riscos com cobrança de Clientes Roaming.

As Amortizações, resultantes do elevado esforço de investimentos visando acompanhamento das inovações tecnológicas, alcançaram os 256 mil contos e representam 15 % dos Custos Operacionais.

Resultados

A conjugação dos Proveitos e Custos de Exploração referidos geraram um Resultado Operacional de 2,5 milhões de contos.

Considerando que os Resultados Financeiros foram de 24 mil contos e os Resultados Extraordinários atingiram o valor negativo de 27 mil contos, basicamente, de patrocínios concedidos e diferenças cambiais, o Resultado Líquido do período situou-se nos 1.718 mil contos:

Demonstração de Resultados	Unid: Contos cve	2007	2006	Var% 07/06
Resultados Operacionais		2.470.628	2.209.297	12%
Resultados Financeiros		24.267	150	-16278%
Resultados Correntes		2.494.895	2.209.147	13%
Resultados Extraordinários		26.736	7.145	274%
Resultados Antes de Imposto		2.468.159	2.202.002	12%
Provisão p/ Imposto sobre Rendimento		750.347	683.551	10%
Resultado Líquido		1.717.812	1.518.451	13%

Indicadores de rentabilidade

Rentabilidade	2007	2006	Var% 07/06
Rentabilidade das Vendas e Serviços (%)	42%	45%	-6%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	78%	88%	-12%
EBITDA (Contos CV)	2.726.524	2.464.653	11%
Margem EBITDA (%)	66%	72%	-8%

Balço e Estrutura Patrimonial

O total do **Activo Líquido** atingiu os 3.406 mil contos.

O investimento em Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo ascendeu a 259 mil contos.

O Passivo evidencia 1.184 mil contos. No Passivo Exigível a Curto Prazo, destaca-se:

- (i) Fornecedores C/Corrente -> 215 mil contos;
- (ii) Provisão para Imposto sobre rendimentos (773 mil contos).

Os **Capitais Próprios**, atingiram os 2.222 mil contos.

BALANÇO E ESTRUTURA PATRIMONIAL	Unid: Contos cve	Real Ano-2007	Real Ano-2006	Var% 07/06
ACTIVO				
Disponibilidades		540.938	389.901	39%
Devedores a Curto Prazo		1.977.429	2.136.822	-7%
Existências		5.541	10.951	-49%
Devedores a M/L Prazo		724	522	39%
Imobilizações		878.492	886.502	-1%
Imobilizações Financeiras		-	-	-
Imobilizações Corpóreas		608.354	718.927	-15%
Imobilizações Incorpóreas		147.693	152.068	-3%
Imobilizações em Curso		122.446	15.506	690%
Custos Antecipados		2.675	3.646	-27%
Total do Activo		3.405.800	3.428.344	-1%
PASSIVO				
Dívidas Curto Prazo		1.184.297	1.709.893	-31%
Dívidas M/L Prazo		-	-	-
Total do Passivo		1.184.297	1.709.893	
Capitais Próprios		503.691	200.000	152%
Resultado Líquido Exercício		1.717.812	1.518.451	13%
Total do Passivo e Sit. Líquida		3.405.800	3.428.344	-1%

A empresa evidencia elevados indicadores de capacidade de solver os seus compromissos e da sua própria autonomia financeira:

Rádicos	2007	2006	Var% 07/06
Liquidez Geral	2,13	1,48	44%
Liquidez Reduzida	2,13	1,48	44%
Autonomia Financeira	65	50	30%

10. PERSPECTIVAS

Operando em ambiente concorrencial, a CVMóvel irá focalizar a actuação no reforço da fidelização e retenção de clientes, no crescimento da base de clientes, na eficiência da sua rede de distribuição e no incentivo ao consumo.

Os eixos de actuação prioritários:

- Aumento da penetração do serviço, com de campanhas de adesão.
- Aumento do tráfego por via de promoções.
- Aumento da capilaridade da rede de distribuição, quer para a venda de cupões de recarga, quer para a venda de cartões de adesão.
- Implementação de sinalética e merchandizing nos pontos de venda

- Políticas de retenção de clientes.
- Inovação a nível dos serviços e promoções.
- Modernização da rede com introdução de tecnologia de rede de novas gerações.

11. PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da CVMóvel, Sociedade Unipessoal, S.A., de acordo com o estabelecido na Lei e nos Estatutos e, considerando que deve satisfazer as reais expectativas do accionista, quanto ao valor do dividendo a distribuir por acção;

Propõe à Assembleia-Geral de Accionistas a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2007 de 1.717.812.181,00:

CVE	
Resultados Líquidos do Exercício	1.717.812.181,00
Dividendos	1.717.812.181,00

O que corresponde a um aumento dos dividendos atribuídos, de 41,4%, face ao exercício anterior.

CVMóvel, na Praia, aos 30 de Janeiro de 2008. – O Conselho de Administração, *António Pires Correia, Luís José A. Madalena, Carlos Nuno Leite.*

II- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE Dezembro 07

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE Dezembro 07					Unid.:CVE		
ACTIVO	ACTIVO BRUTO	PRO.AMORT.REINT	ACTIVO LIQUIDO	2006	PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	2007	2006
DISPONIBILIDADE					DÉBITO A CURTO PRAZO		
11 Caixa	5.000,00		5.000,00	0,00	12 Bancos		
12 Depósito a Ordem	59.998.475,00		59.998.475,00	389.901.411,00	219 Adiantamento Clientes	3.093,00	2.476,00
	59.993.475,00		59.993.475,00	389.901.411,00	22 Fornecedores c/correntes	215.437.541,00	885.759.670,00
CRÉDITO A CURTO PRAZO					235 Emprego Bancário		
14 Depósito a Prazo	275.434.865,00		275.434.865,00	0,00	23 Estado e Outras Entidades		
15 Títulos Dívida Pública	205.510.000,00		205.510.000,00	0,00	24 Sector Público Estatal	45.151.899,00	54.927.594,00
21 Clientes c/Gerais	343.576.470,00	(49.276.077,00)	294.300.393,00	1.010.999.859,00	25 Accionistas Resultados	0,00	
22 Fornecedores/Adiantamentos	3.006.229,00		3.006.229,00	15.503.309,00			
23 Empréstimos Concedidos	1.206.115,00		1.206.115,00	626.698,00			
24 Sector Público Estatal	0,00		0,00	0,00			
25 Accionistas CIC	1.667.423.134,00		1.667.423.134,00	0,00	261 Credores p/Form Imobilizado	14.200,00	0,00
26 Outros Devedores	11.493.263,00		11.493.263,00	1.109.692.312,00	27 Outros Credores	336.844,00	665.818,00
	2.507.650.076,00	(49.276.077,00)	2.458.373.999,00	2.136.822.178,00	281 Acrescimos e Diferimentos	150.199.783,00	84.986.716,00
					282 Prov. p/Impostos s/Lucros	773.153.201,00	683.551.000,00
					292 Provisão para outros riscos e encargos	0,00	0,00
						1.184.296.561,00	1.709.893.272,00
EXISTÊNCIAS					DÉBITO A MÉDIO L/ PRAZO		
32 Mercadorias	8.021.838,00	(2.613.118,00)	5.408.720,00	10.950.652,00	235 Empréstimo Bancário		
36 Matérias Pnm. de Consumo	131.862,00	-	131.862,00	0,00	237 Empréstimo Estado/Out. Ent. Pública		
	8.153.700,00	(2.613.118,00)	5.540.582,00	10.950.652,00	25 Accionistas	0,00	0,00
CRÉDITO A M/L PRAZO					TOTAL DO PASSIVO	1.184.296.561,00	1.709.893.272,00
23 Empréstimos Concedidos	723.941,00		723.941,00	621.890,00	CAPITAL E PRES. SUPLEMENTARES		
					521 CAPITAL ESTATUTÁRIO	200.000.000,00	200.000.000,00
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS					RESERVA:		
411 Participações Financeiras	0,00	-	0,00	0,00	55 Reservas Legais e Estatutárias	75.923.000,00	0,00
					57 Reservas de reavaliação de Imob.	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					58 Reserva Livre	227.768.000,00	0,00
421 Terrenos e Rec.Naturais	0,00		0,00	0,00	59 Resultados transitados	0,00	0,00
422 Edif. e Out. Construções	12.246.750,00	(4.491.895,00)	7.754.855,00	8.434.673,00	TOTAL	303.691.000,00	0,00
423 Eq. Bás. Out. Maq. Instalações	1.492.731.045,00	(949.801.740,00)	542.929.305,00	652.106.763,00	RESULTADOS LÍQUIDOS		
424 Ferramentas e Utensílios	3.163.820,00	(2.447.973,00)	715.847,00	1.152.158,00	Resultados Correntes do Exercício	2.494.894.911,00	2.209.146.855,00
425 Mat. Carga e Transporte	10.191.306,00	(4.323.667,00)	5.867.639,00	7.549.141,00	Resultados Extra. do Exercício	-23.999.131,00	-7.145.319,00
426 Equip. Adm. Soc. Mob. Diverso	183.385.860,00	(132.454.194,00)	50.931.666,00	49.643.114,00	Resultados Exercícios Anteriores	-2.736.599,00	0,00
427 Taras	0,00	-	0,00	0,00	Resultados Antes Impostos	2.468.159.181,00	2.202.001.536,00
429 Outras Imob. Corpóreas	274.184,00	(119.903,00)	154.281,00	41.417,00	Provisões p/Impostos s/Lucros	750.347.000,00	683.551.000,00
	1.701.992.985,00	(1.093.839.392,00)	608.353.573,00	718.927.266,00	Resultados Líq. Depois Impostos	1.717.812.181,00	1.518.450.536,00
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					Total da Situação Líquida	2.221.503.181,00	1.718.450.536,00
433/10 Reorganização da Empresa	500.000,00	(319.445,00)	180.555,00	347.222,00			
433/90 Outras Despesas de Instalação	0,00	-	0,00	0,00			
434 Estudos e Projectos	23.129.552,00	(23.129.552,00)	0,00	0,00			
435 I.I. Programas Informáticos	400.865.000,00	(253.352.905,00)	147.512.095,00	151.720.900,00			
	424.494.552,00	(276.801.902,00)	147.692.850,00	152.068.122,00			
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO							
442 Obras em Curso	122.446.244,00		122.446.244,00	15.506.460,00			
443 Imobilizações Inc. em curso	0,00		0,00	0,00			
449 Imob. c/ Adiantamentos	0,00		0,00	0,00			
	122.446.244,00		122.446.244,00	15.506.460,00			
CUSTOS ANTECIPADOS							
27 Acrescimos e Diferimentos	2.675.278,00		2.675.278,00	3.645.829,00			
47 Conservação Plurienal	0,00		0,00	0,00			
	2.675.278,00		2.675.278,00	3.645.829,00			
TOTAL PROVISÃO		(51.889.195,00)					
TOTAL AMORTIZAÇÃO		(1.370.441.294,00)					
TOTAL DO ACTIVO	4.828.130.231,00	(1.422.330.469,00)	3.405.799.742,00	3.428.343.808,00	Total Passivo e da Situação Líquida	3.405.799.742,00	3.428.343.808,00

O Conselho de Administração
 CVMóvel
 Conselho de Administração
 António P. Correia
 Nuno Leite
 Praia, aos 30 de Janeiro de 2008

O Departamento Financeiro
 Dr.º Alcindo Mota
 Departamento Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - 31 Dezembro 07

		31 de Dezembro de 2007		31 de Dezembro de 2006		31 de Dezembro de 2007		31 de Dezembro de 2006	
						Unid.:CVE			
32	Existências Iniciais								
36	Mercadorias	13.563.770,00		22.713.704,00		34.353.848,00	34.353.848,00	22.830.146,00	22.830.146,00
	Mat.Primas Subs. e Consumo			3.417.925,00					
31	Compras								
311	Mercadorias	32.615.980,00		17.599.523,00		4.090.653.836,00		3.381.912.060,00	
312	Mat.Primas Subs. e Consumo	2.809.402,00		10.762.317,00		12.654.516,00	4.093.308.352,00	37.219.983,00	3.419.132.043,00
38	Regularização Existências								
	Mercadorias	-3.473.090,00		-393.806,00		23.798.855,00		439.450,00	
	Mat.Prima Subs. e Consumo	347.416,00		129.863,00		1.717.088,00		0,00	
	Existências Finais						25.515.943,00	0,00	439.450,00
32	Mercadorias	8.021.838,00		13.563.770,00			4.153.178.143,00		3.442.401.639,00
36	Mat.Prima Subs. e Consumo	131.862,00		0,00					
61	Custo Exis.Vend.Consumidas								
611	Mercadorias	34.684.822,00		26.355.651,00					
612	Mat.Primas Subs. e Consumo	3.024.956,00	37.709.778,00	14.310.105,00	40.665.756,00				
62	Subcontratos	629.905.695,00		562.094.689,00		19.836.237,00		23.458.270,00	
63	Fornecimento Serviços Terceiros	433.434.580,00		219.463.040,00		614.802,00	20.451.039,00	0,00	23.458.270,00
64	Impostos	207.712.440,00		115.294.977,00					
65	Despesas com Pessoal	62.329.688,00		35.657.894,00					
66	Despesas Financeiras	1.248.670,00		589.925,00					
67	Outras Despesas e Encargos	3.393.240,00	1.338.024.293,00	1.132.808,00	934.233.333,00				
68	Amortizações Reint.Exercícios	255.896.623,00	255.896.623,00	255.355.695,00	255.355.695,00				
69	Provisões do Exercício	26.652.538,00	26.652.538,00	3.000.000,00	3.000.000,00				
	(A)		1.658.283.232,00		1.233.254.784,00				
82	Perdas Extra. Exercício	43.835.368,00		30.603.589,00					
83	Perdas Exercícios Anteriores	3.351.401,00	47.186.769,00	0,00	30.603.589,00				
	Provisões Imposto s/Lucros		750.347.000,00		683.551.000,00				
	Resultados Líquidos		1.717.812.181,00		1.518.450.536,00				
	TOTAL		4.173.629.182,00		3.465.859.909,00		4.173.629.182,00		3.465.859.909,00
2007	(1) Resultado Cor. do Exercício	2.494.894.911,00	0,00			2.209.146.855,00	0,00		0,00
	(2) 82 - Resulta.Extra Exercícios	-23.999.131,00	0,00						
	(3) 83 - Resulta.do Exer.Anterior	-2.736.599,00	0,00			-7.145.319,00			
	Resultados Antes Impostos	2.468.159.181,00				2.202.001.536,00	0,00		
2006	(1) Resultado Cor. do Exercício								
	(2) 82 - Resulta.Extra Exercícios								
	(3) 83 - Resulta.do Exer.Anterior								
	Resultados Antes Impostos								

O Conselho de Administração
 Praia, aos 30 de Janeiro de 2008

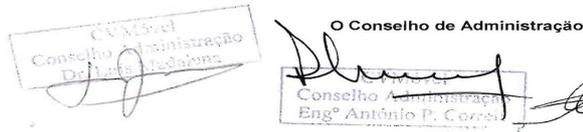

O Departamento Financeiro

 Dr.º Alcindo Mata
 Departamento Financeiro

MAPA VARIAÇÃO IMOBILIZADO - 2007

Imobilizações	Valor no início do ano	Aumentos	Reavaliação	Transf.O.Curso	Abates/ Alienação	Correcções	Valor no fim do ano
1- Corpóreas							
Terrenos	0,00						0,00
Edifícios e Out. Construções	11.719.467,00			527.283,00			12.246.750,00
Equipamento Básico	1.677.975.842,00	3.263.000,00		54.623.399,00	-242.296.115,00	-835.081,00	1.492.731.045,00
Ferramentas e Utensílios	3.163.820,00						3.163.820,00
Material Carga Transporte	13.241.306,00				-3.050.000,00		10.191.306,00
Equipamento Administrativo	167.523.931,00	15.861.929,00					183.385.860,00
Taras e Vasilhames	0,00						0,00
Outras Imob. Corpóreas	133.960,00	140.224,00					274.184,00
Sub-Total (1)	1.873.758.326,00	19.265.153,00		55.150.682,00	-245.346.115,00	-835.081,00	1.701.992.965,00
2- Incorpóreas							
Gastos Instalações							0,00
Out. Imob. Incorpóreas	347.465.890,00	469.729,00		76.648.933,00	-90.000,00		424.494.552,00
Sub-Total (2)	347.465.890,00	469.729,00	0,00	76.648.933,00	-90.000,00	0,00	424.494.552,00
3- Imobilizações em Curso							
Obras em Curso	15.506.460,00	238.936.356,00		-131.799.615,00		-196.957,00	122.446.244,00
Imob. c/ Adiantamento							0,00
Sub-Total (3)	15.506.460,00	238.936.356,00		-131.799.615,00		-196.957,00	122.446.244,00
Total Parcial	2.236.730.676,00	258.671.238,00	0,00	0,00	-245.436.115,00	-1.032.038,00	2.248.933.761,00
4- Custos Plurianuais							0,00
Total Geral	2.236.730.676,00	258.671.238,00	0,00	0,00	-245.436.115,00	-1.032.038,00	2.248.933.761,00

Praia, aos 30 de Janeiro de 2008

O Conselho de Administração


O Departamento Financeiro

 Dr.º Alcindo Mata
 Departamento Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS - Dezembro 07

Unid.:CVE

CÓDIGO			CÓDIGO		
82700010	R. EXTR. EXERC.- MULTAS FISCAIS	0,00	82100010	R.EXT.EXERC.- SINISTROS - IMOBILIZAÇÕES	0,00
82700011	R. EXTR. EXERC.- MULTAS NAO FISCAIS	3.000,00	82200000	R. EXTR. EXERC.- ALIENAÇÃO DE IMOB. CORP.	0,00
82700012	R. EXTR. EXERC.- O. PENAL. LEGAIS	0,00	82900000	R. EXTR. EXER-GANHOS DIV-G. ANORM.EXIST.-SINISTROS	0,00
82800001	R. EXTR. EXERC- PERD DIV-P.ANORM.EM EXIST-QUEBRAS	0,00	82900009	R. EXTR. EXER-GANHOS DIV-G. ANORM.EXIST.-OUTRAS	4.470,00
82800002	R. EXTR. EXERC- PERD DIV- P. ANORM. EM EXIST.-OUTR	3.601.407,00	82900020	R. EXTR. EXERC- GANHOS DIV- MAIS VALIA IMOB.CORPO.	397.826,00
82800015	R.EXTR.EXERC-PERD DIV-MENOS VALIAS INV.FINANCEIRO	0,00	82900040	R. EXTR. EXERC- GANHOS DIV- DIF DE CÂMBIO FAV-EMP	17.169.381,00
82800020	R. EXTR. EXERC- PERD DIV- MENOS VALIAS I CORPÓREO	9.758.917,00	82900041	R. EXTR. EXER- GANHOS DIV-DIF CÂMBIO FAV-OUT.DIF	0,00
82800040	R. EXTR. EXERC- PERD DIV- DIF CÂMBIO DESFAV.EMPRE.	23.517.989,00	82900050	R. EXTR. EXERC- GANHOS DIV- BENEF. PENAL. CONTRAT	525.082,00
82800041	R. EXTR. EXERC-PERD DIV- DIF.CÂMB.DESFAV.OUT.DIF.	348.734,00	82900090	R. EXTR. EXERC- GANHOS DIV- GANHO EXTRA N/ ESPECIF	1.739.478,00
82800060	R. EXTR. EXERC- PERD DIV- DONATIVO E QUOT. NIOBRIG	5.228.591,00	82900190	R. EXT. EX. - GANHOS DIV. - IVA REGULARIZAÇÕES	0,00
82800090	R. EXTR. EXERC- PERD DIV- P. DIV. N/ ESPEC.	1.376.730,00			
82800160	REE-PATROC- N. FIXO	0,00			
82800162	REE-PATROC-INTERNET	0,00			
		43.835.368,00			
	Resultados Extraordinários	-23.999.131,00			
		19.836.237,00			19.836.237,00

Praia, aos 30 de Janeiro de 2008

O Conselho de Administração:

O Departamento Financeiro:

Unid.: CVE

MOVIMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES - DO EXERCÍCIO DE 2007					
Contas	Saldo inicial	Movimento no Exercício			Saldo Final
		Constituição ou reforço	Utilização	Reposição e anulação	
2811 - Provisões P/impostos s/lucros	683.551.000,00	750.347.000,00	660.744.799,00		773.153.201,00
2911 - Provisões p/ Clientes Cobr.Duvidosa	22.623.539,00	26.652.538,00			49.276.077,00
2921 - Provisões p/processos judiciais	0,00				0,00
3921 - Provisões p/mercadorias	2.613.118,00				2.613.118,00
3961 - Provisões p/mat.primas sub. Cons.	0,00				0,00
4910 - Provisões p/imobil. Financeiras	0,00				0,00
Total	708.787.657,00	776.999.538,00	660.744.799,00	0,00	825.042.396,00

Praia, aos 30 de Janeiro de 2008

O Conselho de Administração:

O Departamento Financeiro:

Unid.: CVE

MOVIMENTO DAS CONTAS DE SITUAÇÃO LÍQUIDA - Do Exercício 2007				
Contas	Saldo Inicial	Movimento no Exercício		Saldo Final
		A Débito	A Crédito	
52 - Capital Social/Estatutário	200.000.000,00			200.000.000,00
53 - Prestações Suplementares				0,00
54 - Capital Individual				0,00
55 - Reservas Legais e Estatutárias			75.923.000,00	75.923.000,00
56 - Reservas Especiais				0,00
57 - Reservas de Reavaliação				0,00
58 - Reservas Livres			227.768.000,00	227.768.000,00
59 - Resultados Transitados				0,00
88 - Resultados Líquidos	1.518.450.536,00	1.518.450.536,00	1.717.812.181,00	1.717.812.181,00
Total	1.718.450.536,00	1.518.450.536,00	2.021.503.181,00	2.221.503.181,00

Praia, aos 30 de Janeiro de 2008

O Conselho de Administração:

CVMóvel
Conselho de Administração
Dr. Paulo Fidalgo

CVMóvel
Conselho de Administração
Eng.º António P. Correia

CVMóvel
Conselho de Administração
Eng.º Nuno Leite

O Departamento Financeiro:

Dr.º Alcindo Mota
Departamento Financeiro

RESULTADOS LÍQUIDOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS - Exercício de 2007

Discriminação	Resultados Líquidos antes de Impostos	Provisões para impostos s/lucros	Impostos sobre lucros liquidados	Resultados Líquidos após impostos
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)
Exercício de 2003				0,00
Exercício de 2004				0,00
Exercício de 2005				0,00
Exercício de 2006	2.202.001.536,00	683.551.000,00		1.518.450.536,00
Exercício de 2007	2.468.159.181,00	750.347.000,00		1.717.812.181,00
Total	4.670.160.717,00	1.433.898.000,00		3.236.262.717,00

Praia, aos 30 de Janeiro de 2008

O Conselho de Administração:

CVMóvel
Conselho de Administração
Dr. Paulo Fidalgo

CVMóvel
Conselho de Administração
Eng.º António P. Correia

CVMóvel
Conselho de Administração
Eng.º Nuno Leite

O Departamento Financeiro:

Dr.º Alcindo Mota
Departamento Financeiro

CV MÓVEL. SOCIEDADE UNIPESSOAL. S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos)**

	2007	2006
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	4.875.718	2.615.132
Pagamentos a fornecedores	(1.721.475)	-
Pagamentos ao pessoal	(59.492)	(28.419)
Fluxos gerados pelas operações	3.094.751	2.586.713
Pagamento de imposto sobre o rendimento	(660.745)	-
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	(237.723)	(41.748)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	2.196.283	2.544.965
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	2.884	251
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(13.581)	(338)
	(10.677)	(87)
Fluxos das actividades operacionais (1)	2.185.606	2.544.878
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e proveitos similares	1.845	440
Imobilizações corpóreas	9	-
	1.854	440
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	(180.050)	(365.258)
Imobilizações incorpóreas	(77.119)	(72.147)
	(257.169)	(437.405)
Fluxos das actividades de investimento (2)	(255.315)	(436.965)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Accionistas	(556.579)	(1.712.885)
Juros e custos similares	(1.217)	(590)
Dividendos	(1.214.760)	-
	(1.772.556)	(1.713.475)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(1.772.556)	(1.713.475)
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	157.735	394.438
Efeito das diferenças de câmbio	(6.698)	(7.037)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	389.901	2.500
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	540.938	389.901

Praia, aos 30 de Janeiro de 2008

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Dr. Alcindo Mota
Departamento Financeiro


Conselho de Administração
Dr. Luís Madalena
Conselho de Administração
Eng. Nuno T. B. P.

CV Móvel, SA
NIF: 252 337 000

Sede: C18 de Arreta
Praça Duque de Saldanha, 136-A, Praia

Tel: + 351 282 42 00
Fax: + 351 282 98 00

Site: www.cvmovel.cv

Deloitte

Deloitte & Associação, SROC S. A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231
Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Ao Accionista da
CV Móvel, Sociedade Unipessoal, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da CV Móvel, Sociedade Unipessoal, S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2007, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2007 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efectuado, emitimos nesta data o nosso Relatório de Auditoria, que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele incluída, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia-Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 2008

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S. A., Representada por *Manuel Maria Reis Boto*.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da CV Móvel, Sociedade Unipessoal S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2007, que evidencia um activo total de 3.405.800 milhares de escudos Cabo-Verdianos e um capital próprio de 2.221.503 milhares de escudos Cabo-Verdianos, incluindo um resultado líquido de 1.717.812 milhares de escudos Cabo-Verdianos, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. A auditoria a que procedemos foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas em Portugal, as quais exigem que esta seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CV Móvel, Sociedade Unipessoal S.A. em 31 de Dezembro de 2007, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 2008

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S. A., Representada por *Manuel Maria Reis Boto*.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO**Conselho de Administração****RELATÓRIO E CONTAS 2007****1 - ÓRGÃOS SOCIAIS**

O Banco Comercial do Atlântico, nos termos do Artigo 13º dos seus Estatutos, elegeu em Assembleia-geral de Accionistas, os seguintes membros dos Órgãos Sociais:

Assembleia-Geral

Dr. Amaro Alexandre da Luz (Em representação do Estado de Cabo Verde)

Dr. David Hopffer Almada

Dr. Vítor José Lilaia da Silva

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é nomeado pela Assembleia-Geral e é constituído por um Presidente e quatro Administradores, dois dos quais sem funções executivas:

Presidente Dr. João Henrique Real Pereira
(Em representação da Caixa Geral de Depósitos)

Administrador Dr. Fernando Jorge Livramento Santos Moeda

Administrador Dr. Paulo Arsénio Lopes

Administrador Eng. Paulo Jorge de Oliveira Lima

Administrador Dr. Carlos Prieto Traguelho

Conselho Fiscal

Deloitte & Associados, SROC S.A. (Na qualidade de fiscal único)

Fiscal Único Suplente—A indicar pela Deloitte & Associados, SROC S.A.

A Comissão Executiva é nomeada pelo Conselho de Administração e é composta por três elementos da Administração:

Dr. João Henrique Real Pereira -Presidente

Dr. Paulo Arsénio Lopes

Dr. Fernando Jorge Livramento Santos Moeda

A distribuição do Capital Social, em 31/12/2007, era a seguinte:

Accionistas	Valor	Percentagem
CGD/INTERATLÂNTICO	525.000.000	52,5%
GARANTIA	125.000.000	12,5%
ESTADO	100.000.000	10,0%
TRABALHADORES	25.792.000	2,6%
OUTROS ACCIONISTAS	224.208.000	22,4%
TOTAL	1.000.000.000	100,0%

2. Principais Valores e Indicadores de Actividade e Resultados

Variáveis	Unid.	2005	2006	2007
BALANÇO				
Activo Total	contos	49.032.340	55.597.887	61.665.107
Crédito Total	contos	16.374.828	22.346.122	23.401.719
Passivo	contos	47.183.563	53.557.834	59.162.377
Depósito total	contos	42.549.198	48.919.216	54.244.271
Situação Líquida	contos	1.820.091	2.040.053	2.502.730
CONTA DE EXPLORAÇÃO				
Margem Financeira	contos	899.992	1.233.608	1.926.830
+Margem Complementar	contos	897.749	1.058.289	1.106.373
=Produto Bancário	contos	1.797.740	2.291.897	3.033.203
-Custos Administrativos	contos	1.103.832	1.198.143	1.299.021
=Cash-Flow de Exploração	contos	693.908	1.093.754	1.734.182
+Saldo Ganhos e Perdas extraordinários	contos	179.566	138.156	274.094
=Cash-Flow do Exercício	contos	873.474	1.231.910	2.008.277
-Amortizações do Exercício	contos	180.051	184.052	171.589
-Provisões Líquidas do Exercício	contos	475.992	637.685	1.062.042
-Provisões p/ Impostos s/Lucros	contos	12.438	36.467	125.115
=Resultados Líquidos do Exercício	contos	204.993	373.706	649.531
RÁCIOS				
Crédito Vencido/Crédito Clientes	%	6,98	3,4	11,7
Crédito Vencido/Crédito Clientes (Base comparável)	%		13,8	11,7
Prov.Créd.Vencido/Crédito Vencido	%	119,7	115,24	49,6
Prov.Créd.Vencido/Crédito Vencido (Base comparável)	%		27,88	49,6
Crédito Clientes/Depósitos	%	38,5	45,6	43,1
Resul.Líquido/Capitais Próprios Médio (ROE)	%	11,5	19,4	28,6
Resultado Líquido/Activo Médio (ROA)	%	0,4	0,7	1,1
Rácio Solvabilidade	%	11,3	10,42	12,25
FUNCIONAMENTO				
C. Operativos/ Prod. Bancário (Cost Income)	%	71,4	60,3	48,5
Activo Total por Total Empregado no Activo	contos	123.197	141.111	153.778
Crédito e Depósito Total/Nº Empregados Activo	contos	148.050	180.876	193.631
Crédito e Depósito Total/ Nº de Agências	contos	2.561.914	2.969.389	3.105.840
Número Empregados Activos Totais	un.	398	394	401
Número Empregados Activos do Quadro	un.	281	376	365
Número de Agências	un.	23	24	25
Número de Balcões	un.	25	26	27

3 – ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

3.1 – Internacional

	PIB			INFLAÇÃO			DESEMPREGO		
	2005	2006	2007p	2005	2006	2007p	2005	2006	2007p
EUA	3,10%	2,90%	1,9%	3,4%	3,2%	2,7%	5,1%	4,6%	4,7%
ZONA EURO	1,50%	2,80%	2,5%	2,2%	2,2%	2,0%	8,6%	7,8%	6,9%
PORTUGAL	0,50%	1,30%	1,8%	2,1%	3,0%	2,5%	8,8%*	8,2%*	7,4%*
JAPÃO	1,90%	2,20%	2,0%	-0,3%	0,3%	0,0%	4,4%	4,1%	4,0%
CHINA	10,40%	11,10%	11,5%	1,8%	1,5%	4,5%	9,8%	9,0%	4,2%
ECO. EMERGENTES	7,50%	8,10%	8,1%	5,2%	5,1%	5,9%			
ECO. MUNDIAL	4,80%	5,40%	4,7%**	3,7%	3,6%	3,9%			

Fonte: FMI World Economic Outlook Database, October 2007

* Banco de Portugal

** Actualização de Janeiro da FMI

A **economia mundial** terá crescido 4,7% em 2007 contra os 5,4% registados em 2006. Na última metade do terceiro trimestre de 2007 o mercado financeiro mundial registou uma crise provocada pela queda do mercado de crédito hipotecário imobiliário de alto risco nos E.U.A. que ameaçava estender-se ao sector real da economia. No entanto, a intervenção dos bancos centrais das principais economias mundiais, bem como o facto de tal crise não ter afectado os mercados emergentes, minimizaram esse risco.

A inflação atingiu os 3,9% influenciado pelo aumento dos preços do petróleo bruto no mercado internacional.

Durante 2007, o FMI identificou ainda alguns riscos potenciais para a economia mundial a referir (i) a pressão inflacionista que decorre do forte crescimento económico e constrangimentos da oferta fazendo aumentar a possibilidade do aumento das taxas de juro, (ii) o aumento dos preços do petróleo e (iii) o aumento da volatilidade do mercado financeiro, dada a deterioração da qualidade do crédito nalguns sectores.

Nos **Estados Unidos da América (EUA)**, devido à crise do *subprime* que se fez sentir e alguma moderação do investimento empresarial e do consumo, os dados económicos apontam para uma moderação do crescimento económico situando-se o PIB em 1,9% contra os 2,9% de 2006. A taxa de inflação situou-se nos 2,7% tendo o desemprego registado uma variação positiva de 0,1 p.p. face a 2006 situando em 4,7%

Na **Zona do Euro** estima-se um crescimento do PIB de 2,5% ficando 0,3 p.p. abaixo do crescimento de 2006, reflexo da quebra dos investimentos das empresas devido à crise ocorrida nos mercados financeiros. A inflação, devido à subida do preço do petróleo no mercado internacional, ultrapassou a barreira dos 2% situando-se nos 2,5%. No tocante ao desemprego registou uma queda para os 6,9% face aos 7,8% de 2006.

Em **Portugal** espera-se que o PIB cresça 1,8% sendo mais influenciado pelo consumo e pelo investimento do que pela procura externa. A evolução da economia portuguesa continuou a ser condicionada por vários factores de ordem externa entre os quais a intensificação do processo de globalização económica e financeira e a continuação do aumento gradual das taxas de juro do Banco Central Europeu. A taxa de inflação atingiu os 2,5% e o desemprego os 7,4%.

As economias emergentes continuam a mostrar sinais de vitalidade, destacando-se as economias da China, Índia e Rússia com taxas de crescimento entre os 7 e 11% em 2007. As taxas de crescimento da economia africana estão projectadas em 6,4% para 2007.

Os dados existentes até à data apontam para a não existência de qualquer impacto negativo nos mercados emergentes resultante da turbulência que se fez sentir nos principais mercados financeiros. Contudo, os analistas mostram-se cépticos quanto ao facto de serem de todo imunes às restrições sérias dos mercados financeiros. No seu global, as economias emergentes deverão crescer à mesma taxa de 2006, ou seja, 8,1% com uma inflação de 5,9% contra os 5,1% de 2006.

Na **China**, prevê-se um crescimento de 11,5% contra os 11,1% de 2006 tendo-se assistido a uma valorização das suas matérias-primas. Prevê-se um aumento do preço dos produtos com uma taxa de inflação de 4,5% contra os 1,5% de 2006. A fim de conter a inflação e o impacto da alta mundial do preço das *commodities*, o Banco Central alterou durante 2007 por cinco vezes as taxas de juros e oito vezes o depósito compulsório dos bancos.

No **Japão**, a crise hipotecária dos E.U.A fez-se sentir pela positiva com o crescimento do sector terciário em 1,3% graças às operações das entidades financeiras tendo o sector financeiro crescido 1,1%, pelo que o FMI prevê um crescimento de 2% para 2007. O índice de preços caiu 0,1% em Setembro e a deflação fez com que o Banco Central aumentasse as taxas de juro pela primeira vez em quase seis anos. O FMI prevê uma inflação de 0,0% para 2007 com o desemprego a baixar para os 4%.

3.2 – Nacional

3.2.1 – Dados Gerais

ALGUNS DADOS SOBRE A ECONOMIA CABOVERDIANA

RÚBRICAS	UNIDADES	2005	2006	PREV 2007
PIB Real	Varição	5,8	6,5	6,9
PIB Nominal	Milhões Contos	88,7	99,3	112,6
Cambio Médio Anual	USD/CVE	88,65	83,4	75,67**
Inflação	Média Anual	0,4	5,4	4,5%**
Défice da BTC/PIB	%	-3,3	-5,1	-8,4*
Desemprego	%	24,4	18,3	-
Massa Monetária	Milhões Contos	72,64	86,22	94,6**
Massa Monetária	V. Anual %	15,6	18,7	9,7**
Reservas Cambiais	Meses de Importação	3,2	3,6	4,1**
Crédito Interno Total	Varição	3,8	17,1	0,6**
Crédito SPA	Varição	0,7	-0,3	-25,5**
Crédito à Economia	Varição	6,4	30,1	15,5**

Fonte:BCV e FMI (PIB)

*BCV - Dados Setembro 07

** BCV - Dados Dezembro 07

A economia Cabo-verdiana apresentou níveis de crescimento superiores ao esperado com o PIB a situar-se nos 6,9% contra os 6,5% de 2006. Para tal contribuíram as principais rubricas da procura interna, o consumo público, o investimento privado e as exportações.

A inflação registou uma diminuição face ao ano anterior ficando nos 4,5%. Este valor reflecte os efeitos directos e indirectos dos aumentos dos preços dos combustíveis e do mau ano agrícola.

As reservas cambiais registaram uma variação bastante favorável tendo contribuído para tal, o crescimento das exportações líquidas de serviços e o fluxo de investimento directo estrangeiro (IDE). As reservas internacionais atingiram níveis históricos passando a garantir 4,1 meses de importação em Dez 2007. No entanto, assistiu-se a um agravamento do desequilíbrio externo do país com a deterioração do saldo corrente devido essencialmente ao aumento das importações de bens e serviços, deterioração da balança de rendimentos e aumento do serviço da dívida do sector não governamental.

Relativamente à situação monetária, o panorama global demonstra-se favorável com uma previsão de crescimento do M2 em 9,7%. Esta evolução reflecte a dinâmica do crescimento dos activos externos líquidos do sistema.

Fruto da política de redução da dívida do Sector Publico, estima-se uma redução do crédito ao SPA na ordem dos 25,5% enquanto que no crédito à economia prevê-se um crescimento de 15,5% reflectindo o acréscimo do crédito concedido ao Sector Privado.

Em termos de Risco País, a Fich Rating atribui a Cabo Verde um rating de B e B+ para o Curto e ML prazo respectivamente, o que indica que existe um risco de crédito. Os compromissos financeiros correntes estão a ser cumpridos, contudo, a capacidade para pagamentos contínuos está sob a contingência de negócios e ambiente económicos favoráveis.

O ano de 2007 foi ainda rico em acontecimentos que a prazo esperase que venham a ter importantes reflexos no desenvolvimento do país, dos quais salientamos:

- O Banco Mundial aprovou um crédito de 10 milhões de euros a Cabo Verde para projectos referentes à terceira fase da Estratégia para o Crescimento e Redução da Pobreza (PRSC -3);
- Foi assinado o Plano Anual de Cooperação (PAC) Portugal – Cabo Verde 2007, num total de 13 milhões 425 mil euros;
- Foi aprovado o acordo de Parceria especial Cabo Verde/União Europeia;
- 51,15% das acções da SCT detida pelo Estado foram alienados a um grupo de 4 empresas cabo-verdianas - Promotora, Sita, Moave e Irmãos Correia
- Banco Mundial deu um apoio adicional de 3 milhões de dólares para impulsionar o sector privado;
- Cabo Verde passou a fazer parte da OMC;
- Deu-se início à terceira fase de privatização da ENACOL com a venda de 285.088 acções, marcando a retirada do Estado da empresa.
- O BCV alterou o coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa de 15% para 14% e a taxa de referência dos títulos de intervenção monetária de 3,75% para 4%;
- A Bolsa de Valores lançou a operação Electra com a colocação no mercado de uma Oferta Publica de Subscrição de 4,5 milhões de obrigações ordinárias e escriturais;
- A Tecnicil lançou a oferta publica de subscrição de 750 mil obrigações escriturais representativas de três empréstimos obrigacionistas da empresa;
- A ASA lançou a Oferta Publica de Subscrição de 600 mil obrigações escriturais;
- Cabo Verde assinou acordo de empréstimo com Portugal no valor de 140 milhões de euros destinados ao sector de infra-estruturas (estradas, portos e aeroportos).

3.2.2 – Sistema Financeiro

Com vista a uma melhor aproximação às práticas internacionais, o Aviso 4/2006 do BCV, entrado em vigor em Junho de 2007, veio revogar o Aviso 9/98 sobre a classificação de operação de crédito e provisões por classes crescente de risco. O Novo aviso estabelece que seja considerado como crédito vencido a totalidade do saldo em dívida ao invés das prestações vencidas. Por outro lado, estabelece que todos os créditos a mais de seis meses na classe de maior risco deverão ser abatidos ao activo

O BCV reduziu para 14% o coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa o que levou a um acréscimo de liquidez do sistema. Com vista a absorver a liquidez adicional o BCV interveio com a emissão de Títulos de Intervenção Monetária (TIM) e Títulos de Regulação Monetária (TRM).

O ano de 2007 ficou marcado pela forte actividade bolsista, designadamente pelo lançamento de Ofertas Publicas de Venda (OPV), nos segmentos accionista e obrigacionista, sendo este último pela 1ª vez em Cabo Verde. No mercado de acções, o grande destaque foi a OPV da Enacol - Empresa Nacional de Combustível SA e Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos.

No segmento obrigacionista o lançamento de três empréstimos pelas empresas – Electra - Empresa de Abastecimento e Água, ASA – Empresa de Aeroportos e Segurança Área SA e Técnicoil - Sociedade Imobiliária e de Construção SA, num total de 5.902.352 Obrigações do qual o BCA a deteve para sua carteira própria 56,9% (3.361.684 Obrigações).

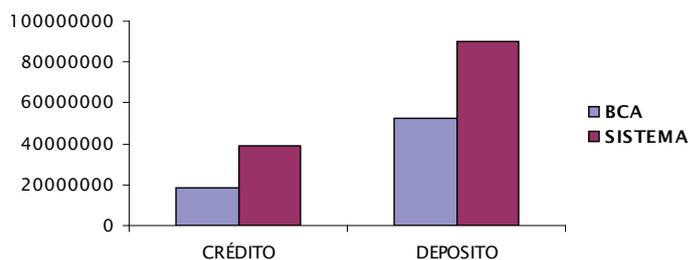
Com o objectivo de reforçar o papel da Supervisão Bancária num contexto de maior liberalização e concorrência no mercado financeiro, o Banco Central publicou alguns Avisos e Decreto-lei a saber:

- Regulamento n.º 2/2006, de 22 de Janeiro de 2007, com rectificações no B.O. n.º 6, I Série, de 5 de Fevereiro de 2007 e no B.O. n.º 10, I Série, de 5 de Março de 2007. Alteração ao Regulamento n.º 1/2005, de 12 de Dezembro relativo ao regime aplicável aos custos do mercado. (B.O. n.º 4, I Série).
- Aviso n.º 4/2006, de 2 de Janeiro de 2007, no qual estabelece os critérios de classificação de operações de crédito e de constituição de provisões. O mesmo revoga o aviso n.º 9/98, de 28 de Dezembro. (B.O. n.º 1, I Série)
- Decreto-Lei n.º 5/2007, de 26 de Fevereiro que aprova a emissão da nova nota de 1000\$00. (B. O. n.º 9, I Série);
- Decreto-Lei n.º 6/2007, de 26 de Fevereiro, o qual aprova a emissão da nova nota de 500\$00. (B. O. n.º 9, I Série);
- Decreto-Lei n.º 14/2007, de 2 de Abril através do qual são alterados os artigos 3º e 15º dos Estatutos da Bolsa de Valores de Cabo Verde, SARL, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 49/98, de 21 de Setembro. (B.O. n.º 13, I Série);

3.2.3. BCA no Sistema

O Crédito Total e Os Depósitos do BCA representam 46,2% e 58,7% do total do Sistema Financeiro em Dezembro 2007 contra 51,8% e 59,7% em Dezembro de 2006, respectivamente. No entanto, quando adicionados à carteira de crédito os empréstimos obrigacionistas a empresas a quota de mercado do BCA em crédito é de 50,4%.

BCA vs SISTEMA



No tocante aos cartões de débito Vinti4, o BCA emitiu em 2007 um total de 22.612 cartões representativo de 52% do sistema bancário nacional e um crescimento de 18% face a 2006.

Dados da Sociedade Interbancária de Sistemas de Pagamento (SISP) apontam para um total de 85 máquinas ATM's e 699 POS no sistema. Destes, 31 ATM's (36%) e 258 POS (36,9%) pertencem ao BCA o que representa um crescimento de 33% e 108% em relação a 2006 e a intensificação da aposta do Banco nos meios electrónicos de pagamento. Em termos de operações realizadas nos ATMs da Rede, os cartões de débito do BCA foram responsáveis por um total de 2.076.887 operações, dos quais cerca de 55% corresponderam a "Levantamento de numerário". Os levantamentos efectuados com os cartões do BCA representaram aproximadamente 50% do valor levantado no sistema que se cifrou em 14.474.172.000 CVE.

Em 2007, o BCA lançou o serviço de transferência rápida Western Union e os produtos BCA Conta Crescente, BCA Casa não Residentes e BCA IMOBILIÁRIA.

4 - ACTIVIDADE COMERCIAL

4.1. – Recursos

Dotado da maior rede de Balcões num total de 25 Agências e 2 prolongamentos que facilitam a relação dos clientes com o Banco a nível nacional, com uma comunicação forte e dinâmica adequada às exigências e expectativas dos clientes. Nesse sentido, o BCA tem reforçado o trabalho de segmentação e fidelização dos seus clientes por forma a diferenciar produtos e serviços em função da característica de cada cliente, o que se traduziu numa maior captação de recursos conforme o quadro que se segue.

RECURSOS DE CLIENTES

Rúbricas	Saldos em 31 de Dezembro			Mil Contos			
	2005	2006	2007	Variação		T.C	
				2005/2006	2006/2007	2005/2006	2006/2007
Depósitos	42.549	48.919	54.244	6.370	5.325	15,0%	10,9%
A Ordem	17.396	20.915	25.188	3.519	4.273	20,2%	20,4%
A Prazo	23.083	25.457	26.109	2.374	653	10,3%	2,6%
De Poupança	2.071	2.547	2.947	477	400	23,0%	15,7%
Outros Recursos	394	245	164	-150	-81	-38,0%	-33,0%
RECURSOS TOTAIS	42.944	49.164	54.408	6.220	5.244	14,5%	10,7%

Em termos globais, o saldo dos recursos captados de clientes elevou-se a 54,4 milhões de contos, dos quais 54,2 milhões de contos sob a forma de Depósitos de clientes, progredindo no ano, 5,3 milhões de contos (+10,9%). Deste aumento destacam-se os Depósitos à Ordem e a Prazo em 4,2 milhões de contos (+20,4%) e 653 mil contos (+2,6%) respectivamente, sem menosprezar a contribuição dos depósitos de poupança que teve um incremento de 400 mil contos (+15,7%).

Para esta evolução contribuíram a melhoria da qualidade dos serviços prestados, nomeadamente a massificação dos canais alternativos de pagamento e o lançamento do produto BCA-Conta crescente.

4.2. - Crédito

4.2.1 – Condicionantes da Actividade do Crédito

Durante o ano de 2007 as autoridades monetárias continuaram a utilizar mecanismos indirectos de controlo da concessão do crédito. Em Abril o BCV reduziu o coeficiente das reservas mínimas de caixa de 15% para 14% e em Junho alterou a taxa de referência dos títulos de intervenção monetária de 3,75% para 4% o que levou a um acréscimo de liquidez no sistema. Com vista a absorver a liquidez adicional o BCV interveio com a emissão de Títulos de Intervenção Monetária (TIM) e Títulos de Regularização Monetária (TRM).

O ambiente de negócios em que decorreu as actividades comerciais do Banco caracteriza-se pelo aumento da concorrência quer através de intermediários indirectos quer pela apresentação de produtos alternativos, tendo o BCA pautado pela criação de condições de fidelização dos clientes, avaliando e ponderando criteriosamente os riscos, aliando o interesse comercial ao potencial de negócio de cada cliente. Esta postura contribuiu para manutenção da imagem de liderança e de maior Banco, não só em termos de quota do mercado como também em termos de qualidade e rigor.

Para além desses factores que contribuíram positivamente para os resultados obtidos, realça-se também o lançamento dos produtos e serviços Western Union – serviço de transferência rápida de dinheiro, BCA- Conta Crescente, BCA Casa não Residentes e BCA IMOBILIÁRIA para além de uma forte aposta na massificação e intensificação dos meios e canais electrónicos de pagamento (ATM'S, POS e cartões de Debito- VINT4 e de Crédito -VISA).

O ano de 2007 ficou marcado pela actividade bolsista, designadamente pelo lançamento de ofertas Publicas de Venda (OPV), nos segmentos accionista e obrigacionista, neste último pela 1ª vez em Cabo Verde contribuindo também para os resultados alcançados.

4.2.2- Análise do Crédito concedido

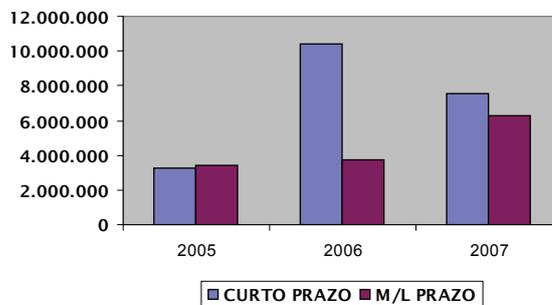
A carteira de crédito concedido apresenta uma diminuição face ao ano de 2006 de (-2,5%), apesar do volume de novas operações realizadas em 2007 ter atingido os 13,8 milhões de contos.

Destaca-se, no entanto, a evolução diferenciada do crédito concedido de curto, médio e longo prazos, como se pode constatar no quadro e gráfico que a seguir se apresentam. A evolução negativa do crédito concedido de curto prazo foi potenciada pelo impacto do crédito à ELECTRA em Dezembro de 2006 no total do crédito concedido no ano anterior. Já o crédito de Médio e longo prazo, apresentou um incremento de (+68,6% 2,5milhões de contos). Durante 2007, apesar da diminuição do crédito concedido de curto prazo, foram financiados 7,5 milhões de contos de novas operações de crédito de curto prazo contra 6,2 milhões de ML/Prazo.

Evolução do Crédito Concedido por Prazos

CRÉDITOS	Evolução do Crédito Concedido por Prazos				T.C	
	2005	2006	2007	2006-2007	2005/2006	
					2005/2006	2006-2007
Curto Prazo	3.258.099	10.441.516	7.520.057	-2.921.459	220,5%	-28,0%
M/Lprazo	3.411.137	3.732.039	6.292.424	2.560.385	9,4%	68,6%
TOTAL	6.669.236	14.173.555	13.812.481	-361.074	112,5%	-2,5%

Evolução do Crédito Concedido



4.2.3 – Análise da Carteira de Crédito

O saldo do Crédito Vivo excluindo Descoberto em Depósito à Ordem cifrou-se em 20,586 milhões de contos no final de 2007, tendo apresentado uma variação absoluta negativa de -970 mil contos e (-4,5%) relativamente ao ano anterior. Este decréscimo deve-se, sobretudo, aos créditos concedidos às empresas que diminuíram -1.251 mil contos (-12%), com particular incidência no crédito de curto prazo o qual registou uma variação negativa de -2,687 milhões de contos e (-43,9%), resultante da transformação dos créditos de algumas empresas em obrigações conforme já referido anteriormente.

A carteira de crédito a particulares teve um ligeiro aumento de 281,2 mil contos e 2,5%, consequência da entrada em vigor em Junho de 2007 do novo aviso do BCV sobre qualificação de operações de crédito vencido e provisões por classes de risco. Este aviso estabelece que deve ser considerado como crédito vencido todo o saldo do capital em dívida ao invés das prestações vencidas. No segmento particulares por ser maioritariamente constituída por crédito à habitação própria permanente 63,9% do total, em que dada a longevidade do reembolso, existe uma discrepância entre o valor das prestações e o saldo em dívida. Assim ao vencer uma prestação vence todo o saldo em dívida, deixando de existir crédito vincendo.

Carteira de Crédito Vivo por Entidade

Entidades	Saldo		Variação		Estrutura	
	Dez-06	Dez-07	Absoluta	Relativa	2006	2007
Empresas	10.453.553	9.202.161	-1.251.392	-12,0%	48,5%	44,7%
Curto Prazo	6.121.699	3.433.861	-2.687.838	-43,9%	28,4%	16,7%
M/LPrazo	4.331.854	5.768.300	1.436.446	33,2%	20,1%	28,0%
Particulares	11.102.458	11.383.679	281.221	2,5%	51,5%	55,3%
Crédito à Habitação	7.178.644	7.277.726	99.081	1,4%	33,3%	35,4%
Crédito Consumo	3.923.814	4.105.953	182.140	4,6%	18,2%	19,9%
TOTAL	21.556.011	20.585.840	-970.171	-4,5%	100,0%	100,0%
Excluindo Descoberto	40.610	84.308				

Em termos globais a carteira de crédito vivo às empresas diminuiu -1.251 mil contos (-12%), enquanto que o crédito aos particulares cresceu em 281,2 mil contos (2,5%). O peso do crédito às empresas no total da carteira passou de 48,5% em 2006 para 44,7% em Dezembro 2007, contrariamente ao peso do crédito aos particulares que aumentou de 51,5% em 2006 para 55,2% em Dezembro 2007.

A carteira de crédito a clientes bruto incluindo crédito em incumprimento apresentou um crescimento de 4,7% face ao período homólogo. Esse crescimento resulta do efeito conjugado da diminuição de (-4,3%) no crédito vivo e do aumento de 264,5% no crédito e juros vencidos. O crescimento no crédito e juros vencidos é consequência do impacto do

aviso 4/2006, que passou a considerar como crédito vencido todo o saldo do capital em dívida ao invés das prestações vencidas. É assim, que ao vencer uma prestação todo o saldo do capital é automaticamente considerado crédito em incumprimento.

De acordo com o mesmo aviso um crédito em situação irregular não pode ultrapassar 6 meses na classe de maior risco (CLASSE E). Nesse sentido, foram abatidos ao activo em Dezembro 2007 créditos num total de 173,9 mil contos, integralmente cobertos por provisões específicas.

Os sectores com menor peso no total da carteira vencida em Dezembro 2007 conforme quadro em anexo são: Construção Civil (3,2%) e Industria (4,7%), enquanto os com maior peso são Comercio a Retalho (17,7%), Comercio Grosso (16,4%), Transporte (14,9%) e Turismo (10,1%). O sector da Habitação que em Dezembro de 2006 apresentava um peso no total da carteira vencida de 1,2% passou para 13,7% em Dezembro de 2007, resultado do impacto do novo aviso do Banco Central.

CARTEIRA DE CRÉDITO A CLIENTES

Rubricas	(Contos)					
	2005	2006	2007	T.C.		
				Var. 2007-2006	2005/2006 2006/2007	
Crédito Vivo	15.231.140	21.596.621	20.670.148	-926.474	41,8%	-4,3%
Curto Prazo	2.131.752	6.878.226	2.720.764	-4.157.463	222,7%	-60,4%
Médio e Longo Prazo	13.099.388	14.718.395	17.949.384	3.230.989	12,4%	22,0%
Recursos Consignados	0	0	0	0		
Crédito e Juros Vencidos	1.143.688	749.501	2.731.570	1.982.070	-34,5%	264,5%
CRÉDITO TOTAL	16.374.828	22.346.122	23.401.718	1.055.596	36,5%	4,7%
Peso M./Lprazo/Crédito Normal	86,0%	68,2%	86,8%			

A distribuição do crédito vivo por maturidade mostra um crescimento de 22% no crédito de médio e longo prazo e que o seu peso no total passou de 68,2% em Dezembro 2006 para 86,8% em Dezembro 2007 voltando ao patamar de 2005.

5 - OUTRAS ACTIVIDADES

5.1 – AREA INTERNACIONAL

As acções da área Internacional continuaram a incidir no acompanhamento e desenvolvimento das relações com os Correspondentes e Outras Instituições e Organismos Internacionais, reflectindo a preocupação sistemática com a melhoria da qualidade do serviço prestado aos Clientes residentes, não residentes e emigrantes com interesses em Cabo Verde. Tem constituído também preocupação o estabelecimento de um plano comercial com os bancos do Grupo Caixa Geral de Depósitos, utilizando a sua vasta rede internacional através do aproveitamento de sinergias existentes e a optimização da rendibilidade das aplicações financeiras em divisas.

Relações com os Bancos Correspondentes

A rede de correspondentes mantém-se com 29 bancos. O processo de análise, acompanhamento e revisão da rede de correspondentes continuou durante o ano 2007, com vista a conciliar a manutenção de uma lista óptima de correspondentes com o objectivo, por um lado, de proporcionar aos clientes as melhores condições para a feitura do negócio internacional cobrindo todos os principais mercados, e por outro lado, a redução de custos com a gestão do correspondent banking.

No contexto do programa de combate ao branqueamento de capitais e combate ao terrorismo “Know Your Customer” e das exigências do “USA Patriot Act”, foi realizado com o interlocutor do Citibank-New York para Cabo Verde, sediado na Africa do Sul, uma *conference Call*. Recebemos, também, a visita do responsável do Commerzbank para as relações com bancos para o balanço das relações de correspondência com o BCA.

A rede de correspondentes SWIFT passou de 121 para 134 de 2006 a 2007.

Acordos

Foi implementado o acordo de parceria com a Western Union que visa a prestação de serviço de transferência rápida de dinheiro.

Relações com Outras Instituições Financeiras

- No âmbito das relações com Outras Instituições Financeiras Internacionais, o BCA participou em vários encontros internacionais, de se destacar os seguintes:
- Encontro realizado no Cairo pela Visa Internacional e MSCC (parceiro da Visa Internacional);
- Encontro Anual dos membros da Western Union, em Istambul, na Turquia;
- Assembleias Anuais do BM e FMI em Washington, nos Estados Unidos da América.

O BCA recebeu representantes e delegações de vários organismos internacionais, a saber:

- Do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, no âmbito das suas missões anuais de acompanhamento da situação macroeconómica do país e de análise dos constrangimentos ao desenvolvimento do sector privado;
- Da MCC, no âmbito da implementação dos programas do MCA - Millenium Challenger Account;
- Da AFD - Agence Française de Developpement, no âmbito da Convenção de Financiamento a favor dos Municípios Cabo-verdianos consubstanciada numa linha de crédito no valor de cinco milhões de Euros destinada a financiar projectos de desenvolvimento municipal;
- Do IFC – International Finance Corporation – organismo membro do Grupo do Banco Mundial, no âmbito da análise de oportunidades de negócio;
- Do Ecobank, no âmbito da análise de oportunidades de negócio;
- Do Societé Generale, no âmbito da análise de oportunidades de negócio no domínio de correspondent banking;
- Da Western Union, no âmbito da implementação do acordo de transferência de dinheiro;
- Do Fonds Gari S.A. – Organismo da C.E.D.E.A.O. que gere fundos de Garantia de investimento privados.

Relações Intra - Grupo

A Caixa Geral de Depósitos continua a ser o correspondente por excelência para todas as operações em moeda estrangeiras aproveitando a sua vasta rede internacional. Durante o ano de 2007 foram intensificadas relações de negociação cambial e de aplicações financeiras com a Caixa Geral de Depósitos.

5.2 – INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E FINANCEIRA

Continuou-se a trabalhar no sentido de melhorar a qualidade da informação contabilística fornecida aos órgãos de gestão, com maior realce para a manutenção do controle das reconciliações com os bancos correspondentes, dos pagamentos das facturas do banco, das contas do imobilizado e respectivas amortizações, e do pagamento dos impostos.

Ao nível do Planeamento e Controle de Gestão, foi feito um grande esforço para a elaboração atempada das informações de gestão e para a produção de informação estatística e prudencial enviada mensalmente ao Banco de Cabo Verde e à sede da Caixa Geral de Depósitos, principal accionista do Banco, para efeitos de consolidação.

GESTÃO FINANCEIRA

A Gestão Financeira foi feita de acordo com a linha de orientação estratégica proposta pelo banco, de consolidação financeira e diversificação das fontes de rentabilidade. A Gestão de Liquidez continuou a ser feita sempre na óptica do cumprimento das responsabilidades e da rentabilização máxima das disponibilidades a curto prazo, com recurso aos mercados financeiros nacional e internacional, minimizando os riscos de liquidez, de mercado e cambial.

A estratégia para a consecução deste objectivo, passou pela identificação correcta das oportunidades de negócio e do rigoroso controlo dos

activos líquidos, nomeadamente os saldos das tesourarias das agências, valores em trânsito, créditos a curto prazo, saldos nos correspondentes, aplicações de curto prazo nos correspondentes, e apostou-se na aceleração do processo de transformação em divisas de notas estrangeiras captadas no país.

Em relação ao ano transacto é de assinalar que houve um acréscimo de 7,1% das entradas de divisas contra um acréscimo de 10,1% das saídas.

No que concerne à rentabilização dos excedentes de liquidez continuou-se a apostar na combinação das oportunidades dos mercados monetários interno e externo, nomeadamente nos instrumentos do Mercado Interbancário Nacional, no Mercado Primário de Títulos (Públicas e Privadas) e aplicações de curto prazo nos Correspondentes.

O quadro seguinte ilustra os ganhos obtidos em cada um destes mercados nos últimos dois anos.

Anos	Juros Aplicações									Em contos	
	2006			2007			Variação %			Rec	Pagos
	Rec	Pagos	Líquido	Rec	Pagos	Líquido	Rec	Pagos	Líquido		
Mercado M. Nacional	167.521	2.823	164.698	285.520	0	285.520	70,44	-100,00	73,36		
BT's	121.913	2.823	119.090	63.747	0	63.747	-47,71	-100,00	-46,47		
Aplicações BCV	6.215	0	6.215	2.577	0	2.577	-58,54	0,00	-58,54		
Outras Apl. BCV (TIM)	34.100	0	34.100	190.387	0	190.387	458,32	0,00	458,32		
(TRM)	5.245	0	5.245	28.799	0	28.799	449,08	0,00	449,08		
Aplic. Outros Bancos	48	0	48	10	0	10	-79,17	0,00	-79,17		
Aplicações nos Corresp.	166.012	177	165.835	91.369	0	91.369	-44,96	-100,00	-44,90		
TOTAL	333.533	3.000	330.533	376.889	0	376.693	13,00	-99,57	13,97		

Conforme se constata do quadro supra, conseguiu-se manter os ganhos globais em aplicações acima dos valores registados em 2006. De 330,533 mil contos em 2006 os ganhos subiram para 376,693 mil contos em 2007, representando um aumento de 13,97%.

Este resultado explica-se pelo aumento das aplicações em Títulos de Intervenção Monetária e em Títulos de Regularização Monetária, o que contribuiu para um aumento dos juros ganhos em 458,32% (CVE 34,100 mil contos em 2006 para CVE 190,387 mil contos em 2007) e 449,08% (CVE 5,245 mil contos em 2006 para CVE 28,799 milhões de escudos em 2007), respectivamente.

A carteira de Títulos de Intervenção Monetária em 31 Dez 07 era de 6,520 milhões de contos representando um aumento de 183,48% comparativamente ao período homólogo, com uma Taxa Média Ponderada de 4,5%. A carteira de aplicação em Títulos de Regularização Monetária era de Cem milhões de escudos em 31 Dez 07. A Taxa Média Ponderada dos TRM's foi 4%. O facto de o Banco de Cabo Verde ter deliberado aumentar a taxa directora dos títulos de intervenção monetária, utilizada nas operações de intervenção tipo mercado aberto, de 3,75% para 4% a partir de 4 de Julho 07 contribuiu para o aumento dessa taxa média ponderada.

As subscrições em Obrigações de Tesouro registaram uma redução de 4,31% do total da carteira comparativamente ao período homólogo (de 6,335 milhões de escudos em 2006 para 6,012 milhões de escudos em 2007). De se referir que essa diminuição também deveu-se à redução de emissão de Obrigações de Tesouro em cerca de 54% comparativamente a 2006.

Relativamente às aplicações em Bilhetes de Tesouro, houve uma redução de juros ganhos em 46,47%, devido à redução da subscrição de Bilhetes de Tesouro no Mercado Primário em 84,16% comparativamente a 2006 (de 3.789 mil contos em 2006 para 600,02 mil contos em 2007). De se referir que, embora tenha havido melhoria em termos da Taxa Média Ponderada de Bilhetes de Tesouro (de 2,74% em 2006 para 3,45% em 2007), este instrumento revelou-se pouco atractivo para aplicação dos excedentes de liquidez.

Quanto ao Mercado Monetário Internacional houve uma redução de 45,02% de juros ganhos apesar da Taxa Média Ponderada em Euros ter aumentado de 2,84% em 2006 para 3,75% em 2007, e em Dólares Americanos de 4,78% em 2006 para 4,93% em 2007. Essa redução deveu-se à diminuição do volume de aplicações em Euros em 76,42% (de 5.263 milhões de Euros em 2006 para 1.241 milhões de Euros em 2007).

Quanto ao Mercado Monetário Interbancário houve uma redução do volume de aplicação no Banco Central no final do período de apuramento das DMC e uma diminuição de aplicação junto de outros bancos da praça, devido a utilização de outros instrumentos e oportunidades de absorção de liquidez no mercado, nomeadamente, TIMs e TRMs.

Com efeito a partir do segundo período de constituição de DMC de Abril 07, o Banco de Cabo Verde deliberou reduzir em 1 p.p. o coeficiente a aplicar à base de incidência para a definição das Disponibilidades Mínimas de Caixa, passando para 14%.

A gestão cambial continuou a ser feita com muito rigor e sempre na óptica da anulação dos riscos a que as operações estrangeiras estão expostas. Conseguiu-se durante 2007 ganhos no valor de CVE 158,070 mil contos contra 165,116 mil contos em 2006, uma diminuição de 7,046 mil contos (-4,27%), apesar da eficácia das medidas correctivas no sentido de melhorar a gestão da posição cambial. A redução dos ganhos cambiais explica-se pela redução da utilização de dólares americanos como divisa de transacção e pela maior utilização de euros como divisa de transacção para pagamentos internacionais por parte de grandes empresas importadoras.

5.3 - MERCADO DE CAPITAIS

BCA – Intermediário Financeiro

Em 2007 a Bolsa de Valores sofreu um considerável dinamismo comparativamente ao ano anterior, o que se deveu sobretudo à realização de diversas operações no mercado primário mas também ao aumento considerável do volume de negócios no mercado secundário.

Em relação ao mercado primário, destaca-se a realização da Oferta pública de Subscrição de 4.552.352 obrigações da ELECTRA, das quais 50% ficou reservada à subscrição particular pelo BCA e os restantes 50% à subscrição pública. Seguem outras duas Ofertas Particulares de Subscrição de Obrigações, da Tecnical e da ASA, também estas resumindo-se à titularização de parte dos créditos destes clientes.

No segmento accionista, ocorre a segunda oferta pública de venda de 28,5% das acções da Enacol detidas até então pelo Estado, ao preço de 4.400CVE.

No mercado secundário, denota-se um acréscimo significativo no valor das comissões de corretagem, passando de cerca 146 mil escudos em 2006 para os 3,9 milhões de escudos em 2007. Para este resultado contribuiu a forte procura pelos títulos da Enacol, que motivou uma oscilação muito positiva do preço do título (59%). A comissão de corretagem do BCA resultante do volume transaccionado deste título foi de 3,2 milhões de escudos.

As acções do BCA na Bolsa

Em 2007 a cotação do Banco Comercial do Atlântico registou uma valorização de 13,7%. As acções do BCA continuam sendo as mais transaccionadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde, com um volume de negócios de 22,9 milhões de escudos.

Em Novembro de 2007 procedeu-se à admissão à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de mais 12,5% do capital social do BCA, títulos detidos pela Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL. Desta feita, o BCA passa a dispor de 375.000 acções cotadas em bolsa (37,5% do seu capital social), o que justifica a variação positiva da capitalização bolsista em 58%, comparativamente a 2006.

Comportamento do Título BCA - 2007	
Nº Accões admitidas à Cotação (31/12/06)	250.000
Nº Accões admitidas à Cotação (31/12/07)	375.000
Cotação 31/12/2006	2.990 CVE
Cotação 31/12/2007	3.400 CVE
Cotação Mínima	2.551 CVE (Ago/2007)
Cotação Máxima	3.400 CVE (Dez/2007)
Performance	
Valorização de Cotação	13,71%
Var % Year-to-date (YTD)	
Capitalização Bolsista (31/12/06)	747.500.000 CVE
Capitalização Bolsista (31/12/07)	1.275.000.000 CVE

Risco de Liquidez

O risco de liquidez decorre dos bancos utilizarem recursos exigíveis a curto prazo obtidos junto de clientes para financiar investimentos em activos relativamente ilíquidos e não transaccionáveis, pelo menos a curto prazo. Alguns indicadores utilizados para a análise de liquidez são: o rácio de transformação [Crédito -Depósitos] e o gap de liquidez por escalas cumulativas de maturidade.

A avaliação da relação entre o crédito, que representa um activo com uma duração esperada de médio ou longo prazo (por se basear numa relação repetida e continuada com os clientes, mesmo que a maturidade contratual seja de curto prazo), e os depósitos, que constituem responsabilidades com uma duração efectiva superior à contratual (e, como tal, podem ser entendidos como passivos estáveis), permite caracterizar em termos muito genéricos a situação global de liquidez de uma instituição bancária.

Em 2007, o rácio Crédito - Depósitos do BCA sofreu uma diminuição comparativamente a 2006 – de 45,7% para 43,1% (se corrigirmos o rácio de 2006 dos 50% do crédito adquirido pelo BCA ao consórcio ADP/EDP, adquiridos por apenas 6 meses, este diminuiu para os 41%). Porém, esta redução decorreu em grande medida das operações de titularização de uma parte significativa dos créditos (aproximadamente 3,1 milhões de contos, incluindo 50% das obrigações emitidas pela Electra, pela Tecnical e pela ASA, o que representa 6% do depósito total). Estas operações de securitização, maioritariamente com aval do Estado e todas cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde, permitiu ao BCA transformar parte do crédito em activos transaccionáveis e de maior liquidez, munindo-o de mais um instrumento de gestão de liquidez. Deve também ser tido em consideração que o próprio Estado passou a emitir menos obrigações, exigindo assim, que o banco tenha em conta outras formas de reposição da sua carteira de investimento.

5.4 – ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA

Organização

Em 2007, as actividades centraram-se no acompanhamento e melhoramento das soluções organizativas implementadas no ano anterior, continuando a privilegiar o enfoque nas seguintes vertentes: Estrutura Orgânica; Processos; Sistema de Informação; Normas, procedimentos e formulários.

Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica continuou a ser ajustada aos objectivos estratégicos do BCA e às necessidades do negócio, tendo sido criados um Gabinete de Compliance (GFC), na dependência directa da Comissão Executiva, e uma Divisão de Meios de Pagamento (DMP) na Direcção de Apoio ao Negócio. Com a criação da DMP, as atribuições do BCA-Directo passaram a estar totalmente integradas na Divisão da Banca Electrónica e Help Desk, unidade na dependência directa da DOI.

A rede de balcões foi ligeiramente expandida, passando a contar com mais uma Agência na zona do Palmarejo.

A rede de ATM's experimentou um novo alargamento, passando a cobrir localidades não servidas por infra-estruturas bancárias (João Teves e Cidade Velha - Santiago; Santa Filomena e Cova Figueira – Fogo), locais de intensa movimentação de utilizadores (ou potenciais) do cartão VINTI4 (ENAPOR – S. Vicente) e Agência Praça Nova – S. Vicente.

Processos

Os processos relacionados com as operações de estrangeiro, a emissão de cartões (Débito e Crédito), o crédito e a cobrança de serviços foram, sem dúvida, os que mereceram a maior atenção.

Em relação às operações de estrangeiro, prosseguiu a implementação do modelo de interface com a rede de SWIFT, tendo sido introduzidos alguns ajustes, na decorrência da avaliação efectuada com o apoio do consultor da Promosoft que nos vem assistindo na concretização deste projecto. Por outro lado, foi introduzido o serviço de Western Union, passando o BCA a poder proporcionar esse serviço de transferência aos seus clientes.

O processo de crédito foi, igualmente, acompanhado e alguns melhoramentos foram introduzidos em todas as Agências do BCA, de condições para o uso do modelo de Scoring para o crédito ao consumo.

Outros processos devem ser aqui mencionados: a) A gestão de filas de espera; b) A circulação de valores; c) O tratamento de documentos. A gestão electrónica das filas de espera continuou a ser implementada nas Agências, tendo sido encomendada a aquisição de equipamentos para o apetrechamento de todas as que não foram ainda contempladas.

Finalmente, convém também referir que, durante o ano transacto, desenvolveram-se trabalhos com vista à introdução do sistema de Telecompensação, o que determinou, necessariamente, uma reflexão sobre o actual processo de Compensação, as alterações a serem introduzidas e a forma de se adequar a elas.

Sistema de Informação

A nível do Sistema de informação, são dignos de nota: a) A criação de condições para o uso do Scoring de Consumo nas Agências de Santo Antão (as únicas onde tal não acontecia). Relacionado com o mesmo assunto, foi feita, também, uma reciclagem dos conhecimentos dos utilizadores dalgumas Agências da Região Sul; b) O plano de implementação do Western Union ficou concluído e a aplicação informática de suporte foi objecto de acompanhamento permanente; c) Prosseguiram os trabalhos de actualização da Base de Dados e digitalização das normas e sua subsequente disponibilização no Sistema; d) Criaram-se novos Grupos de Acesso (DMP e Gabinete de Compliance) e outros foram actualizados (BCAEmpresas, GAI e Multifunções).

Foram desenvolvidos trabalhos de parametrização relacionados com as seguintes matérias: a) Criação dum novo indexante interno, o BCAINDEX, e a introdução de taxas indexadas à Libor US\$ e EURIBOR; b) Anuidade do cartão VISA GOLD; c) CREDOC de Importação; d) Trabalhos de implementação do novo Preçário do BCA.

Normas, procedimentos e impressos/formulários

Em relação à actividade normativa e o melhoramento de procedimentos, várias matérias foram contempladas, sendo de destacar as seguintes áreas: a) Os Estatutos Orgânicos dos novos Órgãos de Estrutura; b) O Novo Preçário do BCA; c) O Crédito; d) Operações de Bolsa; e) A Implementação de protocolos diversos; f) O Pessoal, com destaque para o novo regulamento de financiamento de viaturas.

Foram ainda desenvolvidos trabalhos de produção de novos impressos/formulários entre os quais: a) Impressos do sistema Western Union; b) Modelo de livranças; c) Abertura de contas; d) Extracto do cartão VISA; e) Crédito à Habitação; f) Formulários para o site do BCA; g) Transferência para o exterior; h) Adesão aos novos serviços de cobrança.

Redes e Informática

Desenvolvimento e modernização do SI

Com vista ao melhoramento da infra-estrutura tecnológica, levou-se a cabo um conjunto de investimentos, quer por necessidade de substituição e aumento de capacidade (aquisição de novo AS400 no valor de 23,6 mil contos), quer por necessidade de suporte de novas soluções para o funcionamento do Front Office do Banco (KANALO). Com vista à implementação da nova solução de Front Office (KANALO), procedeu-se à aquisição de servidores e realizou-se um concurso internacional de fornecimento de computadores para esse efeito.

Os trabalhos de adaptação do módulo de interface de emissão dos cartões VISA prosseguiram. Também houve contactos com a MSCC, SISP e Promosoft, com vista a identificar e acautelar eventuais problemas decorrentes da prevista mudança da plataforma da MSCC.

Em relação ao SWIFT, foi feita uma avaliação dos novos procedimentos das operações de estrangeiro, a correcção de algumas insuficiências e a identificação de outras, cuja correcção está em curso. O processo de implementação do modelo de interface continuou o seu curso normal e, em Agosto, ocorreu a migração para a plataforma SWIFT NET PHASE II.

Algumas alterações foram introduzidas na gestão de filas de espera, de forma a permitir a assistência remota a esses servidores, com clara redução de custos (deslocação, homem dia, etc., etc.).

Os trabalhos para a introdução de relógios de ponto no BCA foram retomados, tendo sido constatado que se deve mudar a versão stand alone para intranet. Esta nova versão, como todas as ferramentas da WEB, trará enormes vantagens. Os edifícios com maior número de colaboradores terão, também, terminais Biométricos, para além do software.

O PIGIT, "Projecto Integrado de Gestão de Informação & Infra-estrutura Tecnológica", iniciado nos primeiros dias de 2008, ganhou maior aceleração com a participação da SISP.

Comunicações e Internet

Na área das comunicações e Internet, realçam-se as seguintes realizações: a) Upgrade à linha de comunicação de S.Vicente de 128 para 256Kbps e do link de acesso à Internet de 512 para 1024 ficando assim resolvido o problema da lentidão na comunicação com essa ilha e criadas as condições de acesso à Internet a um maior número de colaboradores do BCA.

Segurança

Durante o ano, foram concretizadas as seguintes acções, tendentes a reforçar a segurança informática: a) Melhoramento no sistema dos backups das aplicações do ambiente AS/400; b) Aquisição de ferramentas de monitorização e controlo da rede; c) Separação do ambiente real de testes, em termos de utilizadores e respectivos acessos; d) Início do processo de instalação de um sistema CCTV e detecção/extinção automática de incêndio que cubra o Centro de Informática; e) Implementação RDIS em todos os OE, de forma a concluir o projecto backup RDIS; f) Upgrade ISA server; g) Implementação de antispm; h) Implementação do software Recovery Manager; i) Implementação dum sistema de monitorização do sistema de comunicações; j) Upgrade do sistema de controlo do antivírus k) Instalação SP2 em todos os servidores WINDOWS SERVER 2003; l) Criação de condições técnicas necessárias para o acesso seguro (BCA/BI) às aplicações/Intranet da SISF e da MSCC.

Banca Electrónica/Helpdesk

Banca Electrónica

No seu primeiro ano de existência, a área da Banca Electrónica, para além de assegurar a sua implementação e consolidação, procurou potenciar a lógica integrada desse tipo de serviço bancário, baseada na satisfação, de forma remota, da quase totalidade das necessidades dos clientes, em termos de consultas e movimentos intra e interbancários, nas condições de facilidade, acessibilidade e disponibilidade que lhe são características. Apostou, igualmente, no melhoramento e consolidação das soluções já existentes na empresa, a saber: o internetbanking (BCADIRECTO), os ATM e POS. É oportuno registar que a rede do BCA de ATM e POS continuou a ser alargada, contando, actualmente, com 31 ATM e 258 POS em funcionamento. Registou-se um aumento de 1.726 utilizadores activos do BCADirecto, perfazendo o total 7.922 clientes que dispõem do serviço de Internetbanking.

Helpdesk

Ao nível do Helpdesk, deu-se continuidade às actividades de apoio aos utilizadores, nas diversas vertentes.

De entre outras, destacam-se as intervenções na conclusão do processo de implementação do modelo interface swift, continuando o acompanhamento do seu funcionamento; na conclusão do processo de implementação e funcionamento do serviço de Western Union em praticamente todas as agências do BCA; nos trabalhos de melhoria do funcionamento, elaboração de procedimentos e acompanhamento das transacções dos cartões de crédito; na avaliação do processo de parame-trização e implementação do novo preçário e da implementação do novo indexante do BCAINDEX; na abertura de novos balcões e instalação de máquinas ATM's.

As actividades desenvolvidas nessa área contemplaram, ainda, as seguintes matérias: a) o processo de introdução do sistema de telecompensação; b) a apresentação de soluções para os problemas da compensação tradicional.

Várias acções de formação foram levadas a cabo, tendo como objectivo a capacitação dos colaboradores do BCA. Merecem destaque: a) acções de formação na utilização da aplicação BANKA para os novos colaboradores admitidos e a reciclagem do quadro do pessoal; b) Swift e Western Union; c) Visa; d) crédito à Habitação; e) operações bancárias.

Estrutura

A estrutura da Direcção de Organização Informática manteve-se praticamente a mesma. Excepção feita à Divisão da Banca Electrónica que, como já tivemos a oportunidade de referir, passou a assumir todas as atribuições do BCADIRECTO, incluindo o relacionamento com clientes. Na Divisão de Redes e Informática prosseguiram as acções no sentido de se criar uma área de desenvolvimento, o que irá melhorar o seu funcionamento e a sua autonomia. O melhor enquadramento do Centro de Informática continua a ser objecto de reanálise, na perspectiva de um eventual acréscimo da sua autonomia, como forma de melhorar o funcionamento global da Divisão.

5.5. – RECURSOS HUMANOS

O quadro do pessoal apresentava, no final de 2007 um total de 401 colaboradores no activo, sendo 365 do quadro efectivo e 36 contratados por tempo determinado. Contava ainda com 10 colaboradores

em situação de licença sem vencimento e dois cuja relação laboral foi suspensa por motivo de doença tendo sido admitidos durante o ano 23 novos colaboradores e desvinculados 7 (5 por iniciativa do Banco e dois por iniciativa própria).

No que concerne ao nº de reformados, atingiu-se no ano um total de 96 reformados (pré -reformados e em reforma efectiva) de acordo com o quadro abaixo.

	ACTIVOS			INACTIVOS	
	2006	2007		2006	2007
Quadro Permanente	376	365	Aposentados	91	96
Contratados a Prazo	18	36	Pré-Reforma	3	7
			Desvinculados/Indemnizados	1	1
			Comissão Serviço	10	10
			Licença	0	2
TOTAL	394	401	TOTAL	105	116

Relativamente ao Género, as Mulheres correspondem a 62% e os Homens a 38% do total dos colaboradores.

No que tange à distribuição por Grupos Funcionais, verifica-se que 43% dos colaboradores desempenham funções técnicas, 23% funções auxiliares e de apoio, 21% exercem cargos de chefia e 13% executam funções administrativas.

A Formação Académica dos Colaboradores continuou a melhorar, sendo que 38,9% dos colaboradores detêm o Ensino Secundário, 22,2% a Licenciatura, 23,9% o Ensino Básico, 4,1% o Ensino Superior Politécnico e 10,6% o Ensino Técnico - Profissional.

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

	2006		2007	
	Quant.	%	Quant.	%
Ensino Básico	105	25,93%	99	23,97%
Ensino Secundário	156	38,52%	161	38,98%
Ensino Técnico Profissional	45	11,11%	44	10,65%
Ensino Superior Politécnico	15	3,70%	17	4,12%
Ensino Superior Universitário	84	20,74%	92	22,28%
TOTAL	405	100%	413	100%

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Durante o ano foram levadas a cabo algumas acções de formação tanto no país como no estrangeiro. Internamente foram realizadas 4 acções de formação, três em Santiago e uma em São Vicente, tendo sido abrangidos 49 colaboradores. As acções de formação no exterior abrangeram 7 colaboradores sendo 3 com estágios na Caixa Geral de Depósitos e outros 4 com participações em conferências internacionais.

No que toca à participação na Formação Académica dos Colaboradores, ao longo do ano, 29 colaboradores beneficiaram do apoio do Banco na sua Formação Académica, através da participação nas propinas anuais dos respectivos cursos, num total de 2,2 mil contos

Foram ainda proporcionados 13 estágios a finalistas e recém-formados dos cursos técnico-profissionais, bacharelato e licenciatura, sendo que 7 foram acolhidos pela Direcção Financeira e Internacional, 3 pelo Gabinete de Marketing e Relações Públicas e 3 pela Direcção Comercial Norte.

Com o propósito de criar maior sinergia entre as diferentes hierarquias do Banco, realizaram-se três encontros de Quadros do Banco, designadamente nas ilhas do Sal, Santiago e São Vicente, sempre com presenças dos membros da Comissão Executiva ou Conselho de Administração.

APOIO SOCIAL AOS TRABALHADORES

Durante o ano de 2007 os colaboradores do Sistema Privativo de Segurança Social do Banco e reformados beneficiários do mesmo sistema, bem como os seus agregados familiares beneficiaram de 518 exames clínicos de diagnóstico e de 1.456 consultas de clínica geral e de especialidade. Igualmente, beneficiaram do fornecimento de 112 próteses oculares, auditivas e estomatológicas, 18 tratamentos de enfermagem, 4 cirurgias e 9 internamentos hospitalares.

Foram ainda emitidas 923 credenciais para consultas e exames de diagnóstico complementar no âmbito do protocolo com os SAMS

- Serviços de Apoio Médico e Social dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, de Portugal, bem como autorizações para a realização de intervenções cirúrgicas. Durante 2007, 10 beneficiários foram evacuados tendo os custos com a assistência médica e medicamentos atingido os 34,851 mil contos.

Na linha do comportamento socialmente responsável que o BCA vem assumindo, o Banco continuou a apoiar os seus colaboradores e reformados através da política de concessão de créditos para aquisição ou construção de habitação própria permanente, crédito corrente, crédito à educação, crédito à saúde e crédito para abonos fiscais. Ao longo do ano também foram concedidos créditos para a aquisição de viatura própria, tendo o benefício sido alargado para todos os colaboradores e reformados que preencherem os requisitos exigidos.

Destacam-se ainda algumas outras acções, designadamente, a) Coordenação de processos de concurso, selecção e recrutamento e integração de novos quadros; b) Actualização do cadastro individual de todos os trabalhadores e seus agregados familiares; c) Actualização da tabela dos cuidados de estomatologia em vigor no BCA;

5.6 – AUDITORIA E INSPECÇÃO

No âmbito das suas atribuições do GAI ao longo do ano 2007 foram efectuadas várias actividades de que se destacam: a) Seis (6) acções de auditoria às Agências, concretamente, nas de S. Filipe (AFG), dos Mosteiros (AMO), da Boavista (ABV), de S. Nicolau (ASN), de Tarrafal de S. Nicolau (ATS) e dos Espargos (ASA) e, ainda, uma conferência de valores na Tesouraria da Agência Avenida – na cidade da Praia. Dessas acções 3 foram de follow-up.

Além da área comercial foram realizadas três acções parciais nas Direcções de Suporte Operacional – Divisão de Apoio Logístico (DSO/DAL), Direcção Financeira e Internacional – Divisão Internacional e Liquidez (DFI/DIL), com incidência nas áreas de Pagamentos a Fornecedores e da Tesouraria, e Direcção de Apoio ao Negócio – Divisão de Operações com o Exterior (DAN/DEC).

O GAI, também, realizou auditorias à distância de algumas operações efectuadas pelas Agências.

Destacam-se ainda outras acções tais como análise de actas de crédito concedido, análise de descobertos em depósitos à ordem, análise e acompanhamento de diferenças de caixa nos vários balcões e acções visando a sua regularização, análise de reclamações de clientes e realização de 1 (um) inquérito e de algumas averiguações e análises de operações e contas cujos relatórios foram apresentados à Comissão Executiva sob forma de Informação e de Parecer.

- Para além disso, o GAI participou e coordenou 9 (nove) transmissões de Gerência, nomeadamente, nas Agências de Santa Cruz, de S. Filipe e dos Mosteiros, duas vezes, cada, nestas duas últimas, da Boavista, da Ribeira Grande, de Porto Novo e de Tarrafal de S. Nicolau. Também apresentou, no mês de Junho, aos novos quadros recrutados o tema branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, numa curta acção de sensibilização aos mesmos para o papel que cabe às instituições de crédito na prevenção e luta contra tais fenómenos. O GAI vem acompanhando e apoiando a implementação de decisões da Comissão Executiva bem como de algumas medidas recomendadas em relatórios de acções de auditoria realizadas e Instruiu, por decisão superior, quatro (4) processos disciplinares;

5.7 – COMPLIANCE

O BCA, consciente da importância das questões de compliance, decidiu criar o Gabinete de Suporte à função Compliance, cujos principais objectivos traçados se resumem no seguinte:

- A Construção de uma imagem forte do BCA, baseada na qualidade de serviços e “boas práticas bancárias”;
- A Preocupação com a protecção do valor e a sua reputação, em conjunto com um ambiente regulamentar complexo e em rápida alteração;
- A internacionalização e a preocupação em implementar novas regras de segurança para as instituições financeiras.

Durante o ano de 2007, foi desenvolvido um conjunto de actividades de formação e sensibilização, designadamente: Background, Motivação; Objectivos e propósitos de implementação de Compliance; Papel e responsabilidades do Compliance Officer e do Analista de Compliance; Conduta profissional e pessoal dos colaboradores da instituição; Áreas de actividades (Compliance Operacional e Manual de Compliance – noção); Processo de Compliance; Branqueamento de Capitais e métodos de prevenção.

A CGD prestou colaboração na implementação da Função Compliance no BCA.

5.8– INVESTIMENTOS

Com vista a cada vez mais e melhor servir os seus clientes, oferecendo-lhes maior comodidade e rapidez na realização das suas operações bem como de dotar os seus colaboradores de melhores condições de trabalho, o BCA levou a cabo os seguintes investimentos:

- Inauguração da Agência do Palmarejo Grande em Dezembro;
- Instalação de 7 máquinas ATM's nas ilhas do Fogo, Cova Figueira e Santa Filomena, ilha de Santiago, Órgãos, Cidade Velha e Palmarejo, ilha de São Vicente, Praça Nova e Terminal do Porto Grande de Mindelo.

A nível do Imobilizado, foram feitas investimentos no valor global de 299,3 mil contos sendo 50,3 mil contos em imobilizado incorpóreo dos quais 36,7 em despesas de edifícios arrendados, 168 em imobilizado corpóreo e 80,9 mil contos encontra-se em imobilizado em curso.

A fim de se proceder á actualização dos diversos softwares e demais equipamentos em todo o parque informático, as aquisições a nível de informática ascenderam o montante de 34,7 mil contos, contra abates de bens totalmente amortizados num total de 140 mil contos.

5.9– OUTRAS REALIZAÇÕES

5.9.1 – GABINETE DE MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS (GMR)

Na prossecução da melhoria dos “índices de performance” e por forma a manter a competitividade, o GMR levou a cabo várias acções que contribuíram para a manutenção do BCA como Banco de referência e líder do mercado.

Para o aumento da notoriedade do Banco em 2007 são de destacar as seguintes acções: a) Melhoria e promoção dos produtos existentes e desenvolvimento de novos produtos; b) Melhorias na comunicação interna/ externa,

Concorreram, ainda, para a manutenção dessa “performance” a realização de eventos, as contribuições e participações do Banco em diversas iniciativas de carácter social, cultural, educacional, desportiva, entre outras.

A nível da dinamização e ofertas comerciais no segmento particulares são de destacar a criação de várias Linhas de crédito destinados ao consumo e a profissionais liberais, elaboração e assinaturas de protocolos.

Já para o Segmento Emigrante, com o objectivo de abrir novos canais de comunicação com a comunidade, abordar o mercado da diáspora enquanto segmento privilegiado do Banco, promover os produtos/serviços do Banco e aproximar-se, cada vez mais, da Comunidade Cabo-verdiana no estrangeiro, o BCA realizou e participou em vários encontros com os emigrantes dentro e fora do País; Em Cabo Verde, participou em alguns encontros promovidos pelas Câmaras Municipais e realizou encontros com a Comunidade da Diáspora, designadamente, França, Portugal e Luxemburgo.

Ao nível do Segmento Empresas o Banco desenvolveu novas parcerias e estabeleceu protocolos com várias empresas e atendendo às necessidades de cada uma delas, foram criadas diversas linhas de crédito específicas para diversos sectores, designadamente imobiliário e construção, entre outras.

Lançamento de novos produtos

Durante o ano foram lançados os seguintes produtos: BCA Conta Crescente, BCA Casa não Residentes e BCA IMOBILIÁRIA.

Acompanhamento dos Segmentos de clientes:

Com vista a um melhor acompanhamento dos seus clientes, o BCA levou a cabo algumas campanhas promocionais e divulgação de produtos e serviços a saber:

Campanhas Promocionais

Com o objectivo de reforçar a visibilidade dos produtos e serviços oferecidos pelo Banco desenvolveram-se várias acções de campanhas nomeadamente:

- Campanhas de lançamento do novo produto, BCA Conta Crescente, BCA não residente, BCA IMOBILIÁRIA;
- Campanha de manutenção de produtos já existentes, BCA CASA, BCA Jovem, BCA CRÉDI +;
- Serviços BCA Directo e Western Union.

Participações em Feiras

Com o objectivo de estar mais próximo da classe empresarial e atento às oportunidades de negócios, o Banco participou nas feiras realizadas no País, nomeadamente, FIC – Feira Internacional de Cabo Verde, ocorrida na Cidade da Praia e em São Vicente, Feira da Unotur (Feira Internacional do turismo) no Sal, a Feira Imobiliária – em Lisboa, e participou ainda no envio de informação (folhetos) para uma Feira Imobiliária de Londres

Eventos

Na linha do engajamento do com a promoção da cultura nacional o BCA promoveu um espectáculo musical por ocasião do XIV aniversário da instituição com a artista Mayra Andrade, uma exposição de pintura intitulada “Dinheiro nosso de cada dia” com o artista Kiki Lima e apoiou a realização de várias actividades desportivas.

Publicidade

Durante o ano procedeu-se à elaboração e produção de diversos spots, folhetos e cartazes e à concepção de materiais de comunicação para os pontos de venda e para os media.

No domínio da Publicidade Institucional é de realçar as acções seguintes:

- Presença do Banco, colocação de balcões, em locais de acontecimentos internacionais, nomeadamente, conferência da Ordem dos Médicos, Assembleia e Conferência de Distrito do Rotary Internacional;
- Informações através do Boletim do Instituto das Comunidades
- Manutenção da presença prolongada do Banco em alguns meios de grande alcance, nomeadamente na revista de bordo dos aviões da TACV “Fragata”, nas listas telefónicas e de fax, entre outros;
- Destaca-se ainda a presença no programa televisivo “Praça Financeira”.

Sponsoring e Mecenato

Para melhor envolvimento com a comunidade onde está inserida e contribuir para aumentar a sua notoriedade, o BCA patrocinou algumas iniciativas de grande interesse tanto para a comunidade como para o próprio Banco.

Na área social continuou-se a apoiar instituições carenciadas do país, nomeadamente, o Lar Rotary, Operação carinho, Fundação Infância Feliz, Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade, entre outras, e foram contempladas com pequenos apoios escolas frequentadas por crianças carenciadas do país;

Para o Desporto manteve-se o apoio à Federação Cabo-verdiana de Basquetebol.

Câmaras Municipais

Continuou o apoio às Câmaras Municipais na realização das suas actividades por ocasião do dia do Município.

6 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

6.1 - Evolução do Balanço

O Activo Líquido ascendeu a 61,6 milhões de contos, no final de 2007, registando um aumento de 10,9% (6 milhões de contos) face ao final do ano anterior, para o qual contribuíram sobretudo as Aplicações em I.C.'s e o Crédito a Clientes. Do lado do passivo destacam-se os crescimentos verificados nos Depósitos de Clientes.

Balanço Consolidado de Dezembro

Mil contos

	2006	2007	VARIACÃO	
			Absoluta	Relativa
Activo				
Caixa e Disponibilidades	9.067	10.502	1.435	15,8%
Aplicações em Instituições de Crédito	4.807	8.668	3.860	80,3%
Crédito a Clientes (líquido)	21.482	22.046	564	2,6%
Crédito a Clientes Bruto	22.346	23.402	1.056	4,7%
Crédito a Clientes Bruto (expurgando Créd. Electra)	17.335	23.402	6.067	35,0%
Obrigações e Outros Títulos	10.134	10.015	-120	-1,2%
Participações Financeiras	121	121	0	-0,2%
Imobilizado Incorpóreo	76	95	19	25,0%
Imobilizado Corpóreo	1.097	1.190	92	8,4%
Outros Activos	8.277	8.420	143	1,7%
Contas de Regularização	536	609	73	13,7%
Total	55.598	61.665	6.067	10,9%
Passivo				
Recursos de I.C.'s	475	366	-109	-22,9%
Recursos de Clientes	48.919	54.244	5.325	10,9%
Provisões	2.993	3.285	292	9,7%
Outros Passivos	1.170	1.267	96	8,2%
SOMA	53.558	59.162	5.605	10,5%
CAPITAIS PRÓPRIOS	2.040	2.503	463	22,7%
TOTAL	55.598	61.665	6.067	10,9%

Caixa e Disponibilidades

A rubrica Caixa e Disponibilidades cresceu 15,8% quando comparado com Dezembro de 2006, devido ao aumento dos depósitos de clientes, não obstante a diminuição em Março do coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa de 15% para 14%.

Aplicações em Instituições de Crédito

As Aplicações no mercado interbancário de títulos, Títulos de Intervenção Monetária (TIMs) e Títulos de Regularização Monetária (TRMs) como forma de rentabilização da liquidez do Banco cresceram 80,3% (3,9 milhões de contos) por serem mais rentáveis que as aplicações em Bilhetes do tesouro (BT's). A taxa média ponderada de rentabilidade dos TIMs e TRMs em Dezembro 2007 foi de 4,0%, contra 3,7% dos BT's.

Crédito a Clientes

A Carteira de Crédito sobre Clientes bruta totalizou 23,4 milhões de cts, registando um crescimento de 4,7% (1 milhão de contos), comparativamente a Dezembro 2006. Esse crescimento é resultado do expressivo volume de crédito concedido em 2007, num total de 13 milhões de contos, cujo impacto foi, no entanto, reduzido pela titularização de um grupo de créditos em Obrigações.

Expurgados os Créditos titularizados a Carteira Total teria um crescimento em relação a Dezembro de 2006 de 35% (6 milhões de contos), com o segmento Empresas a liderar com 70,6% (4,1 milhões de contos) e o segmento de Particulares com 17% (1,9 milhões de contos).

O Crédito concedido a clientes, isto é, novas operações realizadas durante 2007, atingiu os 13,8 milhões de contos, valor ligeiramente inferior ao mesmo período do ano passado em 361 mil cts (-2,5%). O segmento empresas somou 7,5 milhões de contos desse montante, destacando-se os créditos ao sector da construção e o financiamento de operações do mercado de capitais, enquanto que o segmento particular ascendeu a 6,2 milhões de contos. A diminuição verificada no segmento Empresas é explicada pelo efeito do Crédito à Electra concedido em Dezembro 2006, no valor de 4,3 milhões de contos. Na carteira de Particulares, o crédito concedido ao consumo lidera com 3,9 milhões de contos, apresentando um crescimento face ao ano passado de 12%.

O saldo do Crédito Vencido no final de 2007 cifrou-se em 2,7 milhões de contos, uma progressão de 1,9 milhões de contos face a Dezembro de 2006, o que traduz, em termos percentuais, um acréscimo de 264,45%. Esse aumento deve-se ao novo critério de classificação do Crédito Vencido e constituição de provisões definido no novo Aviso do BCV que passou a considerar como vencido todo o saldo do capital em dívida ao invés das prestações vencidas.

Assim, todo o saldo que anteriormente era considerado vincendo e classificado em crédito normal é transferido para conta de crédito e juros vencidos.

Reajustada a Carteira de Crédito Vencido em Dezembro de 2006 ao novo Aviso do BCV, esta teria um decréscimo de 11,8% (366 mil contos).

Para a cobertura do crédito vencido, o montante das provisões afectas ascendeu a 1,3 milhões de contos, valor que traduz um crescimento de 56,9% face ao ano anterior e permitiu um grau de provisionamento de 49,6%. Em 2007 foram constituídas provisões num total de 96,9 mil contos para créditos que foram reescaloados. De salientar que durante o ano de 2007 foram utilizadas provisões para crédito vencido num total de 151 mil contos em consequência dos créditos abatidos ao activo que ascenderam a 173,9 mil contos.

Crédito sobre Clientes

	Contos		Variação	
	2006	2007	Absoluta	Relativa
Crédito Total	22.346.122	23.401.719	1.055.597	4,7%
Crédito Normal	21.596.621	20.670.148	-926.473	-4,3%
Crédito e Juros Vencidos	749.501	2.731.571	1.982.070	264,5%
Provisões para Crédito Vencido	863.744	1.355.839	492.096	57,0%
Para Crédito e Juros Vencidos	625.535	898.801	273.266	43,7%
Provisões Económicas	176.443	318.504	142.061	80,5%
Provisões p/Despesas Crédito Vencido	38.208	70.746	32.538	85,2%
Para Crédito Cobrança Duvidosa	23.558	0	-23.558	-100,0%
Diferença Provisões Novo Aviso		138.535	138.535	
Crédito Líquido de Provisões	21.482.378	22.045.879	563.501	2,6%

Carteira de Títulos

O saldo das Aplicações em Títulos que inclui os Títulos de Negociação e de Investimento alcançou os 10 milhões de contos, uma diminuição de 1,2% (120 mil contos) face a Dezembro de 2006. Esta diminuição foi via redução da carteira de títulos do tesouro (Obrigações e Bilhetes do Tesouro) num total de 3,5 milhões de contos, apesar da entrada para a carteira do BCA de Obrigações Públicas e Privadas num total de 3,3 milhões de contos. A Carteira de Bilhetes de Tesouro - BT's e Obrigações do Tesouro - OT's diminuíram em 3,1 milhões de contos e 323,3 mil contos, respectivamente.

A diminuição na Carteira de BT's deve-se ao facto de se ter optado por aplicações em TIM's e TRM's uma vez que têm apresentado taxas de remuneração mais atractivas que nos BT's.

De salientar que o BCA detém na sua carteira de investimento acções da Fabrica de Tabacos e da Enacol num total de 41,5 mil contos.

Investimentos

O imobilizado líquido ascendeu a 3 milhões de contos, representando um crescimento de 3,6% face a Dezembro de 2006. Durante o ano de 2007 foram feitos Investimentos no valor de 301 mil contos, sendo 28,3 mil contos em imobilizado incorpóreo dos quais 19,3 em despesas de edifícios arrendados, 218 em imobilizado corpóreo e 54,7 mil contos encontra-se em imobilizado em curso. Salienta-se o facto de ter havido abates de bens totalmente amortizados num total de 192 mil contos, sendo que 140 mil contos para material informático e 24 mil para material de transporte.

Recursos de Clientes

O saldo dos Depósitos de Clientes ascendeu a 54,2 milhões de contos no final de 2007, registando-se um aumento de 10,9%.

Este crescimento reflecte a variação positiva verificada em todas as modalidades de depósitos, com maior incidência para os Depósitos a Ordem que apresentou um crescimento de 20,4% (4,3 milhões de contos), representando 80% do crescimento total dos Recursos de Clientes.

Os Depósitos a Prazo e de Poupança tiveram um crescimento moderado de 2,56% (652,4 mil contos) e 15,7% (399,6 mil contos) respectivamente.

Depósitos de Clientes

Tipo De Clientes	Dez-06	Dez-07	Variação	
			Absoluta	Relativa
Particulares	38.791	41.225	2.434	6,3%
Depósito Ordem	12.167	13.497	1.330	10,9%
Depósito Prazo	24.077	24.781	705	2,9%
Depósito Poupança	2.547	2.947	400	15,7%
Empresas	8.134	10.291	2.158	26,5%
Depósito Ordem	6.775	9.000	2.224	32,8%
Depósito Prazo	1.358	1.292	-66	-4,9%
Sector Púb.Administ.	1.995	2.728	733	36,7%
Depósito Ordem	1.973	2.691	718	36,4%
Depósito Prazo	22	36	14	66,4%
Total	48.919	54.244	5.325	10,9%

Provisões para Riscos e Encargos

O saldo das Provisões para Riscos e Encargos atingiu 3,3 milhões de contos, um crescimento face ao ano passado de 9,8% (291,8 mil contos). Mais uma vez e conforme anos anteriores as provisões constituídas somaram 2 milhões de contos reflectindo um crescimento de 52,9%

(701,4 mil contos) em relação ao ano anterior. Deste total 1,2 milhões de contos corresponde a provisões para Crédito, 500,5 mil contos diz respeito a Provisões para Pensões de Reforma e Sobrevivência, 122,8 mil contos a Provisões para Despesas com Saúde, 69,3 mil contos a Provisões para Despesas Tratamento no Exterior e 90,9 mil contos a Provisões para Riscos Bancários Gerais.

O quadro a seguir mostra o movimento nas rubricas de provisões durante 2007:

MOVIMENTO NAS RUBRICAS DE PROVISÕES EM 2007

RUBRICAS	SALDO DEZ 2006	DOTAÇÕES	ANULAÇÕES/ UTILIZAÇÃO E REPOSIÇÕES		SALDO DEZ 2007
			TRANSF.		
Provisões p/ Crédito Vencido	863.744	1.190.962	-698.867	0	1.355.839
Prov. Riscos Gerais de Crédito	281.256	141.870	-416.115	-7.011	0
Prov. P/Imobilizações Financeiras	10.640	201			10.841
Prov.Pensões Ref.e Sobrevivência	2.521.116	486.335	-105.388	14.226	2.916.289
Prov.Desp.Tratam.Pessoal Exterior	88.178	69.295	-18.750	0	138.723
Prov.Fundo Reestruturação	102.945	18.686	0	-14.226	107.405
Prov.Responsabilidades c/Saúde	0	122.867	0	0	122.867
Prov.Riscos Bancários Gerais	204.121	90.915	-163	7.011	301.884
Total	4.071.998	2.121.132	-1.239.282	0	4.953.848

As Provisões Líquidas no Exercício atingiram 1.062 mil contos, traduzindo num aumento de 66,5% (424,4 mil contos), aumento relacionado sobretudo com as provisões para crédito vencido.

O total de provisões adicionais constituídas para o Fundo de Pensões de Reforma e Sobrevivência atingiu os 435 mil contos.

De se referir que a rubrica Provisões para Fundo de Pensões é alimentado pelas contribuições normais dos empregados (6,0%) e do Banco (8,0%) e por contribuições extraordinárias verificadas naquela data, de acordo com o estudo actuarial efectuado relativamente á situação em Dezembro de 2007. Entretanto, as entradas normais foram insuficientes para suportar as saídas que ocorreram por via da utilização (105 mil contos) mais o agravamento das responsabilidades provocado pelo aumento registado a nível da retribuição mensal dos trabalhadores. Uma outra razão da insuficiência é o facto de o número de contribuintes do Fundo diminuir ao longo do tempo.

O quadro a seguir mostra a evolução do movimento no Fundo de Pensões ao longo dos últimos 3 anos:

ANOS	REFORÇO PROVISÕES		UTILIZAÇÃO	SALDO LIQUIDO	SALDO PROVISÕES
	NORMAL	ADICIONAL			
2005	89.878.417	285.475.654	-93.059.656	282.294.415	2.129.700.033
2006	83.477.081	401.381.996	-93.443.299	391.415.778	2.521.115.810
2007	73.689.245	426.871.996	-105.385.755	395.175.486	2.916.289.296

Capitais Próprios

O valor dos Capitais Próprios do BCA elevou-se a 2,5 milhões de contos, no final de 2007, evidenciando, no ano, um acréscimo de 462,7 mil contos o que representa em termos relativos 22,7%.

6.2. CONTAS DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DEZEMBRO

	Dez-06	Dez-07	Mil Contos VARIACÃO	
			ABS.	%
Juros e Proveitos Equiparados	2.549,1	3.140,1	591	23,2%
Juros e Custos Equiparados	1.315,5	1.213,2	-102	-7,8%
Margem Financeira	1.233,6	1.926,9	693	56,2%
Comissões Recebidas	496,1	539,2	43	8,7%
Comissões Pagas	23,5	39,2	16	67,2%
Resultado de Operações Financeiras	165,1	158,1	-7	-4,2%
Rendimento de Títulos	205,6	213,7	8	4,0%
: Dos quais TCMF's	192,3	199,4	7	3,7%
Outros Resultados de Exploração	214,9	234,5	20	9,1%
Margem Complementar	1.058,2	1.106,3	48	4,5%
Produto Bancário	2.291,8	3.033,2	741	32,3%
Custos com o Pessoal	692,2	740,7	49	7,0%
Fornec.e Serv. terceiros	503,1	552,4	49	9,8%
Outros	2,9	6,1	3	108,8%
Amortizações	184,1	171,6	-12	-6,8%
Provisões Líquidas	637,7	1.032,9	395	62,0%
Resultados Extraordinários	138,2	274,1	136	98,4%
Resultados antes Imposto	410,2	774,6	364	88,8%
Impostos	36,4	125,1	89	243,7%
Resultado Líquido do Exercício	373,8	649,5	276	73,8%

Resultado Líquido

O Resultado Líquido do BCA em 2007 atingiu 649,5 mil cts, contra 373,7 mil contos no ano anterior, o que representou um aumento de 73,8% (+275,8 mil contos), e uma taxa de tributação efectiva de 19,3%.

Para o crescimento do Resultado Líquido contribuíram para além do aumento do Produto Bancário em 32,4% (741,3 mil contos), a redução nas amortizações do exercício em -6,8% (-12 mil contos) e aumento nos resultados extraordinários em 98,42% (136 mil contos).

Relativamente às várias componentes do Produto Bancário, realçam-se os seguintes:

Margem Financeira

A Margem financeira teve um crescimento de 56,2% face a 2006, o que corresponde a um crescimento em termos absolutos de 693 mil contos. Este crescimento reflectiu a evolução favorável tanto nos Proveitos de Operações Activas (23,2%) como nos Custos de Operações Passivas (-7,8%).

Nos Proveitos de Operações Activas destaca-se o acréscimo de 30,3% (578 mil contos) nos Juros de Aplicações justificado pelo aumento do seu peso na carteira de activos.

Os Juros de Crédito registaram um crescimento de 27,9% (472 mil contos) por via do efeito volume.

Por sua vez, os Juros de Títulos tiveram um aumento de 3,4% (19,5 mil contos) comparativamente ao ano passado, devido a entrada na carteira de títulos do BCA das obrigações da Electra, Tecnici e ASA uma vez que os proveitos dos títulos do tesouro diminuíram 47,7% nos BT's e 4,3% nas OT'S. Os proveitos das obrigações da Electra, Tecnici e ASA totalizaram 94,8 mil contos.

Com relação aos Custos de Operações Passivas, realce para a diminuição nos juros pagos pelos Depósitos em 7,8% (103 mil contos), fruto da redução das taxas de juro passivas em Maio de 2006 e do aumento dos depósitos à ordem.

Esta evolução favorável tanto nos Juros de Depósitos como nos Juros de Crédito fez com que a Margem Financeira C/ Clientes registasse um crescimento de 126,6% (556,3 mil contos), contribuindo assim para uma melhoria na Margem de Intermediação que passou de 3,86% em Dezembro de 2006 para 4,26% em Dezembro de 2007.

Margem Complementar

As Comissões Líquidas, principal componente da Margem Complementar, cujo crescimento face ao período homólogo foi de 5,7% (27,4 mil contos), seguido da rubrica outros resultados de exploração com 8,9% (20,5 mil contos) e Rendimento dos TCMF's em 3,7% (7 mil contos) contribuíram para que a Margem Complementar crescesse 4,5% (48 mil contos) já que os Resultados de Operações Financeiras diminuíram em 4,2% (-7 mil contos).

O crescimento nas Comissões Líquidas deve-se principalmente aos acréscimos nas comissões sobre créditos documentários abertos, comissões de bolsa, comissões associadas às ordens de pagamento emitidas e nas comissões sobre cartões Visa. A diminuição nas comissões de abertura e renovação este ano em 25,5% (49,7 mil contos) é resultado da alteração da taxa fixa cobrada que antes era de 1,25%, passando para taxa negociada com um patamar máximo de 1%. Nos casos dos grandes projectos a taxa ficou abaixo de 1%. Contrariamente, o acréscimo nas Comissões associadas às Ordens de Pagamento Emitidas em 12,1% (10,9 mil contos) é justificado pelo aumento nas Ordens de Pagamento Emitidas ao longo do ano. As comissões ligadas ao novo serviço de transferência de dinheiro lançado este ano ascendeu a 10,4 mil contos. De realçar que a Margem Complementar ultrapassou os valores previstos para 2007 em 6,1%.

A evolução favorável tanto na Margem Financeira como na Complementar contribuiu para o crescimento de 32,4% (741 mil contos) no Produto Bancário.

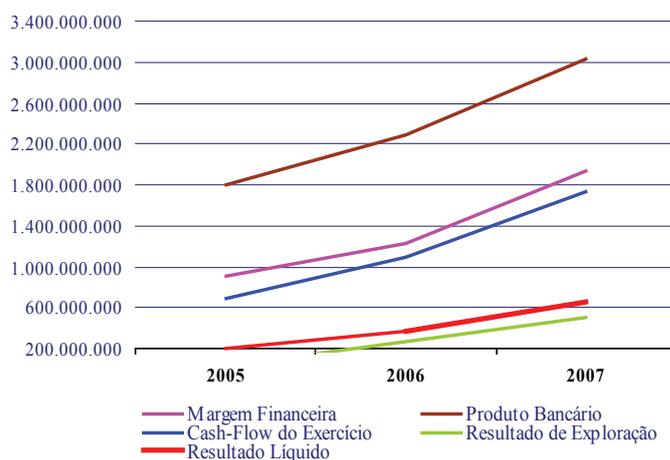
Custos Operativos

Os Custos Operativos – Custos com o Pessoal, Fornecimentos e Serviços de Terceiros e Amortizações ascenderam a 1,5 milhões de cts, um aumento de 6,2% (85,2 mil cts). Essa evolução é resultado do efeito conjugado dos aumentos de 9,8% (49,2 mil cts) e 7% (48,4 mil cts) nos Fornecimentos e Serviços de Terceiros e nos Custos com pessoal, respectivamente. As amortizações reduziram em 6,7% (12,5 mil cts).

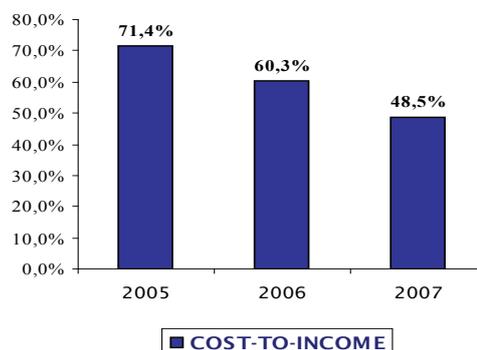
O aumento nos custos com pessoal deve-se ao ajustamento salarial, às progressões na carreira, à entrada de novos colaboradores em 2007 num total de 24 contra 19 saídas, (11 reformas /outras, 3 por iniciativa dos trabalhadores e 5 por iniciativa do Banco) e, também, ao Seguro Vida Grupo destinado a todos os funcionários do Banco criado em Setembro 06.

Nos Fornecimentos e Serviços de Terceiros o crescimento de 9,7% (49,2 mil cts) foi por via, principalmente, da rubrica Publicidade e Edição de Publicações em 44,6% (18,8 mil cts), responsável por 40% desse aumento. Esse crescimento tem a ver, por um lado, com o lançamento dos novos produtos BCA-Conta Crescente, Western Union e BCA Imobiliária, e por outro, devido a política do BCA em apoiar as Instituições em diversas áreas, nomeadamente social, cultural e desportiva. Assim, durante 2007 foram concedidos 19,2 mil contos em patrocínios, nomeadamente, nos domínios da Cultura (3,7 mil contos), Desporto (3,6 mil contos), Festividades Municipais (2,3 mil contos), Programas televisivos (2,3 mil contos) entre outros. As outras rubricas que contribuíram para o aumento dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros são: Honorários Diversos (6,1 mil contos), Deslocação, Estadas e Representação (5,5 mil contos), Conservação e Reparação (4,7 mil contos), Assistência Técnica (4,3 mil contos) e Formação (3,9 mil contos)

A evolução nos Custos Operativos inferior ao aumento no Produto Bancário permitiu que o Cost to Income registasse uma melhoria significativa de 11,8 p.p. passando de 60,3% em 2006 para 48,5% em 2007.



COST-TO-INCOME



O quadro abaixo mostra a composição dos Custos Operativos, bem como a respectiva variação:

Evolução dos Custos Operativos Dez 2006/Dez2007

RUBRICAS	Dez-06	Dez-07	Variação	
			Absoluta	Relativa
Custos com Pessoal	681.746	740.717	58.972	8,7%
Remunerações e Encargos	566.058	601.868	35.810	6,3%
Encargos Sociais Obrigatórios	114.530	119.366	4.837	4,2%
Encargos Sociais Facultativos e Outros	1.158	19.484	18.326	1582,5%
Fornecimento e Serviços de Terceiros	503.069	552.237	49.168	9,8%
Amortizações	184.052	171.589	-12.463	-6,8%
Custos operativos	1.368.867	1.464.543	95.677	7,0%

6.3 - Análise de rácios

Rendibilidade

As Rendibilidades do Activo (ROA) e dos Capitais Próprios (ROE), tendo em conta a melhoria dos resultados líquidos, evoluíram de forma favorável atingindo 1,11% e 28,6% respectivamente contra 0,71% e 19,36% em 2006. Antes de Imposto a rendibilidade do Activo foi de 1,32% e dos capitais Próprios de 34,1%.

Nos **Indicadores Económicos**, com o aumento no Resultado Líquido, destaca-se o rácio que relaciona o Resultado Líquido com Juros e Proveitos Equiparados que passou de 14,7% em 2006 para 20,7% em 2007.

Os Gastos com Pessoal sobre Produto Bancário têm diminuindo paulatinamente atingindo os 24,4% em Dezembro de 2007 contra 30,2% do período homólogo. O Cost to Income diminuiu de 60,3% para 48,5%.

Nos **indicadores de Risco**, em consequência da alteração dos critérios de classificação das Operações de Crédito e da constituição de Provisões, o rácio Crédito Vencido sobre Crédito Total foi de 11,7% contra 3,4% período homólogo. Reajustada a Carteira Vencida de Dez06 segundo o novo Aviso, este rácio seria de 13,8% em Dezembro 2006.

O rácio Provisões Específicas de Crédito Vencido sobre Crédito Vencido passou de 115,2% em 2006 para 49,6% em 2007.

Nos *rácios de Solvência e transformação*, apesar do aumento do crédito o rácio de transformação de Depósitos em Crédito continua abaixo dos 50% atingindo 43,1% em 2007 (45,7% em 2006).

Os *rácios de Produtividade e Eficiência* apresentam aumentos face ao período homólogo, nomeadamente, Resultado Líquido sobre nº de Empregados e sobre nº de Agências, devido ao aumento no Resultado Líquido bem como o rácio que relaciona o volume de negócios com o nº de Empregados.

6.4- Rácios Prudenciais

Os Fundos próprios da Instituição atingiram 2.083,5 mil contos correspondentes a um acréscimo de 455,5 mil contos face ao mesmo período de 2006, devido ao aumento nas Reservas fruto da distribuição dos resultados de 2006 e do aumento do Resultado Líquido do exercício de 2007.

O Rácio de Solvabilidade calculado com base em 50% dos Resultados do Exercício atingiu 12,25%, valor superior ao mínimo exigido pelo Banco Central, contra 10,54% em Dezembro 2006. Se esse rácio fosse calculado com base em 10% dos Resultados do Exercício, seria de 10,72%. O rácio TIER I, que é o rácio que relaciona os Fundos Próprios de base com o activo ponderado atingiu 13,19% em 2007 (11,17%, período homólogo).

O rácio que relaciona os Títulos de Dívida Pública com os Depósitos atingiu

3,8 milhões de contos, valor superior ao exigido pelo BCV, que determina que as aplicações em Títulos de Dívida Pública das Instituições Financeiras não podem ser inferiores a 5% do total das suas responsabilidades por Depósitos.

Devido ao aumento nos Fundos Próprios, O rácio de Cobertura de Imobilizado aumentou passando de 133,6% em 2006 para 158,95% em 2007.

Apesar do rácio de Cobertura de Responsabilidades superior a 90 dias ter atingido 3,9 milhões de contos em 2007 (5,9 milhões de contos em 2006), o BCA continua a apresentar défice na cobertura de responsabilidades inferior a 90 dias devido sobretudo ao aumento nos Depósitos a Ordem de Clientes.

Quanto ao montante global dos créditos cujos riscos estão sujeitos a limites de concentração o BCA detém em termos absolutos 895,3 mil contos, valor inferior ao estipulado pelo BCV cujo limite do agregado não poderá ultrapassar 8 vezes os seus Fundos Próprios.

7 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para os Resultados apurados no exercício, no valor de 649.530.620\$00 (Seiscentos e Quarenta e Nove Milhões, Quinhentos e Trinta Mil, Seiscentos e Vinte escudos), o Conselho de Administração propõe aos Accionistas a seguinte aplicação dos Resultado Líquido:

Reserva Legal (10%)	64.953.062
Outras Reservas	259.812.248
Dividendos a Distribuir	324.765.310
Agrupamento CGD/BI (52,5%)	170.501.788
Garantia (12,5%)	40.595.664
Estado de Cabo Verde (10%)	32.476.531
Outros Accionistas (25%)	81.191.328

8 - LISTA DE BANCOS CORRESPONDENTES A 31/12/2007

Portugal

- Caixa Geral de Depósitos SA- Lisboa
- Banco Espírito Santo SA – Lisboa
- Banco Português de Investimento SA – Porto
- Banco Santander Totta - Lisboa
- Banco do Brasil SA – Lisboa

- Estados Unidos da América:

- Citibank NA – New York

- Holanda

- ABN Amro Bank NV- Amsterdam
- ING Bank NV – Amsterdam

- França

- Caixa Geral de Depósitos SA- Paris
- Banque Nationale de Paris- Paribas – Paris

- Itália

- Banca Intesa SPA – Milan
- UniCrédito Italiano SPA – Milan

- Luxemburgo

- Déxia Banque Internationale à Luxembourg – Luxembourg
- Banque et Caisse d'Épargne d'Etat - Luxembourg

- Bélgica

- Ing Belgium SA/NV - Brussels
- Fortis Banque NV/SA – Brussels

- Senegal

- Citibank NA – Dakar

- Reino Unido

- Lloyds Bank PLC- London
- City Bank NA- London

- Suíça

- UBS Swiss Bank Corporation AG- Zurich

- Alemanha

- Deutsche Bank AG – Frankfurt
- Dresdner Bank AG- Frankfurt
- Commerzbank AG – Frankfurt

- Espanha

- Banco Sabadell SA TSB- Sabadell

- Austria

- Bank of Austria Creditanstalt - Viena

- Dinamarca

- Jyske Bank A/S - Copenhagen

- Suécia

- Nordea Bank AB (publ)- Stockholm

- Noruega

- Den NOR Bank SPS - Oslo

- Japão:

- Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd - Tokyo

9 – DIRECÇÕES E REDE COMERCIAL A 31/12/2007

		Agência de Santa Cruz	Alino Centeio Gerente
Direcção Financeira e Internacional – DFI	Emanuel Miranda Director		
		Agência do Maio	José Moniz Gerente
Direcção de Inovação e Organização – DIO	Emídio Lima Director		
		Agência do Fogo	António Evora Gerente
Direcção de Suporte Operacional – DSO	Águeda Monteiro Directora		
		Agência dos Mosteiros	António Evora Gerente
Direcção Comercial Norte – DCN	Gilda Monteiro Directora		
		Agência da Brava	Ângela Rosa Gerente
Direcção Comercial Sul – DCS	Adalberto Melo Director		
		GEP- BCA Empresas Sul	Herminalda Rodrigues Coordenadora
AGÊNCIAS DA ZONA NORTE			
Direcção de Apoio ao Negócio – DAN	Amélia Figueiredo Directora	Agência de Ribeira Grande	Jorge Nascimento Coutinho Gerente
Direcção de Gestão de Risco -DGR	M ^a Filomena Figueiredo Directora	Agência de Porto Novo	Alcindo Rocha Gerente
Gabinete de Auditoria – GAI	Francisco Ramos Coordenador	Agência de São Vicente	Elisa Santos Gerente
Gabinete de Marketing e Relações Públicas	Ana Carvalho Coordenadora	Agência de Praça Nova	Luísa Morazzo Gerente
Gabinete de Compliance	José Pereira Coordenador	Agência de Monte Sossego	Joana Helena Carvalho Gerente
AGÊNCIAS DA ZONA SUL			
		Agência de Fonte Filipe	Lídia Pereira Gerente
Agência da Praia (sede)	Dulce Augusta Duarte Santos Gerente	Agência de São Nicolau	Augusta Benilde C. Cruz Gerente
Balcão S.Domingos	Dulce Augusta Duarte Santos Gerente	Agência de Tarrafal (São Nicolau)	Augusta Cruz Gerente
Agência de Achada Santo António	Janira Eliane Barbosa Andrade Gerente	Agência de Boa Vista	Guilherme Hermano J. Araújo Gerente
Agência de Achada Santo António II	Maria Teresa Carvalho Borges Gerente	Agência do Sal	Sofia Alexandra. B. Monteiro Gerente
Agência de Avenida	Carlos Rodrigues Gerente	Agência de Santa Maria	Lenise Pinheiro Almeida Gerente
Agência de Santa Catarina	Joaquina Lopes M. Tavares Gerente	Balcão do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral	Sofia Alexandra. B. Monteiro Gerente
Agência do Tarrafal	Manuel Pina Gerente	GEP-BCA Empresas Norte	Vanda Isabel P. Centeio Coordenadora

BALANÇO em 31/12/2007

Em Escudos

ACTIVO	ACTIVO BRUTO	PROVISÕES/ AMORTIZAÇÕES	ACTIVO LIQ	PASSIVO	VALOR
CAIXA E DISPONIBIL. B.CENTRAIS	9.766.465.555		9.766.465.555	DÉBITOS P/ INSTIT.CRÉDITO	366.225.304
DISP.S/ INSTITUIÇÕES CRÉDITO	735.321.720		735.321.720	DEBITOS Pª C/ CLIENTES	54.408.214.007
OUT. CRÉDITOS S/ INST. CRÉDITO	8.667.968.214		8.667.968.214	Depósitos de Poupança	2.947.117.479
CRÉDITOS S/ CLIENTES	23.401.718.651	1.355.838.961	22.045.879.690	Outros Depósitos	51.297.153.667
OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS	10.014.941.100		10.014.941.100	- À Vista	25.188.148.867
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	131.750.000	10.841.439	120.908.561	- A Prazo	26.109.004.800
IMOBILIZADO INCORPÓREO	685.794.175	591.315.120	94.479.054	Outros Débitos	163.942.861
IMOBILIZADO CORPÓREO	2.348.037.242	1.158.136.748	1.189.900.494	OUTROS PASSIVOS	156.382.827
IMÓVEIS SERVIÇO PRÓPRIO	1.340.124.585	421.450.743	918.673.841	CONTAS DE REGULARIZAÇÃO	946.271.882
OUTROS ACTIVOS	8.722.080.839	301.884.906	8.420.195.933	PROVISÕES Pª RISCOS E ENC.	3.285.282.969
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO	609.046.895		609.046.895	Pª PENSÕES E ENC SIMILARES	3.285.282.969
				OUTRAS PROVISÕES	0
				CAPITAL REALIZADO	1.000.000.000
				RESERVAS	853.199.608
				RESULTADOS TRANSITADOS	0
				LUCRO DO EXERC=ICIO	649.530.620
TOTAL DO ACTIVO	65.083.124.393	3.418.017.174	61.665.107.219	TOTAL DO PASSIVO E SIT. L=QUIDA	61.665.107.219

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS:

2.501.646.802

- GARANTIAS PRESTADAS E OUTROS PASSIVOS EVENTUAIS
- COMPROMISSOS PERANTE TERCEIROS

O Presidente C. A .
JOÃO REAL PEREIRA

A Responsável da Contabilidade,
MARIA FÁTIMA N. ÉVORA

O Director Financeiro e Internacional
EMANUEL MIRANDA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS de 2007

Em Escudos

CUSTOS	VALOR	PROVEITOS	VALOR
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS	1.213.242.364	JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS	3.140.072.003
COMISSÕES	39.158.208	- TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO	592.719.359
PREJ EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	3.863.261	RENDIMENTO DE TÍTULOS	213.733.987
GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS:	1.292.964.224	COMISSÕES	539.193.290
CUSTOS COM PESSOAL	740.600.119	LUCROS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	161.993.743
- Salários e Vencimentos	601.750.280	REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO PROVISÕES	964.096.228
- Encargos Sociais	128.808.914	OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO	237.820.930
- Pensões	32.057.938		
OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS	552.364.105		
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	171.589.096		
OUTROS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	3.347.141		
PROVISÕES P/CRÉDITO VENCIDO E P/OUTROS RISCOS	2.026.138.171		
TOTAL CUSTOS	4.750.302.465	TOTAL PROVEITOS	5.256.910.181
RESULTADOS ACTIVIDADE CORRENTE	506.607.717		
PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	33.536.854	GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	307.631.167
OUTROS IMPOSTOS	6.056.394		
IMPOSTOS S/ LUCROS	125.115.015		
LUCRO DO EXERC=ICIO	649.530.620		
TOTAL	5.564.541.348	TOTAL	5.564.541.348

O PRESIDENTE C. A .
JOÃO REAL PEREIRA

A RESPONSÁVEL DA CONTABILIDADE
MARIA FÁTIMA N. ÉVORA

O DIRECTOR FINANCEIRO E INTERNAC
EMANUEL MIRANDA

Balança 2005/2006/2007

	DEZ/05	DEZ/06	Dez-07
ACTIVO			
ACTIVO DISPONÍVEL	9.535.671.899	12.368.838.037	17.123.541.526
1. - Caixa	1.202.311.544	1.151.858.902	990.344.213
2. - Disponibilidades à vista s/ Instituições de Crédito	8.333.360.355	11.216.979.135	16.133.197.313
2.1 - Depósitos no Banco Central	7.656.451.237	7.343.664.272	8.776.877.592
2.2 - Depósitos Noutras Inst. Crédito no País	1.000.000	3.300.999.000	6.620.998.000
2.3 - Depósitos s/ Instit de Crédito no Estrangeiro	376.907.743	271.437.340	309.122.610
2.4 - Cheques e Valores a Cobrar	299.001.375	300.878.523	426.199.110
ACTIVO REALIZÁVEL	31.299.319.640	34.966.058.247	36.094.060.688
3. - Aplicações em Instituições de Crédito no Estrang.	4.239.305.790	1.506.482.351	2.046.970.214
4. - Crédito sobre Clientes	16.374.827.722	22.346.121.819	23.401.718.652
5. - Carteira de Títulos Negociação e Investimento	10.286.080.000	10.134.483.500	10.014.941.100
6. - Devedoras e Outras Aplicações	1.768.164.972	1.842.714.501	1.986.269.683
7. - Provisões p/Créditos Vencidos	1.369.058.844	863.743.924	1.355.838.961
IMOBILIZADO LÍQUIDO	7.764.025.845	7.727.385.819	7.838.458.110
8. - Imobilizações Financeiras	6.554.681.000	6.554.280.000	6.554.078.561
9. - Partes de Capital em Empresas Coligadas	0	0	0
10. - Imobilizações Incorpóreas	624.837.755	629.319.946	685.794.175
11. - Imobilizações Corpóreas	2.170.112.047	2.298.904.579	2.348.037.242
12. - Amortizações acumuladas	1.585.604.958	1.755.118.707	1.749.451.869
13. - Proveitos a regular	415.218.402	462.608.802	554.700.126
14. - Contas de Regularização	18.104.314	72.995.712	54.346.769
ACTIVO TOTAL	49.032.340.100	55.597.886.616	61.665.107.219
PASSIVO			
DEPÓSITOS TOTAIS	43.261.073.334	49.394.083.739	54.610.496.450
1. - Depósitos para com Instituições de Crédito	711.875.768	474.867.415	366.225.305
1.1 - À vista	87.565.303	97.326.231	93.681.109
1.2 - A Prazo ou com Pré-Aviso	624.310.464	377.541.184	272.544.196
2. - Depósitos para com Clientes	42.549.197.566	48.919.216.324	54.244.271.146
2.1 - Depósitos de Poupança	2.070.634.032	2.547.478.684	2.947.117.479
2.2 - Outros Débitos	40.478.563.534	46.371.737.640	51.297.153.667
2.2.1 - À vista	17.395.969.838	20.915.213.148	25.188.148.867
2.2.2 - A Prazo	23.082.593.696	25.456.524.492	26.109.004.800
3. - Cheques e Ordens a Pagar	24.991.626	38.438.927	27.995.193
4. - Credores	0	0	0
OUTRAS EXIGIBILIDADES	411.177.441	262.935.773	292.330.496
5. - Débitos Representados por Títulos			
5.1 - Obrigações em Circulação			
5.2 - Outros			
6. - Outros Passivos	411.177.441	262.935.773	292.330.496
6.1 - Empréstimos			
6.2 - Outros	411.177.441	262.935.773	292.330.496
7. - Contas de Regularização	917.289.237	868.881.560	946.271.882
8. - PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	2.597.717.119	2.993.493.894	3.285.282.969
8.1 - Provisões para Pensões e Encargos Similares	2.203.323.777	2.609.293.394	3.285.282.969
8.2 - Outras Provisões	394.393.342	384.200.501	0
9. - Fundo para Riscos bancários Gerais	0	0	0
10. - Passivos Subordinados	0	0	0
PASSIVO TOTAL	47.212.248.758	53.557.833.894	59.162.376.991
SITUAÇÃO LÍQUIDA	1.820.091.342	2.040.052.722	2.502.730.229
11. Capital	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
12. Reservas	615.098.214	666.346.496	853.199.609
13. Reservas de Reavaliação	0	0	0
14. Resultados Transitados	0	0	0
15. Lucro do Exercício	217.430.707	410.172.811	774.645.635
16. Imposto Sobre Lucros	12.437.579	36.466.585	125.115.015
17. Resultado Líquido	204.993.128	373.706.226	649.530.620
PASSIVO + SITUAÇÃO LÍQUIDA	49.032.340.100	55.597.886.616	61.665.107.219

	VARIACÕES			
	DEZ 05/DEZ 06		DEZ 06/DEZ 07	
	%	V.ABS	%	V.ABS
ACTIVO				
ACTIVO DISPONÍVEL	29,7%	2.833.166.137	38,4%	4.754.703.489
1. - Caixa	-4,2%	-50.452.642	-14,0%	-161.514.689
2. - Disponibilidades à vista s/ Istituições de Crédito	34,6%	2.883.618.779	43,8%	4.916.218.178
2.1. - Depósitos no Banco Central	-4,1%	-312.786.965	19,5%	1.433.213.320
2.2. - Depósitos Noutras Inst. Crédito no País	329999,9%	3.299.999.000	100,6%	3.319.999.000
2.3 - Depósitos s/ Instit de Crédito no Estrangeiro	-28,0%	-105.470.403	13,9%	37.685.270
2.4. - Cheques e Valores a Cobrar	0,6%	1.877.148	41,7%	125.320.587
ACTIVO REALIZÁVEL	11,7%	3.666.738.606	3,2%	1.128.002.442
3. - Aplicações em Instituições de Crédito no Estrang.	-64,5%	-2.732.823.439	35,9%	540.487.864
4. - Crédito sobre Clientes	36,5%	5.971.294.097	4,7%	1.055.596.833
5. - Carteira de Títulos de Negociação e Investimento	-1,5%	-151.596.500	-1,2%	-119.542.400
6. - Devedoras e Outras Aplicações	4,2%	74.549.529	7,8%	143.555.182
7. - Provisões p/ Créditos Vencidos	-36,9%	-505.314.919	57,0%	492.095.037
IMOBILIZADO LÍQUIDO	-0,5%	-36.640.026	1,4%	111.072.291
8. - Imobilizações Financeiras	0,0%	-401.000	0,0%	-201.439
9. - Partes de Capital em Empresas Coligadas				
10. - Imobilizações Incorpóreas	0,7%	4.482.191	9,0%	56.474.229
11. - Imobilizações Corpóreas	5,9%	128.792.532	2,1%	49.132.663
12 - Amortizações acumuladas	10,7%	169.513.749	-0,3%	-5.666.838
13. - Proveitos a receber	11,4%	47.390.400	19,9%	92.091.324
14. - Contas de Regularização	303,2%	54.891.398	-25,5%	-18.648.943
ACTIVO TOTAL	13,4%	6.565.546.517	10,9%	6.067.220.603
PASSIVO				
DEPÓSITOS TOTAIS	14,2%	6.133.010.405	10,6%	5.216.412.711
1. Depósitos para com Instituições de Crédito	-33,3%	-237.008.353	-22,9%	-108.642.110
1.1 - À vista	11,1%	9.760.928	-3,7%	-3.645.123
1.2 - A Prazo ou com Pré-Aviso	-39,5%	-246.769.281	-27,8%	-104.996.988
2. Depósitos para com Clientes	15,0%	6.370.018.758	10,9%	5.325.054.821
2.1 - Depósitos de Poupança	23,0%	476.844.652	15,7%	399.638.795
2.2 - Outros Débitos	14,6%	5.893.174.107	10,6%	4.925.416.027
2.2.1 - À vista	20,2%	3.519.243.311	20,4%	4.272.935.719
2.2.2 - A Prazo	10,3%	2.373.930.796	2,6%	652.480.308
3. Cheques e Ordens a Pagar	53,8%	13.447.301	-27,2%	-10.443.734
4. Credores				0
OUTRAS EXIGIBILIDADES	-36,1%	-148.241.668	11,2%	29.394.723
3. Debitos Representados por Títulos				
3.1 - Obrigações em Circulação				
3.2 - Outros				
4. Outros Passivos	-36,1%	-148.241.668	11,2%	29.394.723
4.1 - Empréstimos				
4.2 - Outros	-36,1%	-148.241.668	11,2%	29.394.723
5. Contas de Regularização	-5,3%	-48.407.677	8,9%	77.390.322
6. PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	15,2%	395.776.775	9,7%	291.789.075
6.1 - Provisões para Pensões e Encargos Similares	18,4%	405.969.617	25,9%	675.989.576
6.2 - Outras Provisões	-2,6%	-10.192.841	-100,0%	-384.200.501
7. - Fundo para Riscos bancários Gerais				
8. Passivos Subordinados				
PASSIVO TOTAL	13,4%	6.345.585.137	10,5%	5.604.543.097
SITUAÇÃO LÍQUIDA	12,1%	219.961.380	22,7%	462.677.507
9. Capital	0,0%	0	0,0%	0
11. Reservas	8,3%	51.248.282	28,0%	186.853.113
12. Reservas de Reavaliação				
13. Resultados Transitados				
14. Lucro do Exercício	88,6%	192.742.104	88,9%	364.472.824
15. Imposto Sobre Lucros	193,2%	24.029.006	243,1%	88.648.430
16. Resultado Líquido	82,3%	168.713.098	73,8%	275.824.394
PASSIVO + SITUAÇÃO LÍQUIDA	13,4%	6.565.546.517	10,9%	6.067.220.603

Demonstração de Resultados 2005/2006/2007

Conta de Resultados	Dez/2005	Dez/2006	Dez/2007	VARIACÕES			
				2005/2006		2006/2007	
				%	V.ABS	%	V.ABS
Proveitos de operações activas	2.388.498.098	2.549.138.232	3.140.072.003	6,7%	160.640.133	23,2%	590.933.771
Custos de operações passivas	1.488.506.589	1.315.530.122	1.213.242.364	-11,6%	-172.976.467	-7,8%	-102.287.759
MARGEM FINANCEIRA	899.991.509	1.233.608.109	1.926.829.640	37,1%	333.616.600	56,2%	693.221.530
MARGEM COMPLEMENTAR	897.748.758	1.058.289.217	1.106.373.340	17,9%	160.540.459	4,5%	48.084.123
Comissões Líquidas	337.438.944	472.614.222	500.035.082	40,1%	135.175.278	5,8%	27.420.860
Proveitos líquidos de operações financeiras	189.281.733	165.115.660	158.130.482	-12,8%	-24.166.073	-4,2%	-6.985.178
Outros proveitos bancários Líquidos	371.028.081	420.559.335	448.207.776	13,3%	49.531.254	6,6%	27.648.441
PRODUTO BANCÁRIO	1.797.740.267	2.291.897.326	3.033.202.979	27,5%	494.157.059	32,3%	741.305.653
CUSTOS ADMINISTRATIVOS	1.103.832.427	1.198.143.024	1.299.020.618	8,5%	94.310.598	8,4%	100.877.593
De Pessoal	633.903.430	692.167.651	740.600.119	9,2%	58.264.221	7,0%	48.432.468
Outros Gastos Administrativos	468.641.311	505.975.374	558.420.499	8,0%	37.334.063	10,4%	52.445.125
Água e Electricidade	29.907.276	29.807.313	32.219.370	-0,3%	-99.963	8,1%	2.412.057
Impressos Material Expediente Arquivo	24.932.995	26.619.136	28.007.102	6,8%	1.686.141	5,2%	1.387.966
Rendas e Alugueres	17.677.230	16.996.373	17.065.747	-3,9%	-680.857	0,4%	69.374
Comunicações	75.044.584	72.268.251	75.670.778	-3,7%	-2.776.333	4,7%	3.402.527
Serviços Especializados	50.874.608	56.588.096	72.369.921	11,2%	5.713.488	27,9%	15.781.825
Outros serviços	270.204.618	300.789.511	327.031.187	11,3%	30.584.892	8,7%	26.241.676
Impostos	1.287.686	2.906.694	6.056.394	125,7%	1.619.008	108,4%	3.149.700
					0		
CASH FLOW DE EXPLORAÇÃO	693.907.840	1.093.754.302	1.734.182.362	57,6%	399.846.462	58,6%	640.428.060
Amortizações	180.051.083	184.052.393	171.589.096	2,2%	4.001.309	-6,8%	-12.463.297
Provisões Líquidas p/Crédito e p/ Outros Riscos	475.991.833	637.685.261	1.062.041.943	34,0%	161.693.428	66,5%	424.356.683
Ganhos e Perdas Extraordinárias	179.565.784	138.156.163	274.094.313	-23,1%	-41.409.621	98,4%	135.938.150
RESULTADO DE EXPLORAÇÃO	217.430.707	410.172.811	774.645.635	88,6%	192.742.104	88,9%	364.472.824
IMPOSTO SOBRE LUCROS	12.437.579	36.466.585	125.115.015	193,2%	24.029.006	243,1%	88.648.430
RESULTADO LÍQUIDO	204.993.128	373.706.226	649.530.620	82,3%	168.713.098	73,8%	275.824.394

Contas de Exploração 2005/2006/2007

RÚBRICAS	ANOS	Dez-2005	Dez-2006	Dez-2007	VARIACÕES			
					2005/2006		2006/2007	
					%	V.ABS	%	V.ABS
PROVEITOS		4.286.729.439	4.515.586.205	5.564.541.348	5,3%	228.856.766	23,2%	1.048.955.143
Juros e Proveitos Equiparados		1.761.243.187	1.973.726.394	3.140.072.003	12,1%	212.483.206	59,1%	1.166.345.609
Rendimento de Títulos		801.786.813	767.699.289	213.733.987	-4,3%	-34.087.524	-72,2%	-553.965.302
Comissões		360.406.442	496.072.028	539.193.290	37,6%	135.665.586	8,7%	43.121.262
Lucros em Operações Financeiras		198.821.386	184.667.579	161.993.743	-7,1%	-14.153.807	-12,3%	-22.673.836
Reposição e Anulação de Provisões		731.267.922	687.008.444	964.096.228	-6,1%	-44.259.478	40,3%	277.087.783
Outros Proveitos de Exploração		204.910.361	229.879.460	237.820.930	12,2%	24.969.098	3,5%	7.941.471
Ganhos Extraordinários		228.293.327	176.533.011	307.631.167	-22,7%	-51.760.316	74,3%	131.098.155
CUSTOS		4.069.298.732	4.105.413.394	4.789.895.713	0,9%	36.114.662	16,7%	684.482.319
Juros e Custos Equiparados		1.488.506.589	1.315.530.122	1.213.242.364	-11,6%	-172.976.467	-7,8%	-102.287.759
Comissões		22.967.498	23.457.806	39.158.208	2,1%	490.308	66,9%	15.700.402
Prejuizos em Operações Financeiras		9.539.653	19.551.919	3.863.261	105,0%	10.012.266	-80,2%	-15.688.658
Custos com Pessoal		633.903.430	692.167.651	740.600.119	9,2%	58.264.221	7,0%	48.432.468
Outros Gastos administrativos		468.641.311	503.068.680	552.364.105	7,3%	34.427.369	9,8%	49.295.425
Amortização do Exercício		180.051.083	184.052.393	171.589.096	2,2%	4.001.309	-6,8%	-12.463.297
Provisões para Créditos e outros Riscos		1.197.020.755	1.324.292.705	2.025.936.732	10,6%	127.271.950	53,0%	701.644.027
Prov. P/Imob. Financeiras		10.239.000	401.000	201.439	-96,1%	-9.838.000	-49,8%	-199.561
Outros Custos de Exploração		8.414.182	1.607.576	3.347.141	-80,9%	-6.806.607	108,2%	1.739.566
Perdas Extraordinárias		48.727.543	38.376.849	33.536.854	-21,2%	-10.350.695	-12,6%	-4.839.995
Impostos s/Lucros								
Outros impostos		1.287.686	2.906.694	6.056.394	125,7%	1.619.008	108,4%	3.149.700
Resultado Actividade Corrente		39.152.610	274.923.342	506.607.716	602,2%	235.770.733	84,3%	231.684.374
RESULTADOS DO EXERCÍCIO		217.430.707	410.172.811	774.645.635	88,6%	192.742.104	88,9%	364.472.824

Cost Income - Custo Operativo /Produto Bancário

PRODUTO BANCÁRIO

RUBRICAS	VARIÇÕES						
	2005	2006	2007	2005/2006		2006/2007	
Margem Financeira	899.991.509	1.233.608.109	1.926.829.640	37,1%	333.616.600	56,2%	693.221.530
+ Margem Complementar	897.748.758	1.058.289.217	1.106.373.340	17,9%	160.540.459	4,5%	48.084.123
= Produto Bancário	1.797.740.267	2.291.897.326	3.033.202.979	27,5%	494.157.059	32,3%	741.305.653

CUSTO OPERATIVO

RUBRICAS	VARIÇÕES						
	2005	2006	2007	2005/2006		2006/2007	
Custo Administrativo	1.103.832.427	1.198.143.024	1.299.020.618	8,5%	94.310.598	8,4%	100.877.593
Amortizações	180.051.083	184.052.393	171.589.096	2,2%	4.001.309	-6,8%	-12.463.297
= Custo Operativo	1.283.883.510	1.382.195.417	1.470.609.714	7,7%	98.311.907	6,4%	88.414.297

COST to INCOME

RUBRICAS	2006	2007
COST to INCOME		
= Custo Operativo/Produto bancário	60,3%	48,5%

Rácios de Estrutura 2005/2006/2007

RÚBRICAS	Dez/2005		Dez/06		Dez-07	
	VALORES	%	VALORES	%	VALORES	%
1-Créd. C. Prazo/Crédito Clientes	<u>2.131.751.983</u> 16.374.827.722	13,0%	<u>6.878.226.164</u> 22.346.121.819	30,8%	<u>3.383.114.966</u> 23.401.718.652	14,5%
2-Créd. M.L. Prazo/Crédito Clientes	<u>13.099.387.605</u> 16.374.827.722	80,0%	<u>14.718.395.054</u> 22.346.121.819	65,9%	<u>17.287.033.111</u> 23.401.718.652	73,9%
3-Créd.Venc./Crédito Clientes	<u>1.143.688.134</u> 16.374.827.722	7,0%	<u>749.500.600</u> 22.346.121.819	3,4%	<u>2.731.570.574</u> 23.401.718.652	11,7%
4-Prov. Créd.Venc./Créd.Venc.	<u>1.369.058.844</u> 1.143.688.134	119,7%	<u>863.743.924</u> 749.500.600	115,2%	<u>1.355.838.961</u> 2.731.570.574	49,6%
5-Crédito Clientes/Depósitos	<u>16.374.827.722</u> 42.549.197.566	38,5%	<u>22.346.121.819</u> 48.919.216.324	45,7%	<u>23.401.718.652</u> 54.244.271.146	43,1%
6-Crédito Clientes/Dep. Prazo	<u>16.374.827.722</u> 25.153.227.728	65,1%	<u>22.346.121.819</u> 28.004.003.176	79,8%	<u>23.401.718.652</u> 29.056.122.279	80,5%
7-Crédito Normal/Dep.Prazo	<u>15.231.139.588</u> 25.153.227.728	60,6%	<u>21.596.621.220</u> 28.004.003.176	77,1%	<u>20.670.148.078</u> 29.056.122.279	71,1%
8-Crédito C.Prazo/Dep.Prazo	<u>2.131.751.983</u> 25.153.227.728	8,5%	<u>6.878.226.164</u> 28.004.003.176	24,6%	<u>3.383.114.966</u> 29.056.122.279	11,6%
9-Créd. M.L. Prazo/Dep.Prazo	<u>13.099.387.605</u> 25.153.227.728	52,1%	<u>14.718.395.054</u> 28.004.003.176	52,6%	<u>17.287.033.111</u> 29.056.122.279	59,5%
10-Depós.Ordem/Depós.Totais	<u>17.395.969.838</u> 42.549.197.566	40,9%	<u>20.915.213.148</u> 48.919.216.324	42,8%	<u>25.188.148.867</u> 54.244.271.146	46,4%
11-Depós.Prazo/Depós.Totais	<u>25.153.227.728</u> 42.549.197.566	59,1%	<u>28.004.003.176</u> 48.919.216.324	57,2%	<u>29.056.122.279</u> 54.244.271.146	53,6%

Rácios de Avaliação de Desempenho 2005/2006/2007

RÚBRICAS	Dez-05		Dez/06		Dez-07	
	VALORES	%	VALORES	%	VALORES	%
1-RCP=Resul.Líquido/Capitais Próprios	<u>204.993.128</u> 1.820.091.342	11,3%	<u>373.706.226</u> 2.040.052.722	18,3%	<u>649.530.620</u> 2.502.730.229	
2-RDA=Result.Líquido/Activo	<u>204.993.128</u> 49.032.340.100	0,4%	<u>373.706.226</u> 55.597.886.616	0,7%	<u>649.530.620</u> 61.665.107.219	
3-ML = Resul.Líquido/Proveitos	<u>204.993.128</u> 4.286.729.439	4,8%	<u>373.706.226</u> 4.515.586.205	8,3%	<u>649.530.620</u> 5.564.541.348	
4-RA = Proveitos/Activo	<u>4.286.729.439</u> 49.032.340.100	8,7%	<u>4.515.586.205</u> 55.597.886.616	8,1%	<u>5.564.541.348</u> 61.665.107.219	
6-MF=(Prov.Juros-Custos Juros)/Activo	<u>899.991.509</u> 49.032.340.100	1,8%	<u>1.233.608.109</u> 55.597.886.616	2,2%	<u>1.926.829.640</u> 61.665.107.219	
ROA	0,4%		0,7%		1,1%	
ROE	11,5%		19,4%		28,6%	

RCP = Rentabilidade dos Capitais Próprios

RDA = Rentabilidade dos Activos

ML = Margem de Lucro

RA = Rotação dos Activos

MF = Margem Financeira

Rácios de Medição de Liquidez 2005/2006/2007

RÚBRICAS	Dez/2005		Dez/06		Dez-07	
	VALORES	%	VALORES	%	VALORES	%
1-Depósitos Totais/Activo	<u>42.549.197.566</u> 49.032.340.100	86,8%	<u>48.919.216.324</u> 55.597.886.616	88,0%	<u>54.244.271.146</u> 61.665.107.219	88,0%
2-Crédito Clientes/Activo	<u>16.374.827.722</u> 49.032.340.100	33,4%	<u>22.346.121.819</u> 55.597.886.616	40,2%	<u>23.401.718.652</u> 61.665.107.219	37,9%
3-Crédito C/Prazo/Activo	<u>2.131.751.983</u> 49.032.340.100	4,3%	<u>6.878.226.164</u> 55.597.886.616	12,4%	<u>3.383.114.966</u> 61.665.107.219	5,5%
4-Crédito M.L.Prazo/Activo	<u>13.099.387.605</u> 49.032.340.100	26,7%	<u>14.718.395.054</u> 55.597.886.616	26,5%	<u>17.287.033.111</u> 61.665.107.219	28,0%
5-Crédito Clientes/Depósitos Totais	<u>16.374.827.722</u> 42.549.197.566	38,5%	<u>22.346.121.819</u> 48.919.216.324	45,7%	<u>23.401.718.652</u> 54.244.271.146	43,1%
6-Aplicações de Curto Prazo/Activo	<u>10.584.877.773</u> 49.032.340.100	21,6%	<u>15.484.961.016</u> 55.597.886.616	27,9%	<u>12.692.670.281</u> 61.665.107.219	20,6%

a)-As Aplicações de Curto Prazo são constituídas pela soma das Aplicações no mercado monetário e em instituições, financeiras, mais Dívida Pública cotada e Bilhetes de Tesouro adquiridos com acordo de recompra, mais Títulos negociáveis e Obrigações com reembolso em prazo inferior a um ano.

b)-Os Passivos Voláteis são constituídos pela soma de Depósitos à Ordem mais Depósitos nas Surcursais localizadas no estrangeiro, mais Bilhetes de Tesouro vendidos com acordo de recompra, mais Fundos obtidos junto do Banco Central, mais Fundos obtidos no mercado monetário.

Indicadores de Produtividade 2005/2006/2007

RÚBRICAS	Dez/05		Dez/06		Dez-07	
	VALORES	Contos	VALORES	Contos	VALORES	Contos
1-Cr. e Depósitos/nº de Empregados Activo	<u>58.924.025.288</u> 398	148.050.315	<u>71.265.338.143</u> 405	175.963.798	<u>77.645.989.798</u> 401	193.630.897
2-Produto Bancário/nº de Empregados Activo	<u>1.797.740.267</u> 398	4.516.935	<u>2.291.897.326</u> 405	5.659.006	<u>3.033.202.979</u> 401	7.564.097
3-Crédito e Depósitos/nº de Balcões	<u>58.924.025.288</u> 25	2.356.961.012	<u>71.265.338.143</u> 27	2.639.456.968	<u>77.645.989.798</u> 27	2.875.777.400

Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES	2005	2006	2007
1. ROE	11,5%	19,4%	28,60%
2. ROA	0,4%	0,7%	1,11%
3. Cost/income	71,4%	60,3%	48,5%
4. Volume do Crédito Vencido (10 ^{^3} cve)	1.143.688	749.501	2.731.570
4.1 Volume do Crédito Vencido (10 ^{^3} cve)(Base comparável)		3.098.188	2.731.570
5. Solvabilidade	11,06%	10,54%	12,25%
6. TIER 1 (Fundos Próprios de Base/Activo Ponderado)	11,3%	11,2%	13,19%
7. Conversão de Depósitos em Créditos	38,5%	45,7%	43,1%
8. Produtividade por empregado (10 ^{^3} cve):	515	923	1.620
8.1. Volume de Negócios (Crédito+ Depósitos)/Nº empregados	148.050	175.964	193.631
8.2. Produto Bancário / Nº empregados	4.517	5.659	7.564
9. Cobertura do Imobilizado	125,0	133,6	158,9
10. Fundos Próprios	1.523.804	1.628.127	2.083.486

Banco Comercial do Atlântico, S.A
Carteira de Crédito por Sector de Actividade -DEZEMBRO 07

CLASSES	NORMAL	% N.Sector/ Total NBCA	%Normal Sector na sua Carteira	I	%	II	%	III	%	IV	%	V	%	Total Vencida	% V.Sector/ Total V. BCA	% Vencida Sector na sua Carteira	TOTAL DA CARTEIRA	%
AGRICULTURA	26.294.454	0,1%	64,8%	12.617.149	31,1%	1.295.227	3,2%	72.720	0,2%	282.500	0,7%	0,0%	0,0%	14.267.596	0,5%	35,2%	40.562.050	0,2%
HABITAÇÃO	7.277.725.648	35,2%	86,3%	810.868.252	9,6%	128.683.724	1,5%	107.909.358	1,3%	75.401.095	0,9%	29.107.257	0,3%	1.151.969.686	42,2%	13,7%	8.429.695.334	36,0%
COMERCIO GROSSO	866.383.447	4,2%	83,6%	65.863.407	6,4%	51.148.360	4,9%	17.065.094	1,6%	27.828.146	2,7%	7.518.750	0,7%	169.423.757	6,2%	16,4%	1.035.807.205	4,4%
CONSTRUÇÃO CIVIL	1.564.570.084	7,6%	96,8%	39.829.290	2,5%	3.668.810	0,2%	4.858.146	0,3%	1.008.411	0,1%	2.848.312	0,2%	52.212.969	1,9%	3,2%	1.616.783.053	6,9%
COMERCIO RETALHO	966.281.842	4,7%	82,3%	85.085.567	7,2%	51.777.273	4,4%	24.299.078	2,1%	37.468.467	3,2%	8.883.499	0,8%	207.513.884	7,6%	17,7%	1.173.795.726	5,0%
INDUSTRIA	2.211.881.301	10,7%	95,3%	70.600.875	3,0%	14.686.187	0,6%	14.403.423	0,6%	9.644.983	0,4%	569.325	0,0%	109.904.793	4,0%	4,7%	2.321.786.094	9,9%
PESCAS	58.670.589	0,3%	57,5%	18.783.180	18,4%	11.531.179	11,3%	1.141.056	1,1%	10.321.340	10,1%	1.600.000	1,6%	43.376.755	1,6%	42,5%	102.047.344	0,4%
TRANSPORTES	1.461.657.421	7,1%	85,1%	169.540.522	9,9%	26.975.308	1,6%	30.131.549	1,8%	12.311.826	0,7%	16.301.158	0,9%	255.260.363	9,3%	14,9%	1.716.917.784	7,3%
TURISMO	448.724.382	2,2%	89,9%	31.607.730	6,3%	14.845.460	3,0%	0,0%	0,0%	3.764.031	0,8%	0,0%	0,0%	50.217.221	1,8%	10,1%	498.941.603	2,1%
OUTROS *	5.787.958.910	28,0%	90,8%	264.915.396	4,2%	68.825.891	1,1%	36.426.715	0,6%	38.830.226	0,6%	174.631.505	2,7%	583.629.733	21,4%	9,2%	6.371.588.643	27,2%
CRÉDITO AO CONSUMO	821.264.367	4,0%	88,2%	85.257.746	9,2%	11.570.077	1,2%	8.357.510	0,9%	4.030.931	0,4%	823.756	0,1%	110.040.020	4,0%	11,8%	931.304.388	4,0%
CRÉDITO FUNCIONARIOS	0,0%	0,0%	0,0%	1.945.860	52,5%	129.961	3,5%	0,0%	0,0%	287.178	7,7%	1.343.800	36,3%	3.706.799	0,1%	100,0%	3.706.799	0,0%
OUTROS TIPOS	3.764.127.023	18,2%	90,2%	140.765.129	3,4%	50.321.785	1,2%	19.629.261	0,5%	26.220.966	0,6%	171.815.161	4,1%	408.752.302	15,0%	9,8%	4.172.879.325	17,8%
POUPANÇA CRÉDITO	86.786.383	0,4%	96,8%	1.373.444	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1.497.864	1,7%	0,0%	0,0%	2.871.308	0,1%	3,2%	89.657.691	0,4%
INVESTIMENTO	724.342.555	3,5%	94,6%	27.985.583	3,7%	3.922.801	0,5%	6.332.446	0,8%	3.264.575	0,4%	0,0%	0,0%	41.503.405	1,5%	5,4%	765.847.960	3,3%
IMPORTAÇÃO	237.266.667	1,1%	98,5%	1.925.352	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1.750.000	0,7%	0,0%	0,0%	3.675.352	0,1%	1,5%	240.942.019	1,0%
EXPORTAÇÃO	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
DESCOBERTO EM DO	84.307.668	0,4%	89,2%	2.824.063	3,0%	2.881.267	3,0%	2.107.498	2,2%	1.778.712	1,9%	648.788	0,7%	10.240.328	0,4%	10,8%	94.547.996	0,4%
CARTÕES DE CRÉDITO	69.864.247	0,3%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	69.864.247	0,3%
TESOURO	0	0,0%	0,0%	1.297.938	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1.297.938	0,0%	0,0%	1.297.938	0,0%
NIVELAMENTO	0	0,0%	0,0%	1.540.281	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1.540.281	0,0%	0,0%	1.540.281	0,0%
JUROS E JUROS VENC. A REGUL.	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	23.047.834	0,8%	100,0%	23.047.834	0,1%
DESP. CRÉD. VENCIDO	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	70.745.983	2,6%	100,0%	70.745.983	0,3%
TOTAL	20.670.148.078	100,0%	88,3%	1.569.711.368	6,7%	373.437.419	1,6%	236.307.140	1,0%	216.861.026	0,9%	241.459.805	1,0%	2.731.570.574	100,0%	11,7%	23.401.718.652	100,0%

O Conselho de Administração, Dr. João Henrique Real Pereira - (Em representação da CGD) - Presidente, Dr. Paulo Arsénio Lopes, Dr. Fernando Jorge de Oliveira Lima, Dr. Carlos Prieto Traguelho - Administradores.

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV



NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@gov1.gov.cv

Site: www.incv.gov.cv

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00

Para países estrangeiros:

	Ano	Semestre
I Série	11.237\$00	8.721\$00
II Série.....	7.913\$00	6.265\$00
III Série	6.309\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 720\$00